

SÉRIE V . VOLUME 3

# O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA  
IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2013

# A ourivesaria arcaica no ocidente peninsular. Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA\*

## RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar um quadro geral de evolução da produção e uso da ourivesaria arcaica no Ocidente da Península Ibérica e uma discussão aprofundada das linhas de força desse quadro, tentando fazer a apresentação sistemática da ourivesaria conhecida em Portugal da Pré-História ao período Romano.

Questões técnico-estilísticas, cronológicas, socioculturais e de enquadramento arqueológico mais geral são feitas nesse âmbito.

Palavras-chave: Ourivesaria – Idade do Bronze – Idade do Ferro

## ABSTRACT

This paper aims to present a general picture of trends in production and use of archaic jewellery in the West of the Iberian Peninsula, and a thorough discussion of its main lines of development, trying to make a systematic presentation of jewellery known in Portugal from Prehistory to the Roman period.

Technical and stylistic, chronological and socio-cultural issues and questions about its wider archaeological framework are discussed in that context.

Keywords: Jewellery – Bronze Age – Iron Age

---

\* Centro de Estudos de Aequologia, Artes e Ciências do Património; Museu Monográfico de Conímbriga, 3150-220 Condeixa, e-mail: virgiliocorreia@mmconimbriga.dgpc.pt



## 1. INTRODUÇÃO: PORQUÊ ESTE ARTIGO?

Em 2013 coincidiram as edições de duas obras muito significativas sobre a ourivesaria antiga do território português, designadamente o livro que constitui o relatório final do projeto AuCorre (Guerra e Tissot, 2013), que estudou a coleção do Museu Nacional de Arqueologia do ponto de vista da analítica, tendo em vista a sua conservação e restauro no ambiente em que atualmente (desde 1980) se encontra, na chamada Sala do Tesouro, e o livro *Ourivesaria Arcaica em Portugal: O brilho do poder* (Correia et al., 2013), edição dos Correios e Telecomunicações de Portugal, associada a uma série filatélica sobre o mesmo tema. Sendo também 2013 o ano em que se celebra o 120.º aniversário do Museu Nacional (o que foi também motivo para a emissão filatélica referida) entendeu a comissão redatorial d'*O Arqueólogo Português* fazer focar um artigo de fundo da revista nas coleções do Museu (A. Carvalho, com. pes.): e que coleção mais emblemática do que a de ourivesaria?

A minha participação nas duas primeiras iniciativas mencionadas levou a que me fosse endereçado convite para participar, na presente forma e data, na terceira. Agradeço, penhorado, o convite, mas esta forma já consagrada pel'*O Arqueólogo Português* – mas que se desvia um pouco da forma mais tradicional de as revistas construírem os seus números, através da receção de propostas de artigos autonomamente apresentadas por autores que conduziram investigação num determinado tema e a pretendem expor ao público e ao juízo dos seus pares – necessita, porventura, no caso vertente, de alguma explicação, tal como pode julgar-se necessitando justificação esta concentração de esforços editoriais num único tema em época de escassez de recursos. Darei tal justificação em dois aspetos: o da relação deste trabalho com as duas outras publicações referidas e o dos objetivos a que ele se propõe.

O projeto AuCorre teve como principal objetivo estudar os graves processos de alteração que as peças expostas no Museu Nacional de Arqueologia estavam (estão) a sofrer. Para tal, recorreu a uma larga série de técnicas de análise que, para além do estudo da alteração das peças, aprofundou também o conhecimento dos próprios materiais. Diga-se que, para a maioria dos casos, contava-se apenas com as análises de Axel Hartmann (1982) e de Volker Pingel (1992), com as limitações inerentes à tecnologia utilizada por estes investigadores, que era a que estava disponível na época, pelo que o projeto AuCorre aporta ao estudo da ourivesaria antiga em Portugal um contributo notável pelos dados inéditos que recolhe.

Não é, todavia, caso de se considerar estar tal problemática fechada, bem pelo contrário, como se tentará demonstrar.

O livro editado pelos CTT integra-se numa série muito notável, de grande sucesso, dirigida para o grande público, mas recorrendo sempre a material de qualidade científica. Nesta ocasião foi possível reunir numa única obra os contributos dos principais investigadores que se têm dedicado ao tema no país: Rui Parreira foi (com Clara Vaz Pinto) responsável pelo primeiro catálogo sumário da coleção do MNA (Parreira e Pinto, 1980) e que anos mais tarde iniciou (com Barbara Armbruster; Armbruster e Parreira, 1993) a publicação do seu inventário sistemático, a qual infelizmente foi logo interrompida; um segundo volume dessa série contaria com o contributo de Armando Coelho Ferreira da Silva (2007), que tinha estudado a ourivesaria do Norte do país na sua obra sobre a cultura castreja (na primeira edição da obra, de 1986) – eu próprio colaboraria nesse segundo volume, tendo desenvolvido algum trabalho, nomeadamente acompanhado no MNA por Amélia Fernandes e, sobretudo, Ana Isabel Palma dos Santos, por vezes publicado de forma esparsa em vários locais (Correia, 1995; 2005; 2006; 2007; Correia et al., 2007).

A obra em causa é, portanto, a primeira apresentação sistemática da ourivesaria conhecida em Portugal da Pré-História ao período Tardo-romano, mas com as limitações de espaço e de tratamento dos temas inerentes a uma obra de divulgação, com o aparato crítico reduzido a um apêndice e a discussão dos temas radicalmente reduzida à indicação de algumas linhas de força.

Início por este último ponto a definição dos objetivos do presente trabalho: sendo possível estabelecer um quadro geral de evolução da produção e uso da ourivesaria arcaica no Ocidente da Península Ibérica, uma discussão mais aprofundada das linhas de força desse quadro em moldes científicos, suportada por aparato crítico, está por fazer.

Segundo objetivo, que decorre do primeiro, é a abertura de perspetivas acerca do que pode ser o desenvolvimento da investigação da ourivesaria arcaica dentro dos estudos de arqueologia em geral. Salvo raríssimas exceções (entre elas *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal* e o *Ensaio de História Regional* dedicado à Baixa

Estremadura, por João Luís Cardoso, 2004), a ourivesaria está ausente de muitos estudos gerais de várias épocas e regiões, mesmo quando existem evidências e algumas peças são referidas; esta é uma situação paradoxal, admitindo o pressuposto de que se trata de um dos elementos por excelência de representação das elites.

Por último, as características intrínsecas do material abrem portas a uma introdução forte nesse desenvolvimento da investigação do contributo das ciências e tecnologias da Química e da Física. A ciência e a tecnologia, independentemente do seu tipo, custo, extensão ou quantidade, não nos vão responder – a nós, arqueólogos – a nenhuma pergunta que não saibamos já colocar, *a priori*; este trabalho pretende desenvolver precisamente esse aspeto: pensar que perguntas gostaríamos de ver respondidas. Para tal parece correto iniciar este exercício por uma reflexão acerca daquilo sobre o que nos interrogamos: as peças de ourivesaria que conhecemos (e as outras que imaginamos terem existido, mas não chegaram até nós).

## 2. DEPOSIÇÕES, OCULTAÇÕES E ACHADOS. OS CONTEXTOS DA OURIVESARIA.

O problema dos achados de ourivesaria é diretamente condicionado pelo perene valor do metal. O valor venal dos objetos arqueológicos é um fator de primeira grandeza no conjunto de questões que leva à perda para a ciência, à destruição, à mutilação e à ocultação de informações acerca dos achados ocasionais; de facto muitos chegam aos museus com a intermediação dos ourives, que tradicionalmente se recusam a dar informações concretas acerca de «Quem achou? Onde apareceu? Havia mais?». O mesmo ocorre, por exemplo, com a numismática romana, mas nesse campo é já sabido que pelo menos uma parte dos achados será publicada por colecionadores ou, através deles, por numismatas com competência, e a investigação aprendeu a incorporar nos seus raciocínios o elemento estatístico de «amostragem» acerca de tesouros que, tendo-se medido em quilos aquando da data de achado, são referidos na bibliografia por dezenas de espécimes. Nada de semelhante existe para a ourivesaria arcaica (Correia et al., 2013, p. 63-66; Vilaça, 2006a).

Em abstrato, podemos dividir os achados em várias categorias que nos dão indicações sobre o processo pelo qual o objeto chegou até nós. Por exemplo, quanto à intencionalidade, que pode originalmente ter sido positiva ou negativa: a deposição da peça foi intencional ou não intencional; nesta ordem de ideias, um achado que na origem não foi sujeito a um processo intencional de colocação no local onde veio a ser encontrado pertence à categoria das peças «perdidas acidentalmente». Um achado intencional (expressão incorreta que é a paráfrase

mais económica relativamente à expressão correta de «achado que na origem foi sujeito a um processo intencional de colocação no local onde veio a ser encontrado», que iremos repetir noutros pontos) pode ser utilitário ou ritual, dependendo das preocupações que presidiram à sua colocação no local onde veio a ser encontrado.

As preocupações rituais podem ser de variadíssima ordem, não sendo eficaz pormenorizá-las, mas também a preocupação utilitária pode revestir-se de diversos aspetos alternativos significativos: a utilidade da ocultação pode ser emergente (como uma ocultação em conjuntura de possível roubo ou saque) ou estudada (como medida de segurança, por exemplo); pode – no que diz respeito aos envolvidos no processo de decisão da ocultação – ser privada e particular, ou pode ser coletiva.

Parece correto distinguir «ocultação» de «deposição» atendendo à publicidade do ato. Ocultação é algo que se quer secreto ou reservado a uns poucos escolhidos; deposição é um ato público e testemunhado. O caso típico da deposição é a oferenda funerária, mas existem outros, nomeadamente no domínio religioso. Esta distinção é de importância primordial na reconstituição dos processos que conduziram à não recuperação do material ocultado ou depositado.

A complexidade começa a surgir quando, num exercício de *reductio ab absurdum*, se perguntar «Como se distingue uma ocultação particular de carácter emergente, de uma deposição de um objeto num espaço sacro não construído (*templum in aere*)?», na inexistência de observações adicionais.

Mas estas questões podem ser levadas mais longe, dentro do domínio concreto dos fenómenos *post*-deposicionais, nomeadamente através de uma Disputação de Quintiliano que é muito preocupante para os raciocínios comumente desenvolvidos pelos arqueólogos.

A *Disputatio* CCCLXXIII de Quintiliano (cit. Ormerod, 1997, p. 264) relata o seguinte caso: um viúvo enterra a sua mulher com as joias que lhe pertenciam e volta a casar; mais tarde é capturado por piratas e escreve para casa pedindo que seja pago o seu resgate; a mulher abre o túmulo da sua predecessora e envia as joias como pagamento; o enteado processa a madrasta pela violação do túmulo da sua mãe, mas entretanto o pai regressa e deserda-o.

Este caso de contornos burlescos deve ser lido à vista da provisão do Direito Civil Romano (Paulo, I.21.11) de que o marido pode retirar do dote da sua mulher as despesas que fez com o seu funeral. Ora, o título 21 em que a provisão 11 se enquadra é dedicado aos sepulcros, o que indica que se fala precisamente dum aspeto do caso de Quintiliano: a abertura de túmulos para recuperar valores aí depositados.

Esta questão jurídica parece estar em flagrante contradição com a provisão da Lei das Doze Tábuas (X, 8) quanto à deposição nos túmulos de grandes quantida-

des de ouro. Admita-se que, se a quantidade de ouro fosse pequena o incómodo de o retirar do túmulo poderia ser dispensado e, com ele, os aspetos certamente mais desagradáveis da operação. Mas estar-se-á aqui perante uma situação mais complexa? Seria a deposição nos túmulos uma alternativa ao depósito de partes da fortuna junto dos meios consuetudinariamente consagrados (os banqueiros, os cofres dos patronos), que a Lei teria tentado combater?

Outra questão, independente desta, mas igualmente rica de perspectivas para os arqueólogos:

- Serão os preceitos aqui mencionados (deposição de joias nos túmulos, com seus limites e proscricções) exclusivos de Roma? Terão outras sociedades utilizado a deposição funerária como forma de entesouramento recuperável (com seus interditos e permissividades)? As respostas em que penso para estas perguntas são, respetivamente, não e sim, propondo como conclusão provisória que, provavelmente, as deposições funerárias foram entendidas nalgumas, senão em muitas, situações, como deposições recuperáveis, um pouco ao modo como as «ocultações» estudadas, privadas ou coletivas, podiam ser.

E parece dispensável revisitar a historiografia para sustentar que todas as ofertas a templos na Antiguidade foram, quase por definição, propriedade pública ao dispor dos poderes do momento quando a situação foi considerada suficientemente grave. Talvez na Grécia houvesse mais escrúpulos e em Roma, no período das guerras civis, se tenha atingido um nadir no temor expectavelmente associado a estas questões, mas a noção a reter é, porventura, que um depósito ritual que nunca foi recuperado, deve ter assistido a um qualquer fenómeno, outro que a simples permanência do respeito religioso.

Parece possível sustentar, portanto, que existe um *continuum* nas permutações possíveis entre as intenções originais na colocação de um objeto (seja uma joia) numa situação determinada e a sua recuperação em tempos hodiernos pela investigação. Isto vai no sentido de dizer que situações muito diferentes na origem e no processo podem ter resultados documentalmente muito semelhantes e situações comparáveis podem, por circunstâncias não determináveis, chegar aos dias e olhos de hoje de forma aparentemente dissemelhante. Neste sentido, a discussão das intenções originais e dos processos supostos, sem o aporte concreto de dados de observações de terreno, é uma discussão metafísica e não-científica.

Uma análise aprofundada dos contextos tem obviamente valor, como Raquel Vilaça (2007, p. 23-27) muito bem demonstrou, mas a própria abertura de perspectivas aos caminhos que conduzem à deposição, no que significam de entendimento da atividade consciente e autónoma dos manipuladores dos objetos prévia à deposição, leva a pensar que certamente não será na contextualização dos achados de ourivesaria, maioritariamente sempre suposta e não verificável, que reside

o futuro da investigação. Apesar de a morfotipologia e o estudo estilístico (também na perspectiva genética, monteliana) estarem fora das correntes modernas do pensamento em arqueologia, é aí que reside o futuro dos estudos da ourivesaria arcaica (e, nesta frase, pretendo subsumir nos estudos morfotipológicos a contribuição da arqueometria, sem desprimor para os seus fautores).

### 3. O QUE LUZ E É OURO

Os achados de ourivesaria representam, na sua globalidade, um indicador significativo de uma atividade – a mineração e transformação de metal precioso – que representou indiscutivelmente um papel muito importante nas sociedades antigas e que, para além disso, produziu artefactos cuja utilização era central na afirmação e representação das elites dessas sociedades, sendo por isso legítimo atribuir-lhe valores simbólicos que permitirão compreender alguns fenómenos que nelas ocorriam.

Olhando, de uma forma muito geral, para todo o período coberto pelo estudo da ourivesaria arcaica, do III milénio a.C. ao século VI d.C., verificamos uma aparente evolução que interessará aprofundar, para verificar a possibilidade de estarmos perante um desses fenómenos sociais relevantes que importa compreender.

De forma simplificada, pode afirmar-se que ao longo do III milénio e primeiro terço do II milénio os achados que conhecemos são, essencialmente, deposições funerárias. A grande maioria dos achados do II milénio são, todavia, achados isolados, que se supõem ser fruto de ocultações não recuperadas ao longo desse período. Os inícios do I milénio e da Idade do Ferro revertem a situação, e voltam a tornar-se comuns as deposições funerárias, ocorrendo apenas algumas ocultações cuja composição permite, por vezes, oferecer alguma explicação quanto à sua origem; no entanto, ao longo deste período a progressiva rarefação do metal precioso é evidente e vai, sobretudo a partir do século II a.C. tornar-se ainda mais sensível devido à presença regular da amoedação.

Este panorama não se restringe aos achados de ouro, acontece também com os depósitos de bronze (Gibson, 2007; Vilaça, 2007, p. 19-27). O II milénio assiste a um conjunto de fenómenos, de que os depósitos de metal fazem parte, que levanta questões muito interessantes relativamente à visibilidade ou invisibilidade do registo arqueológico, que se dividem meio-por-meio entre aquelas que são imanentes do próprio registo e aquelas que são operativas, fruto das possibilidades e dificuldades da investigação arqueológica (Jorge, 1998, p. 151-167). São de facto raros os casos de exame de deposições/ocultações no seu contexto arqueológico mais lato, exercício por outro lado pouco frutuoso, dada a disparidade de informações existentes, como no caso, a alguns títulos excepcional, de Claros Montes (Paço, 1965, p. 162; Calado, 2001, p. 32 e 240).

Considerando as observações feitas no ponto anterior acerca das limitações do estudo contextual dos achados de ourivesaria (por isso mesmo, já aqui reduzidos a uma distinção simplista entre ocultações e deposições funerárias), o exercício de partir do estudo dos depósitos para uma contribuição substantiva ao estudo do período é desde logo assumida. Há no entanto um elemento imanente do registo que se pode considerar importante, que é o volume de metal ocultado.

É claro que não existe um algoritmo que permita transformar o volume de metal conhecido na atualidade numa aproximação ao volume de metal recuperado na Antiguidade. Esse algoritmo não existe pois as variáveis que teria de incluir são grandezas desconhecidas, nomeadamente:

- Qual é a rendibilidade das distintas fontes de matéria-prima para a ourivesaria?
- Qual é a taxa de reutilização de metal, através da transformação de objetos mais antigos, na produção de ourivesaria em cada período?
- Qual a incidência de situações em que objetos ocultados, depositados ou conservados em uso no seio das sociedades, foram recuperados ou mobilizados para a sua transformação em novos objetos?
- Qual a taxa efetiva de sobrevivência no registo arqueológico das peças depositadas ao longo dos tempos (que talvez não seja idêntica para todos os períodos)?

Não obstante, é possível, e porventura vantajoso, examinar estas questões com maior pormenor e recorrendo a alguma informação arqueológica de base.

### 3.1. A matéria-prima

É possível que até ao estabelecimento de contactos regulares com os Fenícios, com o incremento da procura de metal precioso que estes causaram, as sociedades peninsulares não se tenham dedicado à mineração propriamente dita. Parece ser esta a lição dada pela investigação da mineração na região de Huelva (Blanco et al., 1970; Blanco e Rothenberg, 1981, p. 169-170) e a mesma conclusão poderá talvez ser intuída a propósito de Aljustrel (Domergue e Andrade, 1971; Alarcão, 1997, p. 100-102), embora aí com menos suporte. Até essa época, portanto, o ouro seria recuperado através da lavagem de areias fluviais (Healy, 1978, p. 31-35) e essa é de facto a situação a que Estrabão, escrevendo num período anterior ao do grande desenvolvimento da exploração aurífera peninsular em época imperial, se refere.

Esta exploração aurífera romana é potencialmente responsável pela obliteração de muita evidência anterior, a ter existido. No entanto, deve ser introduzido aqui um módico de proporção, que se pode exprimir da seguinte forma: a exploração propriamente mineira pré-histórica deve ter sido suficientemente modesta para não ter deixado traços nas zonas de exploração romana pois, e por analogia, nos locais onde a exploração romana aconteceu, a exploração moderna dessas

jazidas não foi normalmente suficiente para eliminar completamente os seus vestígios. E que, apesar de muito destruída, a ocupação pré-romana em Huelva possa ter sido identificada, vem precisamente em abono desta posição.

Por outro lado ainda, há evidências de que algumas explorações pré-romanas, que foram interessantes à sua pequena escala em determinados momentos (designadamente na Idade do Ferro), mas suficientemente não-importantes para serem ulteriormente abandonadas, sobreviveram reconhecivelmente em zonas limitadas (Correia e Parreira, 2002, p. 44-45).

Existe um problema subsidiário a este, que tem que ver com a natureza do metal explorado. É possível que algum ouro e alguma prata fossem recuperados como subproduto da exploração do cobre na faixa piritosa do Sudoeste (Healy, 1978, p. 26), já na Idade do Bronze. E é geologicamente plausível que algum ouro fosse recuperado nas mesmas operações que conduziam à exploração do estanho em meio aluvionar. No entanto, o mais provável é que a parte mais substancial do aporte de metal nobre à circulação na pré-história fosse o bateio, a lavagem das areias fluviais para a recuperação de ouro em palhetas ou pepitas.

A rendibilidade deste método, pelos dados modernos, é muitíssimo variável, desde frações de grama por tonelada até cerca de 10 gramas por tonelada. Estes dados modernos, todavia, provêm sobretudo de explorações comerciais em áreas de depósitos aluvionares na alta bacia dos rios peninsulares (Domergue e Herail, 1978, p. 40-41), havendo indicações de que os teores sobem da base para o topo dos depósitos e sobem também de montante para jusante; é portanto possível, mas restaria para ser determinado, que os teores continuariam a subir ao longo do curso dos rios, até às zonas onde a exploração pré-histórica teria lugar.

Esta última afirmação não parte de nenhum apriorismo. Parece de facto pouco provável que as sociedades da pré e proto-história tenham explorado intensivamente as jazidas aluvionares das altas bacias, onde realmente nunca se encontraram vestígios de ocupações significativas dessa época; Plínio e Estrabão concorrem na coincidência das zonas de produção de ouro em zonas montanhosas e desérticas, o que algumas análises paleoambientais corroboram (Domergue e Herail, 1978, p. 22-26). A exploração pré-histórica dessas zonas, a existir, revestir-se-ia provavelmente de um carácter episódico, desligado das correntes essenciais de desenvolvimento do sistema agropastoril.

Aqui reside a principal dificuldade deste tema: a necessidade de associar uma atividade intrinsecamente invisível no registo arqueológico (já que o único instrumento seu específico – a bateia – não seria reconhecido como tal mesmo que fosse encontrado, eventualidade já por si duvidosa), possivelmente conduzida em pequena escala e de forma irregular, com o padrão de povoamento e ocupação do espaço (Jorge, 1999, p. 121-124), no que a situação se distingue dos aspetos ligados à mineração de outros metais (O'Brien, 2007), de forma diretamente

ligada à diferente rendibilidade dos depósitos e dos mecanismos a jusante no seu processo de transformação e utilização dos produtos.

Haverá um instrumento que permitirá analisar esta questão. Se for possível demonstrar uma preferência de localização de povoados do II milénio junto de rios com condições de exploração de areias auríferas, esse seria um elemento explicativo importante. Infelizmente tal preferência, a ser visível, não foi ainda demonstrada.

A interpretação alternativa é a de que a exploração de areias auríferas não era uma preocupação crucial da localização dos povoados, porque a atividade era suplementar ao sistema agropastoril, nuclear na economia. Esta atividade, irregular e episódica decorreria em zonas marginais dos territórios dos povoados, nas praias fluviais sujeitas a modificações de contorno de um ano para outro (circunstâncias que potenciarium a mobilização de metal nos sedimentos), nos pequenos troços de rio sujeitos a secas periódicas, que podem chegar à sua completa seca (que no Alentejo se designam por «pegos») e, nas mesmas circunstâncias, nos vales de ribeiras periodicamente expostas; em suma, locais que poderiam, e aliás deveriam, desempenhar um papel muito importante no sistema agropastoril, designadamente na alimentação e transporte dos gados, pois são os mesmo locais onde os rebanhos se dessedentam e atravessam, mas que, pela sua própria importância, dificilmente são controlados de forma estrita por um único povoado, se a situação for olhada num espetro cronológico suficientemente amplo.

É todo um conceito de paisagem que necessita de ser convocado para a compreensão desta questão, com o papel dos rios, das linhas de água, no seu centro. O rio une, não separa, não é uma fronteira. Mas o rio, ponto de convergência, é inevitavelmente ponto de conflito ou de negociação. A riqueza aurífera do rio, oferecida episodicamente à(s) sociedade(s) que à volta dele habita(m) (e, por vezes, esse dom foi retribuído com outras ofertas ritualizadas) é um elemento principal da relação destas sociedades com a natureza, na medida em que é um recurso natural essencialmente não utilitário, manipulado única e simplesmente em funções ritualizadas de representação social é, em suma, a forma natural de exprimir uma função cultural.

O que, no entanto, nos reconduz à efetiva rendibilidade do bateio. Qual seria a expectativa normal de uma operação fluvial e o que poderia essa atividade representar a montante de uma fileira económica e artesanal produzindo objetos de adorno?

Existem indícios de que ao carácter episódico da atividade que se propõe ter sido dominante, poderia ter estado associado uma taxa de sucesso muito significativa (vejam-se as referências modernas em Celestino e Blanco, 2006, p. 26-27), sobretudo no que se poderia designar como o sucesso anormal estocasticamente distribuído, ou seja, em certas ocasiões a rentabilidade de uma operação poderia

ser extraordinariamente elevada, como algumas referências antigas testemunham (Ramin, 1977, p. 127-130). Para este facto concorriam dois fenómenos:

- Em primeiro lugar, sobretudo nos momentos mais antigos do período que tratamos (digamos, no Calcolítico) a recuperação de ouro aluvionar contava com eternidades de metal acumulado sem nunca ter sido explorado. Mesmo descontando a senescência natural dos depósitos (que eventualmente seriam arrastados para o oceano), existiriam certamente zonas localizadas de riqueza imensurável.
- Em segundo lugar, a expansão do sistema agropastoril que se tinha iniciado no VI milénio e conhecido desenvolvimentos importantes ao longo do IV e sobretudo do III milénio teria implicado importantes movimentos de deflorestação e de subsequente erosão nos depósitos aluvionares das altas bacias dos rios, assegurando um fluxo contínuo de sedimentos ricos em mineral que em parte atenuariam os efeitos de esgotamento das operações em zonas localizadas ao longo do período estudado e que serão talvez os principais responsáveis pela reputação da riqueza aurífera da Hispânia nas fontes clássicas.

Independentemente de toda a análise possível da ecologia do ouro, o que é manifesto da evidência conhecida é que existe ao longo do II milénio a.C. um movimento sustentado de aumento do peso dos objetos produzidos nesse metal; não sendo possível, pelas razões antes expostas, imaginar credivelmente que as quantidades de ouro utilizadas pudessem ser produto de uma única operação de recolha de metal, ou mesmo de operações de recolha de metal continuadas ao longo do tempo em áreas delimitadas (pois é difícil imaginar como se armazenaria o metal até às quantidades manipuladas serem atingidas), é logicamente necessário imaginar que o ouro vai sendo transformado paulatinamente, e que sucessivos objetos se combinam até atingir o volume que comunidades em concreto (ou indivíduos com papel determinante nas decisões dessas comunidades) deliberaram reunir numa só joia.

É esta situação que explica a frequente ocorrência de: *i*) cadeias de espirais encadeadas; *ii*) «ouro em meada», por vezes associado a objetos cuja aparência é a de material recusado; *iii*) conjuntos complexos, normalmente com objetos aparentemente recusados (Maria Amélia Fernandes *in* Armbruster e Parreira 1993, p. 180; Correia et al. 2013, p. 36-39).

Estas três formas de conservação do ouro, prévias à produção de objetos utilizáveis como joias, são indicadores de três fenómenos distintos, ou de três momentos diferentes no processo de acumulação que proponho interpretar como «a cadeia trófica do ouro».

As espirais representam, segundo esta teoria, a forma primária de conservar o ouro próximo da sua fonte de recolção, reunindo várias características

importantes para facilitar a sua manipulação, a produção dos objetos e, inclusive, fenómenos de intercâmbio primário do metal: a transformação do ouro em fios não levanta problemas técnicos que não pudessem ser resolvidos por técnicas metalúrgicas elementares; uma espiral é uma forma natural de armazenar um fio metálico em boas condições de conservação e com economia de espaço; a standardização das espirais oferece desde logo um instrumento de medida da quantidade de metal, podendo no limite funcionar como instrumento pré-monetal.

O ouro em meada (de que o achado mais emblemático é o pequeno esconderijo de Sequeade, que foi ocultado dentro de um vaso troncocónico típico do Bronze Médio do Norte do país; Soeiro, 1982) representa, provavelmente, uma forma tecnologicamente menos evoluída de realizar o mesmo passo tecnológico que as espirais. Porventura, pode ter sido recorrente que algumas comunidades, manipulando menos frequentemente o metal precioso e por isso não dispendo da mesma aptidão técnica, simplificassem dessa forma o processo de transformação e armazenagem das pepitas.

Os conjuntos complexos, que por vezes combinam as duas formas mencionadas com objetos (ou seus fragmentos) em distintos estados de conservação, deverão recobrir diferentes estádios de aproximação à produção final de joias: nalguns casos poderão representar uma acumulação primária de metal de uma comunidade ou de um proprietário, feita ao longo do tempo sob metodologias que foram evoluindo, noutros poderão ser verdadeiramente «depósitos de fundidor», ocultados ou perdidos antes da operação final de fundição (sendo o caso mais revelador, porventura, o tesouro de Bélmez; Almagro, 1977, p. 56).

Em qualquer caso, a tipologia dos objetos incluídos nesses conjuntos, se der indicações cronológicas, estabelece um *terminus ante quem* para a ocultação.

Dois casos parecem merecer atenção especial, pois os objetos associados dão indicações potencialmente reveladoras da extensão cronológica do processo: o tesouro de Mérida no British Museum (Almagro, 1977, p. 35-38) e o tesouro de Chaves (Armbruster, 2000, p. 202): o primeiro conjunto inclui uma dita «*tobillera*» que, se se tratar efetivamente de um «*basket ear-ring*», situaria a deposição no Bronze Antigo (Briard, 1998, p. 118-122) o segundo conjunto inclui um bracelete de tradição Villena-Estremoz que alarga o espetro cronológico até épocas muito mais tardias da Idade do Bronze e redireciona a área geográfica deste fenómeno do Atlântico para o Mediterrâneo (cf. Ruiz-Gálvez, 1988, p. 108-111), como aliás também acontece, mas com menos certezas, com o conjunto de São Martinho de Alcácer do Sal (Armbruster, 2000, p. 208; Correia et al., 2013, p. 88-91).

Trata-se, em suma, de um processo de duração milenar e de grande espetro geográfico.

### 3.3. A biografia dos objetos

A noção teórica da «cadeia trófica» na produção de objetos de ouro ao longo da Idade do Bronze levanta uma questão imediata: a dos limites dessa cadeia.

Um desses limites definir-se-ia certamente por critérios logísticos: a disponibilidade de matéria-prima no território das comunidades; a abundância de outros recursos que permitissem, por intercâmbio, obter esse metal; a capacidade de, por meios coercivos, arrecadar recursos pertencentes a comunidades vizinhas; enfim, a inteligência das elites na gestão das reservas, através do dom, do intercâmbio e do saque (todos eles com um elemento de reciprocidade não negligenciável), determinariam finalmente a riqueza relativa de uma comunidade e a fração dessa riqueza imobilizada nas grandes joias.

E os achados demonstram que essas joias são por vezes reutilizadas para a produção de outras mais pesadas.

Esta situação, todavia, carece de mais exame.

Enquanto elemento de representação, as joias seriam utilizadas, não, talvez, numa base quotidiana, mas como elemento circunstancial: isto pode ser observado pelo facto de a maioria das grandes peças não mostrarem um acentuado desgaste pelo uso, sendo neste ponto os colares da Senhora da Guia (Kalb, 1992) uma exceção.

A situação pode ser facilmente reconstituída: cada exposição de uma joia é ocasião de insegurança; pode dar-se um acidente, um roubo ou um saque. E quanto mais importante a joia, mais agudos os riscos.

Pode portanto postular-se que, quanto mais importante a joia, mais condicionada estaria a sua exibição, e a escolha das ocasiões em que tal aconteceria constituiria o elemento central da ritualidade das circunstâncias da sua exposição, por parte dessa comunidade. Isto constituiria a «biografia» das joias (Gosden e Marshall, 1999, p. 174-176).

Esta «biografia» seria uma condicionante muito forte ao desenvolvimento da cadeia trófica do ouro, pois haveria limites, do foro mitológico e ritual, ao sacrifício de peças específicas para a produção de outras maiores ou mais pesadas, condicionantes mais fortes até – pode-se postular – que o limite logístico (pelo menos para certas comunidades).

Deve-se portanto crer que a «biografia» das peças tem um potencial mitopoiético, ligado à «genealogia» que subjaz à «biografia» (op. laud., p. 176-177) e diretamente proporcional à limitação ritual das circunstâncias de exposição das peças. Quanto maior o investimento colocado numa joia, seja em quantidade de metal utilizado, seja sobretudo na memória das peças já de si notáveis que foram sacrificadas para a produzir, menos frequentemente essa peça será exposta, seja por precaução, seja como forma de assegurar a permanência do seu alto valor ritual e mitológico e, no limite, a «melhor peça de todas» nunca encontra uma situação suficientemente especial para ser mostrada.

É por esta forma que as comunidades operam o que já foi identificado como sendo a «retirada» intencional das peças do seu esquema social. Mas não se deve por tal pensar que essas peças não continuaram a existir nesse esquema, ao nível da mitologia partilhada por conjuntos de comunidades e, dessa forma, continuaram a desempenhar o seu papel.

### 3.4. Transformações territoriais e investigação

O último elemento do algoritmo impossível que foi acima proposto para a compreensão global do volume de metal manipulado na Antiguidade é o da sobrevivência dos objetos no registo arqueológico e da sua efetiva recuperação: há um elemento que é necessário abordar na compreensão deste aspeto e da sua eventual modificação, que é o do possível incremento do volume dos nossos conhecimentos através de um programa de deteção remota por recurso a detetores de metais, que países como a Dinamarca ou o Reino Unido (Thomas, 2012) levam a cabo utilizando para tal a cooperação de amadores voluntários que utilizam tais aparelhos como atividade de lazer.

Recentemente o programa dinamarquês foi avaliado positivamente como um significativo mas rendoso investimento, que teria, para além de aumentar os conhecimentos, aberto, na verdade, novos caminhos de investigação (Dobat, 2013, p. 718-719).

A atual legislação portuguesa não permitiria imaginar um programa desse género, pois a utilização de detetores de metais é proibida pela Lei n.º 121/99, de 20 de agosto. E, acrescento desde já, ainda bem que assim é.

Não considero convincentes os argumentos sistémicos a favor da integração da atividade de detetorismo na prática científica, pois é evidente que se trata, sempre, de uma atividade baseada em princípios não científicos, irresponsável quanto aos contextos dos objetos e frequentemente prejudicial à sua conservação (sobretudo quando é levada a cabo sobre sítios mais complexos e não vocacionada para a localização de deposições isoladas, o que nunca acontece). E tão pouco se encontram, a meu ver, suficientes exemplos relevantes de achados exemplarmente contextualizados – que todavia existem – para contrabalançar estes aspetos.

Reputo, portanto, o foco colocado neste género de programas como sendo um epifenómeno da arqueologia antiquarista e pré-científica. E creio melhor direcionado o investimento na melhoria das capacidades públicas de acompanhamento e vigilância das transformações territoriais que irão paulatinamente trazendo à superfície as evidências da ourivesaria arcaica que ainda se mantém soterradas.

E se é da recuperação de objetos impressionantes que se trata, há sempre tarefas a empreender, como é o caso de um bracelete da tradição Villena-Estremoz, proveniente de Portalegre, recentemente transacionado num leilão internacional (*infra* fig. 23).

#### 4. OS DEMIURGOS DO OURO

Reconheça-se em função das questões antes tratadas que o panorama dos nossos conhecimentos não é o que se desejaria, desagradável ocorrência muito recorrente em Arqueologia; todavia, é sempre e só dado à investigação trabalhar com a matéria disponível, não com aquela desejada para uma situação ótima. E há também um elemento não quantificável nem determinável com precisão, que pode e deve ser trazido à discussão: não devemos rejeitar a hipótese de o acumular de achados, cristalizado numa qualquer peça a identificar que reúna características, não inéditas, mas até aí não perfeitamente identificadas noutras peças, venha a trazer à atualidade dos conhecimentos disponíveis algum fenómeno ou conjunto de processos que até aí não estavam considerados. Mas esta é uma concessão lógica gratuita; se e quando tal ocorrer a investigação incorporará esse dado – até lá há que trabalhar com o material acessível.

E é neste universo que importa adiantar aquela perspetiva que, na introdução do presente texto, foi erigida em primeiro dos seus objetivos: uma discussão aprofundada das linhas de força do quadro geral de evolução da produção e uso da ourivesaria arcaica no Ocidente da Península Ibérica.

Esta discussão pode, mas não deve, afastar-se da questão central da produção das peças, enquanto resultado da intervenção de um indivíduo (o artífice) sobre uma quantidade específica de matéria-prima, seja em bruto, seja sob a forma de objetos a reciclar.

Deste ponto de vista, a designação destes indivíduos como «demiurgos» justifica-se na medida em que se está perante algo mais que a simples transformação, por processos mecânicos ou físico-químicos, de uma qualquer matéria anódina. Pelo contrário, trata-se da intervenção especializada de um indivíduo sobre um elemento essencial da representação de um grupo social. E todas as permutações possíveis da posição desse indivíduo nesse grupo são possíveis: pertence-lhe, não lhe pertence e é chamado a intervir *ad hoc*; exerce a função permanentemente, ou apenas episodicamente; tem um estatuto elevado, ou tem um estatuto pouco privilegiado; esse estatuto modifica-se com a execução de uma operação específica, ou não, e modifica-se no sentido da melhoria do estatuto ou pelo contrário, e essa modificação depende do sucesso da operação? As perguntas podem multiplicar-se (o que parece não estar sempre presente nalguns posicionamentos sobre a questão, cf. Turek, 2013, p. 150-153; Gorgues et al., 2013).

A problemática vai diretamente ao cerne de um debate que é simultaneamente técnico e epistemológico, que se prende com a possibilidade e a conveniência de uma análise aprofundada da obra de um artífice (ou de uma oficina), se e quando pode ser determinada como conjunto discreto (no sentido matemático do termo) pelas suas características técnico-estilísticas, servir de base a uma estrutura temporal que permite seriar as produções. A figura emblemática deste

paradigma é Sir John Beazley e o seu estudo da cerâmica ática (Morris, 1994), por vezes criticado pela sua alegada insuficiência antropológico-cultural, mas admitido pelos seus críticos como base indispensável de trabalho, ainda que por vezes relutantemente (Robertson e Beard, 1991). É importante salientar que a metodologia pode – e foi-o com sucesso – ser extrapolada para meios congêneres de data muito anterior (Davison, 1968) e mesmo para ambientes tecno-culturais completamente diferentes (Strom, 1971). A posição sensata, creio, é a de admitir todas as metodologias úteis, se e até onde elas se revelarem verdadeiramente úteis, ou seja, se produzirem um avanço do conhecimento que ilumine aspetos da realidade que, de outra forma, permaneceriam obscuros, sem cair em maneirismos de interpretação (Snodgrass, 1994, p. 198).

De um ponto de vista muito concreto, este que é o método de melhor tradição nos estudos de metalurgia antiga implica, no que à ourivesaria arcaica diz respeito, por um lado, uma muito maior atenção à técnica de execução das peças, individualmente consideradas, na linha do que Barbara Armbruster vem fazendo com assinalável sucesso nas coleções nacionais (e não só). Por outro lado, torna-se necessário colocar entre parêntesis a prática mais comum da «busca do paralelo», que frequentemente dispersa a observação de semelhanças formais sem significado objetivo, ficando a valorização desses paralelos à discrição dos preconceitos subjacentes aos programas de investigação específicos em que cada investigador se enquadra (formal, informal ou até inconscientemente). Este é «*the method*» (cf. Burgess, 2007, p. XVI).

#### 4.1. Os primeiros objetos de adorno

A maior parte dos mais antigos objetos de adorno em ouro conhecidos no território português (e por várias razões concomitantes são eles os que principalmente permitem descrever a situação para todo o ocidente da Península Ibérica e, por extensão, para muita da Europa Atlântica) poderiam ter sido produzidos a partir de uma única pepita de ouro, de uma dimensão assinalável, mas não extraordinária, entre aquelas referidas nas fontes mais antigas que antes foram mencionadas.

Estes adornos são conhecidos de sítios funerários nos estuários do Tejo, Sado e Algarve. Existe portanto uma coincidência geográfica entre processos geomorfológicos, tal como se podem reconstituir, e achados arqueológicos, no sentido de indicar um processo indutivo de compreensão das propriedades de um material disponível, em certa abundância, na natureza, por parte dos primeiros metalurgistas.

Mas, sem que as condições de jazida e o nosso conhecimento sobre elas sejam o suficiente para uma análise pormenorizada, é claro que a difusão do uso destes adornos metálicos é muito larga e muito rápida, mantendo uma simplicidade técnica marcante.

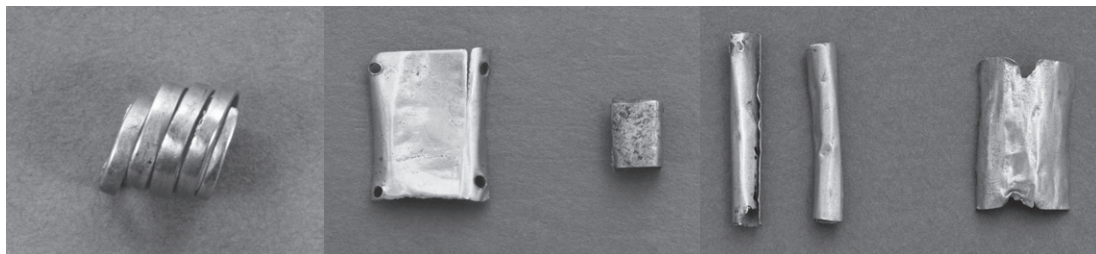


Fig. 1 – Objectos de adorno de casal Pardo: a) espiral de casal Pardo 1; b) placa e contas de Casal Pardo 1; c) placa e conta de Casal Pardo 2. MNA. DGPC/ADF



Fig. 2 – Anel espiralado do Monte da Pena. MNA. DGPC/ADF



Fig. 3 – Anel espiralado da Srª da Luz. MNA. DGPC/ADF

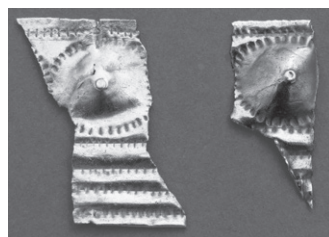


Fig. 4 – Fragmentos de diadema de Mira d'Aire. MNA. DGPC/ADF

Aparentemente, os artífices do III milénio imaginaram duas formas de trabalhar as pepitas: alongá-las em fios, que enrolaram formando espirais, usadas como anéis, tal como está arqueologicamente documentado; ou transformá-las em finas lâminas que podem ter sido usadas sobre o crânio, como diademas, ou sobre o pescoço ou o colo como peitorais, ou nos braços, como braceletes lisos, ou que, eventualmente, podem ter sido usados aplicados noutras partes da anatomia, não diretamente, mas como aplicações sobre o vestuário. Esta última hipótese é sobremaneira sugestiva quando se consideram as efetivas condições de conservação de alguns destes objetos mais antigos, da Anta do Zambujeiro, Alcalar (Correia et al. 2013, p. 22-24), Moita da Ladra (Cardoso e Caninas, 2010, p. 93) ou La Pijotilla (Celestino e Blanco, 2006, p. 96-97), onde nenhuma forma imediatamente reconhecível é discernível – pode-se estar perante aplicações de vestuário, em moldes que a documentação arqueológica não permite reconstituir.

Reconstituição sobretudo difícil considerando o uso que, em certas situações, foi dada ao ouro como no caso do depósito de Villaverde del Rio (Fernandez, 1983; Celestino e Blanco, 2006, p. 33) em que uma faixa áurea, que em qualquer outra situação seria interpretada como um cinturão ou um diadema (e o seu uso final não invalida esse uso original), foi utilizada para manter agrupado um conjunto de pontas de seta em cobre, de tipo Palmela.

Trata-se de facto de utilizações muito particulares de um metal precioso em situações a todo o título excecionais, mas que permitem algumas observações suplementares. Entre estas estará o facto de as placas de ouro mostrarem alguns



Fig. 5 – Placa da Moita da Ladra.  
MNA. DGPC/ADF

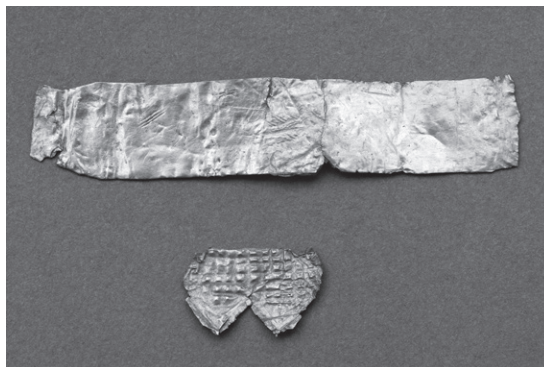


Fig. 6 – Adornos de Alcalar. MNA. DGPC/ADF

casos um padrão decorativo, de triângulos preenchidos por traços paralelos a um dos lados que, vindo a ser um elemento muito característico de toda a ourivesaria até aos alvares da Idade do Ferro, remonta, enquanto modelo artístico, à decoração dos ídolos-placa dos monumentos megalíticos.

E é também neste momento de transição entre o final do Calcolítico e os primeiros momentos da Idade do Bronze (c. 2300 a.C.; cf. Jorge, 1999, p. 73), que surgem, segundo a perspetiva que aqui se vai seguindo, os primeiros objetos cujo peso torna improvável que resultem da transformação de uma única pepita, pois o seu peso ultrapassa o expectável: o diadema da Quinta da Água Branca e o braçal de arqueiro de outra sepultura também achada em Vila Nova de Cerveira (Correia et al., 2013, p. 27-28), em ambos casos associados a simples aros e espirais, nem sempre produto de um trabalho apurado e, no caso da Quinta da Água Branca, com uma espada de cobre arsenical, numa deposição com paralelos em Átios (Armbruster, 2000, p. 199).

#### 4.2. A afirmação sumptuária das elites da Idade do Bronze

Alguns dos objetos deste período, que nos chegaram como achados isolados, podem provir de sepulturas individuais do horizonte de transição do Calcolítico final para a Idade do Bronze Antiga. Estas sepulturas, conhecidas de maneira pouco sistemática, facilmente dariam origem a achados em que a deficiência da observação não verifica o carácter funerário do contexto, sendo de insistir neste ponto pois é evidente que a fragilidade de algumas peças e o seu bom estado de conservação abonam em favor de um soterramento em condições muito protegidas, tais como uma sepultura pode oferecer.

Uma deposição cuidada pode oferecer idêntica proteção, mas globalmente considerado o problema, que estejamos perante espólios funerários de que apenas estes elementos foram recolhidos parece a hipótese mais provável.

As tipologias presentes nestes conjuntos são simples, individualmente consideradas, mas formam um conjunto diversificado, o que se pode considerar de

certa forma surpreendente para o que se tem de classificar como um momento precoce do desenvolvimento da ourivesaria.

De facto encontramos neste conjunto de joias diademas largos lisos, como os de Évora, Papagôvas e Estremoz (Armbruster e Parreira, 1993, p. 40-43), outros diademas em fita como o de Sardoninho (Correia et al., 2013, p. 40-41), pendentes que devem ter sido utilizados como brincos, como os de Estremoz

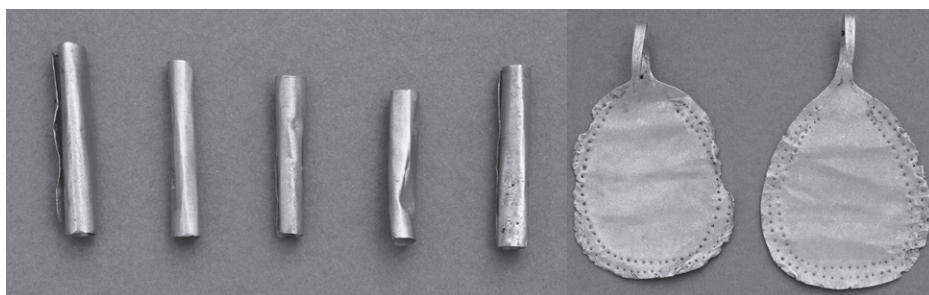


Fig. 7 – Conjunto da Ermegeira. A) contas; b) pendentes. MNA. DGPC/ADF

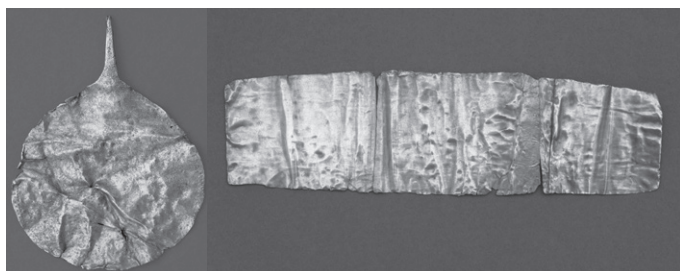


Fig. 8 – Possível conjunto de Estremoz. A) diadema; b) pendente. MNA. DGPC/ADF



Fig. 9 – Diadema de Évora. MNA. DGPC/ADF



Fig. 10 – Diadema da Lourinhã. MNA. DGPC/ADF



Fig. 11 – Gargantilha de Vale de Moinhos. MNA. DGPC/ADF

(talvez parte de um conjunto com o diadema da mesma proveniência) e Ermegeira (Armbruster e Parreira, 1993, p. 154-157), e peças *sui generis* como as de Mira Daire (Cardoso, 2004, p. 204, que todavia rebaixa demasiado a datação mais verosímil, cf. Armbruster e Parreira, 1993, p. 42). Especialmente notáveis são as gargantilhas articuladas como as de Golada (Armbruster, 2000, p. 204), Monte dos Mouros (id., p. 205) ou Vale de Moinhos (Armbruster e Parreira, 1993, p. 60-63), sendo esta última decorada por puncionamentos, como o diadema do Sardoninho ou os pendentés da Ermegeira. Ainda com a mesma decoração, conhecemos lúnulas como a de Cabeceiras de Basto (Armbruster e Parreira, 1993, p. 56-59). Este aspeto da decoração sugere a associação a este grupo do torques de remates discoidais de Alegrete e, por extensão dos outros torques da mesma classe de Gesteira e de Vila Nova de São Bento (Armbruster e Parreira, 1993, p. 50-55). Desta forma, este conjunto reforça em muito as observações de Jacques Briard (1998, p. 116-120) sobre as relações atlânticas entre finais do III e meados do II milénio com (toda) a fachada do ocidente peninsular (cf. Brandherm, 2002).

Do ponto de vista da tecnologia, há uma observação a fazer, motivada pelo conjunto do Sardoninho. A guarda e pomo do punhal desse conjunto foram fundidos pelo método da cera perdida; a raridade do achado já foi bem salientada e o achado de Alange (Celestino e Blanco, 2006, p. 99), que pertence à mesma classe, não a diminui em absoluto. O domínio da técnica da cera perdida em datas tão recuadas, todavia, talvez não seja completamente certo (ficando entre parêntesis a conta de ouro do Zambujal, que requer mais exame).

Pode tratar-se, no caso do Sardoninho, de um fenómeno de sobrevivência de uma peça (o diadema) durante bastante tempo até à sua deposição, pois a peça de Alange indicaria a pertença destes elementos áureos associados a armas ao Bronze do Sudoeste em momentos algo posteriores, como também o punhal de Belmeque sugere (Schubart, 1974).

Há uma classe problemática de objetos ligada a esta fase de utilização de objetos de ouro: as aplicações discoidais, normalmente apelidadas de «botões».

Em rigor, o único testemunho diretamente associável é o par de botões de Paredes de Coura (Armbruster e Parreira, 1993, p. 166-167), mas o conjunto de lúnula e aplicações está longe de ser seguramente um conjunto (id., p. 56). Não sabemos, portanto, se nesta fase relativamente arcaica tais aplicações já eram de utilização corrente.



Fig. 12 – Lúnula de Cabeceiras de Basto e Botões de Cabeceiras de Basto. MNA. DGPC/ADF

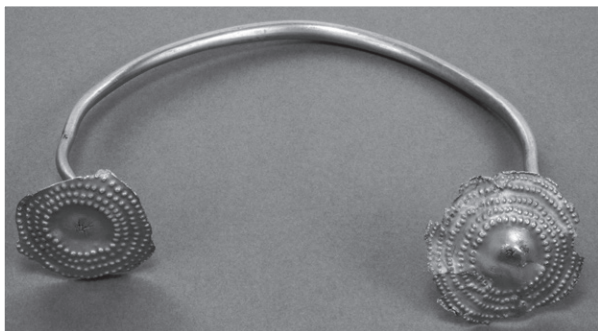


Fig. 13 – Torques de Alegrete. MNA. DGPC/ADF

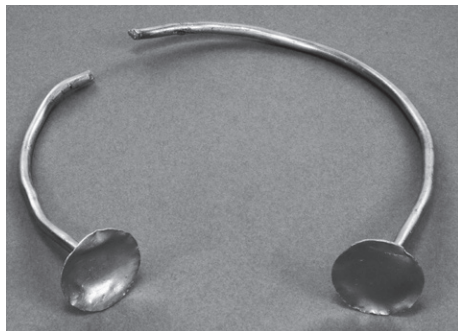


Fig. 14 – Torques de Serpa. MNA. DGPC/ADF



Fig. 15 – Torques de Gesteira. MNA. DGPC/ADF

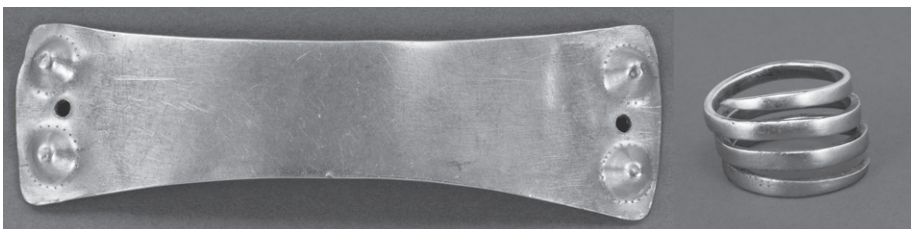


Fig. 16 – Conjunto funerário de Vila Nova de Cerveira. A) braçal de arqueiro; b) espiral. MNA. DGPC/ADF



Fig. 17 – Conjunto funerário da Quinta da Água Branca. MNA. DGPC/ADF

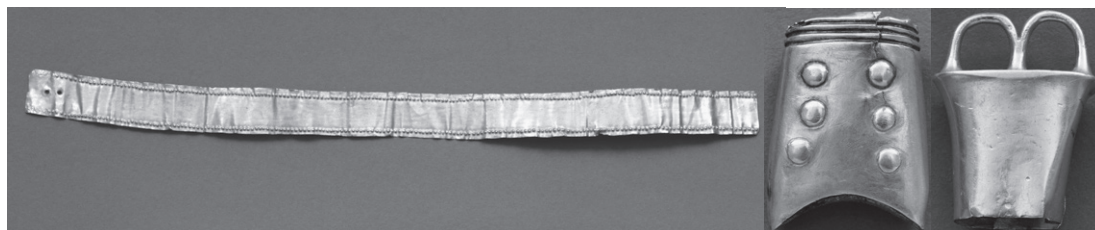


Fig. 18 – Conjunto do Sardoninho. A) diadema; b) e c) Elementos de punhal. MNA. DGPC/ADF

Por outro lado, peças únicas, como a bráctea de Sobreiral, Ninho de Açor, Castelo Branco (Arnbruster e Parreira, 1993, p. 172-173), por completa inexistência de paralelos, não podem ser facilmente atribuídas a qualquer época (e são mais frequentemente colocadas neste espectro cronológico).

De qualquer forma, parece seguro dizer que a maioria dos conjuntos de aplicações discoidais parece pertencer ao extremo final da Idade do Bronze e à Idade do Ferro (Correia et al., 2013, p. 86-91) e uma origem mais antiga, a existir – o que, por outro lado, pouco teria de estranho – necessita ainda de melhor comprovação.

#### 4.3. Tradição e inovação nos objetos de prestígio de meados do II milénio

O aspeto do domínio da técnica da cera perdida, que brevemente se examinou, é importante, pois essa técnica vai ser decisiva para o desenvolvimento pleno da ourivesaria típica da Idade do Bronze.

Este desenvolvimento corporiza-se na existência de duas tradições muito distintas quanto à técnica utilizada e, conseqüentemente, também quanto aos aspetos decorativos, verdadeiramente fenomenológicos, que os seus produtos permitem. Há inclusive, alguma distinção propriamente tipológica nos conjuntos de objetos produzidos.

As duas tradições em causa são as normalmente designadas de Villena-Estremoz e de Sagrajas-Berzocaña, ainda que, para esta última, seria mais apropriada a designação Sagrajas-Portel, pois ao segundo local corresponde a mais pesada peça conhecida, que hoje se conserva em Saint-Germain-en-Laye (Correia, 1993, p. 105-122).

As peças emblemáticas são, respetivamente, os braceletes decorados por puas e os colares fusiformes decorados por triângulos preenchidos, mas a panóplia de objetos é muito mais vasta que isso.

Ressaltam, nomeadamente, na tradição de Villena-Estremoz, os vasos e, na de Sagrajas-Portel, os braceletes de forma idêntica (reduzida em escala, obviamente) aos torques, que todavia são, via de regra, lisos.

Esta diferença tipológica poderá ter chegado a constituir uma verdadeira diferença na forma de expressão social de comunidades ligadas mais estritamente a



Fig. 19 – Parte do conjunto de espirais de Vale de Viegas. MNA. DGPC/ADF



Fig. 20 – Tesouro de São Martinho. MNA. DGPC/ADF



Fig. 21 – Tesouro de Sequeade [FOTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS]

uma ou outra das tradições, mas o panorama é mais complexo do que isso, por várias ordens de razões.

Em primeiro lugar está a transmissão de peças dentro do espaço peninsular, que permitiria a manipulação conjunta de objetos de uma e de outra das tradições, ainda que isso não se verifique de uma forma impressionante nas deposições recuperadas pela investigação; as produções da tradição Villena-Estremoz parecem ter tido uma maior difusão no espaço peninsular do que as da tradição Sagrajas-Portel, que são mais «atlânticas», mas não é claro que existam depósitos onde peças claramente de um e outro estilo tenham sido depositados em conjunto. Este elemento é tanto mais paradoxal, quanto sabemos que estas peças foram, por vezes, manipuladas conjuntamente, no que constitui, aliás, um dos elementos centrais do ponto que a seguir se desenvolverá.

Uma observação muito importante a reter no desenvolver desta questão é a produção de joias em bronze no povoado da Senhora da Guia, em Baiões (Silva et al., 1984).

Em primeiro lugar, diga-se que se trata efetivamente de produção, pois estamos indiscutivelmente em presença de um depósito de fundidor, existem peças



Fig. 22 – Tesouro de Chaves. A) Bracelete; b) aros em cadeia; c) anel espiralado. [FOTOS DO MUSEU DA REGIÃO FLAVIENSE]

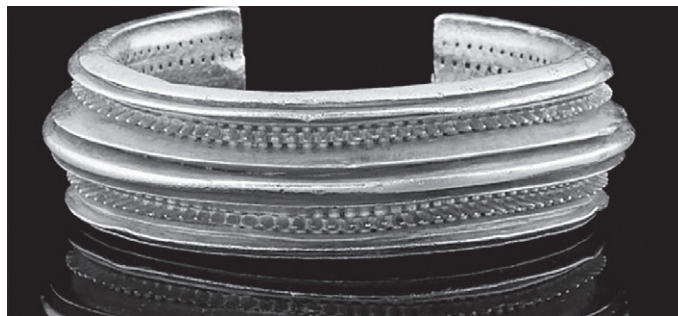


Fig. 23 – Bracelete de Portalegre [FOTO DA CHRISTIE'S]



Fig. 24 – Bracelete de Aljustrel. MNA. DGPC/ADF

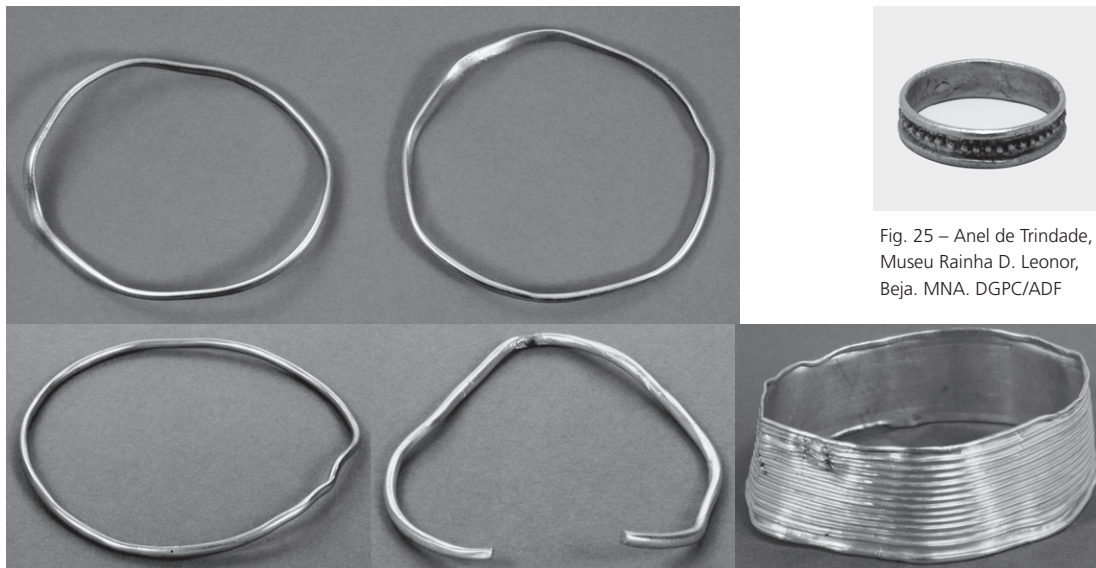


Fig. 25 – Anel de Trindade, Museu Rainha D. Leonor, Beja. MNA. DGPC/ADF

Fig. 26 – Braceletes de Colos. MNA. DGPC/ADF

que podem ser interpretadas como falhas de fundição, mas as joias, em concreto, parecem ter sido incorporadas no conjunto torêutico «em estado novo»: são por isso, com elevado grau de certeza, produções locais.

Quanto à tipologia, há braceletes fusiformes, idênticos aos da tradição Sagrajas-Portel, decorados com padrões de triângulos preenchidos como os torques. Este pormenor nunca foi identificado em peças de ouro, mas o estilo das peças é claríssimo (talvez futuros achados venham a colmatar essa falha presente no conhecimento disponível). Estes braceletes coexistem com braceletes canelados, cujo melhor paralelo são os braceletes da tradição de Villena-Estremoz (e, sem embargo, estes mostram também decorações de triângulos).

Note-se, por fim, que outros bronzes do depósito mostram à evidência a existência de contactos com o Mediterrâneo Oriental (Silva, 1990) e uma das peças, através da madeira conservada no seu interior ofereceu uma data C14 que, calibrada a dois sigma, se estende entre 1215 e 420 a.C., pelo que é pouco útil, mas que, pelas condições específicas do achado, indica que o depósito poderá ter sido fechado no século oitavo (Vilaça, 2006b, p. 91), *terminus ante quem* para o desenvolvimento destes fenómenos no domínio da produção artística.

A situação indica, porventura, que a diferença de estilo era mais significativa do que em primeira análise se poderia pensar – que a origem de um objeto se mantinha associada à sua manipulação e que essa sua distinta «filiação» reduzia a possibilidade da sua «promiscuidade» na deposição junto a peças de outra origem; mas o acumular de aspas à volta de termos essenciais da frase denuncia o carácter muito problemático do que aqui se afirma. E, por outro lado, o caso dos

bronzes da Senhora da Guia mostra que haveria margem para os artífices suficientemente aptos manipularem algumas destas técnicas segundo agendas particulares, no que se virá a revelar um aspeto determinante em períodos futuros.

Em segundo lugar está a produção, porventura levada a cabo por oficinas não diretamente ligadas nem a uma nem a outra tradições, de objetos não carac-



Fig. 27 – Bracelete tubular, de proveniência desconhecida. MNA. DGPC/ADF

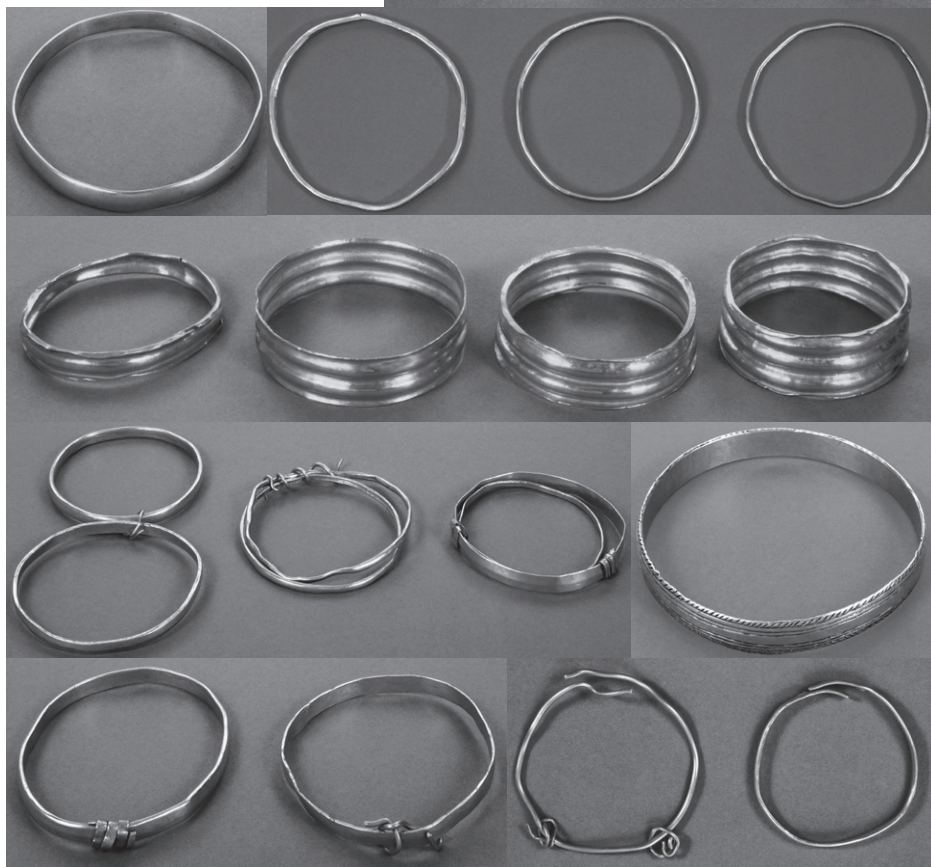


Fig. 28 – Conjuntos de braceletes tubulares: a) Beira Alta; b) Arnozela. MNA. DGPC/ADF

teristicamente marcados pelos seus aspetos típicos. Está neste caso o conjunto de braceletes tubulares, cujo exemplar mais impressionante é o de proveniência desconhecida que se conserva no Museu Nacional de Arqueologia, mas de que outros exemplares provêm de Urdiñeira, Mellide, Monte da Saia, Arnozela, Estrada, Barbanza, Regoufe e da Beira Alta (Armbruster, 2000; Correia et al., 2013, s.v.). Talvez os aros de Bougado (Silva, 2007, p. 370, n.ºs 557-558) pertençam a este grupo, e talvez a sua distribuição principal no Noroeste Peninsular não seja mero efeito de inventário desigual, mas testemunho de uma oficina, prolífica mas de características específicas técnico-estilisticamente não muito marcadas.

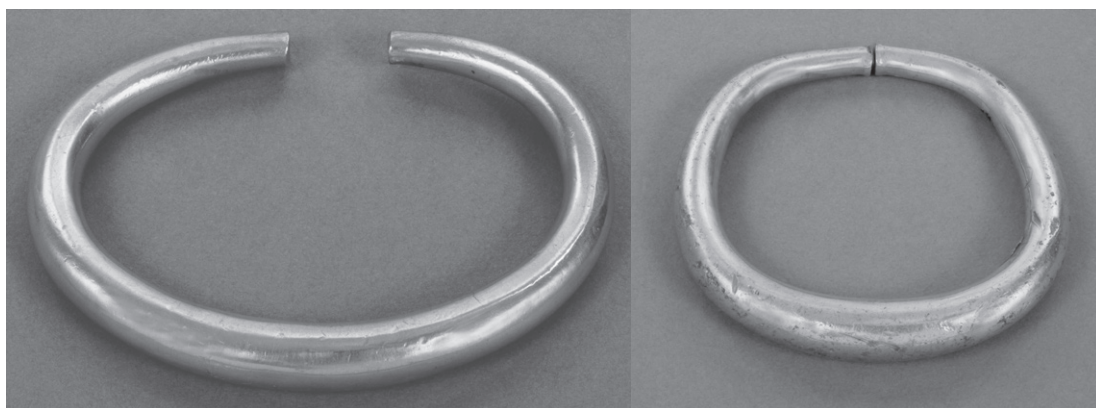


Fig. 29 – Braceletes de Baralhas. MNA. DGPC/ADF

Em terceiro lugar está a existência de conjuntos excepcionais, cuja integração no panorama geral *prima facie* não pode ser feita, talvez porque as circunstâncias de produção e deposição dos objetos, à partida, foram excepcionais. É o caso do tesouro de Caldas de Reyes (Armbruster, 2000, p. 202; Correia et al., 2013, p. 40), com alguns objetos únicos; pela sua dimensão, é o caso do próprio tesouro de Villena (Soler, 1965) e é, não pela dimensão de conjunto, mas pela quantidade de metal colocado em peças específicas, o caso de alguns dos mais emblemáticos torques fusiformes.

O padrão de utilização das joias neste momento surge como profundamente dividido entre grandes concentrações e pequenos conjuntos, cujo carácter utilitário pode ser mais facilmente admitido. Estes conjuntos surgem, por vezes, associados a espirais isoladas ou agrupadas, o que constitui, aliás, uma perturbação suplementar na reconstituição da utilização das joias, como no caso do achado de Chaves (Silva, 2007, p. 361, n.º 536; Armbruster, 2000, p. 202), que leva a colocar a hipótese de se tratar de uma peça em mau estado de conservação amortizada com uma reserva de ouro «em meada».

O mais interessante é, todavia, verificar como neste período central da Idade do Bronze um objeto – o bracelete (Armbruster e Parreira, 1993, p. 86-147) – é o item dominante da produção de ourivesaria, mesmo que não lhe pertençam os objetos mais importantes, nem em termos de complexidade técnica nem em quantidade de metal utilizado.

Há nesta constatação um caminho de investigação muito importante que pesquisará como este facto se relaciona com as fórmulas de expressão das sociedades no que à sua forma de vestir diz respeito (Sorensen, 1997). Se o bracelete é ubíquo como joia, o que se deve imaginar como forma de expressão socialmente reconhecível: um padrão de afirmação onde é a importância do metal utilizado que é representativa? (a multiplicação de braceletes nalguns achados indicaria este facto); seria o estilo individualizado dos braceletes um elemento genericamente reconhecido e valorizado, como antes se sugeriu? ou estaria a diferenciação da comunicação baseada noutros elementos, nomeadamente em aspetos do vestuário que, perecível, não podemos analisar? ou existiriam estratégias distintas de utilização dos braceletes sobre a anatomia dos seus utilizadores?

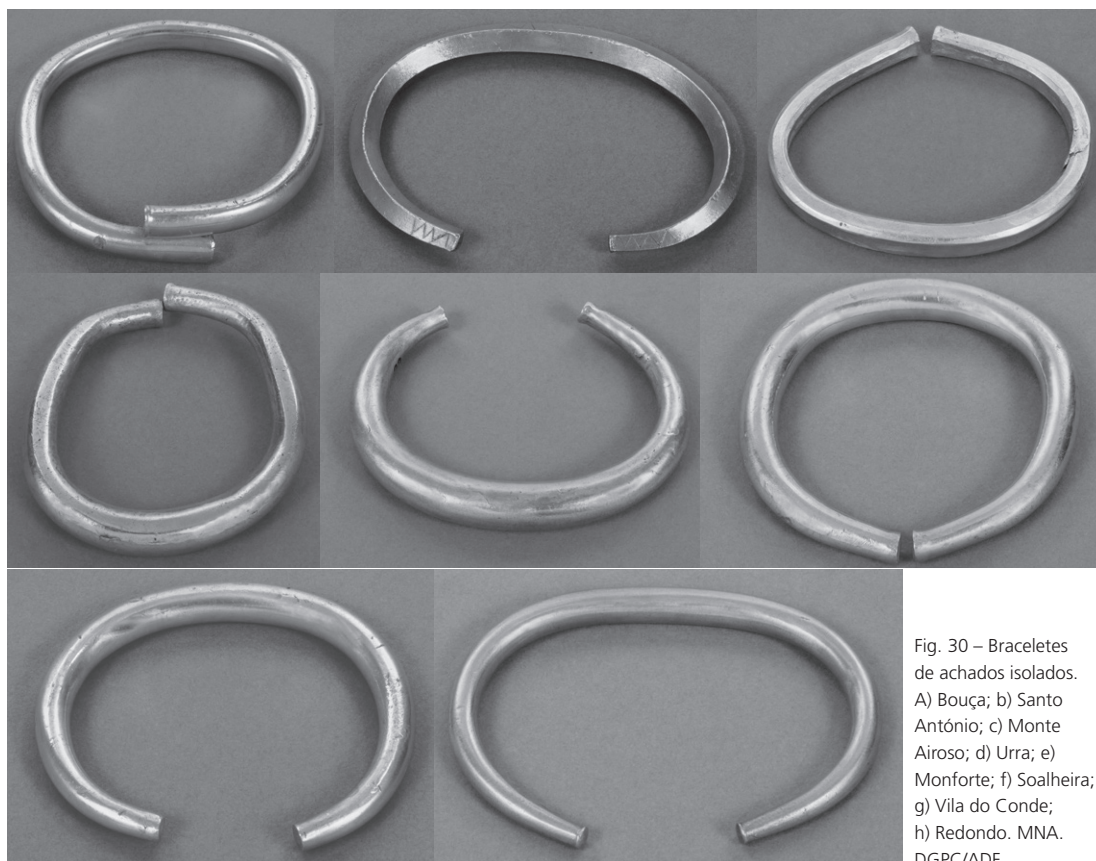


Fig. 30 – Braceletes de achados isolados. A) Bouça; b) Santo António; c) Monte Airoso; d) Urra; e) Monforte; f) Soalheira; g) Vila do Conde; h) Redondo. MNA. DGPC/ADF



Fig. 31 – Braceletes da Herdade das Cortes. MNA. DGPC/ADF



Fig. 32 – Tesouro da Senhora da Guia (Baiões). MNA. DGPC/ADF



Fig. 33 – Colar de Serrazes. MNA. DGPC/ADF



Fig. 34 – Colar de Almofter. MNA. DGPC/ADF



Fig. 35 – Colar de Vale de Malhada. MNA. DGPC/ADF

Estão nesta classe de interrogações aquelas que podem ser feitas a propósito dos torques de secção quadrada (que nalguns casos se encontraram muito enrolados, formando braceletes). Parecem, em primeira análise, corresponder a um período terminal do Bronze Final, surgindo, por um lado, associados a elementos da tradição Sagrajas-Portel em conjuntos já evoluídos (Baleizão, Vilaça, 2007, p. 67-69) e, por outro, sendo conhecidos já com decoração de estampilhas, no que parecem ser objetos típicos da Idade do Ferro (colar de Malhada, Correia et al., 2013, p. 60-61).

Mesmo que a associação morfocronológica seja de rejeitar (em particular a associação unívoca do uso das estampilhas como decoração com a cultura halls-tática, que carece hoje de base de suporte), há porventura um elemento estilístico significativo a ter em conta, no quadro das interrogações feitas.

#### 4.4. O final da Idade do Bronze e o início da Idade do Ferro

A importância da questão estilística no uso das joias é colocada em especial evidência devido ao próprio processo de evolução das produções conhecidas no Ocidente da península, a partir do período final do II milénio a.C. Esta questão já tem sido tratada, mas parece incontornável, neste ponto, regressar sobre a argumentação exposta (Correia, 2007; Correia et al., 2013, p. 55-61).

As duas tradições da ourivesaria que se cristalizam ao longo da Idade do Bronze, a de Villena-Estremoz e a de Sagrajas-Portel, passam, a partir de um determinado momento, a ser combinadas de várias formas, seja através do que podem ter sido peças reutilizadas, até à produção de peças autónomas, que bebem numa e noutra técnica e numa e noutra inspiração, num fenómeno que, nas produções de joias em bronze, já pôde ser visto na Senhora da Guia. Podem-se, de facto, identificar três modos distintos de combinar os distintos contributos técnicos, que são talvez reveladores de outros tantos momentos sucessivos de uma evolução técnico-estilística:

1 – A combinação de peças e/ou fragmentos de peças, produzidas num e noutro ambiente, como o colar de Sintra, pertencente à tradição Sagrajas-Portel, que utiliza como peça de fecho o que pode tratar-se de uma secção reaproveitada de um bracelete de tradição Villena-Estremoz.

2 – A produção de peças de uma e outra tradição, que se combinam numa peça única, como o bracelete de Cantonha.

3 – A produção de peças que utilizam dispositivos técnicos e decorativos de ambas as produções, como os braceletes do Norte de Portugal, que usam as puas da tradição Villena-Estremoz para decoração da parte tubular e os dispositivos de fecho por macho/fêmea e a decoração de triângulos incisos da tradição Sagrajas-Portel. E a evolução detetável nas joias, individualmente consideradas, oferece ainda a individualização de pelo menos outros dois modos ou momentos, destacados já da estrita dependência das tradições da Idade do Bronze:

4 – A utilização de novas técnicas na decoração de peças de tipos tradicionais, como os braceletes de Torre Vã.

5 – A produção de peças originais, onde são visíveis: *i*) o conhecimento de técnicas e linguagens artísticas tradicionais; *ii*) o desenvolvimento de novos modelos, inspirados, mas não completamente determinados pelos tipos tradicionais; *iii*) a utilização de conhecimentos artísticos de inspiração oriental. Defendeu-se já que o tesouro de Moura é o expoente deste último momento na evolução dessa oficina ocidental, parece todavia importante acrescentar um outro conjunto: o tesouro do Carambolo (Mata Carriazo, 1970; Perea e Armbruster, 1998).

Existe uma possível relação filogenética que liga os braceletes do Carambolo ao estilo escolhido pelos braceletes mais significativos produzidos no Ocidente da península ao longo da Idade do Bronze, que importa salientar para suporte desta última afirmação.



Fig. 36 – Tesouro de Álamo. MNA. DGPC/ADF



Fig. 37 – Peitoral de Castro Marim. MNA. DGPC/ADF

A origem desta fileira filogenética é o bracelete canelado sem decoração de proveniência desconhecida que o MNA conserva na sua coleção (Armbruster e Parreira, 1993, p. 128-129; Correia et al., 2013, p. 42). O ponto de ligação são os mencionados braceletes do Norte de Portugal, do Museu Nacional Soares dos Reis, que mostram a escolha de um padrão decorativo alternando faixas decoradas e toros lisos; o *halskragen* do tesouro de Moura mostra uma escolha semelhante, mas de distinta realização, com toros decorados como as joias de Sagrajas-Portel e placas decoradas por fios dispostos em SS subparalelos. Finalmente os braceletes do Carambolo mostram a alternância entre faixas com meias esferas lisas e faixas com aplicações estampadas; as meias esferas lisas já se encontravam nos braceletes de Torre Vã, a estampagem de motivos vai encontrar-se em peças de importação muito precoce como no diadema de Castro Marim, que será seguidamente abordado.

Em suma, os braceletes do Carambolo mostram uma forte ligação ao conjunto de peças que demonstram a forma como a(s) oficina(s) do Ocidente peninsular na transição entre os milénios operou(aram) a fusão e transformação das tradições da ourivesaria da Idade do Bronze em algo original, único e endémico. A sua pertença a este círculo deve, portanto, ser adequadamente valorizada.

E, a este título, ocorre analisar as características principalmente apontadas em abono do carácter orientalizante do conjunto, a saber: os peitorais em forma de «pele de boi» e o colar com pseudo-escaravinhos. Destes últimos, o próprio facto de se tratar de pseudo-escaravinhos diz bem do seu carácter incerto quanto à origem; quanto aos peitorais, mostram uma forma que, de utilitária e, nalguma medida, valorizada por ser de carácter pré-monetal, se tornou muito comum numa pluralidade de situações (dispositivos arquitetónicos, cerâmica ritual, etc.; Celestino e Blanco, 2006, p. 83-86) do Bronze Final em diante, devendo ser colocada ao mesmo nível da utilização do granulado nos braceletes de Torre Vã ou da filigrana decorativa no *halskragen* de Moura.



Fig. 38 – Colar de Sintra (réplica no MNA). MNA. DGPC/ADF



Fig. 39 – Bracelete de Cantonha. MNA. DGPC/ADF

Numa análise sintética, o tesouro do Carambolo revela a mesma combinação de elementos orientais e peninsulares (de âmbito atlântico) que o «bronze Carriazo» (Maluquer, 1957; Jiménez, 2002, p. 411).

Estas observações requerem ainda a menção a uma aproximação entre peças de joalheria, que não vimos ainda mencionada na bibliografia disponível: a proximidade entre os braceletes do Carambolo e algumas peças da necrópole de Halstatt (Platz-Horster, 2002, p. 17-18; Eluère, 1988, p. 200-201). Sem apriorismos indicados por questões geográficas, cronológicas ou histórico-culturais, dir-se-ia que as peças de Halstatt copiam, em lâmina de ouro, a construção mais complexa das do Carambolo. Levantada a questão, é claro que se necessitará de uma avaliação muito direcionada para verificar se a hipótese é credível, mas *a priori* não devemos rejeitar a hipótese de ter havido importações de objetos peninsulares para a área circum-alpina (cf. Spindler, 1973) que teriam dado lugar à execução de objetos de tipologias particulares, estabelecendo um padrão, que se tornará recorrente no centro da Europa, da imitação em lâmina de ouro de peças de produção mediterrânica, maciças ou compósitas.



Fig. 40 – Braceletes de Torre Vã: a) e b) par de braceletes; c) aspecto da decoração; d) pormenor dos terminais.. MNA. DGPC/ADF

#### 4.5. Importações e imitações na ourivesaria e mais além

Do ponto de vista do seu estudo estilístico, a importação de ourivesaria mais antiga conhecida na zona ocidental da Península parece ser o peitoral de Castro Marim (Correia, 2006), proveniente possivelmente de Chipre e produzido em datas à volta do século x a.C. Não sabemos o espaço de tempo mediado entre a sua produção e a sua chegada à Península, que pode não ter sido muito considerando a relativa fragilidade da peça e o seu bom estado de conservação, mas a sua data provável de produção leva a que ele não deva ser associado à circulação de bens na órbita micénica, que sabemos ter chegado à Península, por exemplo, através das cerâmicas de Montoro (Martin de la Cruz, 1988), mas sim aos primeiros contactos de navegantes orientais com o Ocidente no período geométrico.

E, considerando os paralelos da peça, mais insulares que levantinos, é possível que a peça tenha sido incluída originalmente nalgum conjunto manipulado a partir da esfera euboica (Fox, 2008, p. 273-332), podendo portanto a peça representar um elemento material associável às referências ao extremo Ocidente nas narrativas hercúleas e no ciclo dos *nostoi* (Bendala, 2000, p. 57-66).

Para este período foi criada a expressão de «contactos pré-coloniais» (Almagro, 1989), que todavia se revela uma expressão (e um conceito) muito pouco operativa (cf. todavia Moreno Arratio, 1999). Em primeiro lugar, pelos erróneos paralelos arqueo-etnográficos e históricos que o termo sugere, evocando «bravos navegadores, que em terra incógnita, contactam com os indígenas desprovidos de conhecimento, aí deixando algumas pérolas da sua sabedoria e superior engenho técnico», e nada mais longe da realidade. Segundo, por que, mesmo por contraste com o período «colonial» subsequente, as diferenças nos modos de contacto poderão ser de grau, mas não de género: nomeadamente a incorporação de bens exógenos nas culturas materiais locais e a sua progressiva popularização, já não por importação, mas por produção local. Em terceiro lugar, mais importante, porque, ao contrário das colonizações europeias em geral, a colonização arcaica implicou a radicação no local «colonizado» de sectores importantes de produção artística e artesanal, não sendo como aquelas tão dependente da importação de produtos da mãe-pátria, o que *i*) multiplicou os efeitos de imitação local, *ii*) produziu muito generalizadamente hibridação de oficinas, certamente que também pela miscigenação do conjunto de artífices.

Estas observações são importantes a propósito do peitoral de Castro Marim, apesar do seu aparentemente menor impacto nas produções peninsulares, mas sobretudo a propósito da divulgação da técnica do granulado e de modelos artísticos muito desenvolvidos, como as arrecadas de corpo lunular, que são um produto propriamente ibero-fenício, no sentido de ser um modelo de origem fenícia produzido na Península Ibérica. Para este modelo, o par de peças paradigmáticas, pela sua qualidade e pela cronologia do seu achado, são as de Aliseda (Almagro,

1977, p. 204-221; Celestino e Blanco, 2006, p. 116-121), e pode aceitar-se, como fazem muitos investigadores, procurar a partir delas os modelos filogenéticos que explicam os outros exemplares.

No entanto, um outro par de arrecadas não responde a este paradigma, e distingue-se dele em termos conceptuais e, por exemplo, também na qualidade do granulado geometricamente disposto, que mais recorda certas produções gregas (Boardman, 1980, p. 57) que as produções fenícias conhecidas. Trata-se das arrecadas de Odemira (Correia, 2005, p. 1216-1217; Correia et al., 2013, p. 78-80), cujo contexto de achado não é conhecido em pormenor. Muito próxima deste par está a arrecada isolada de Paços de Ferreira (Silva, 2007, p. 366; Correia et al., 2013, p. 80), da qual apenas se pode ter como segura a proveniência desse conchelo. Outra arrecada de placa central significativa é a de Montemolín (Bandera Romero, 1989, p. 155-157).

O mais significativo destas peças é serem arrecadas de placa central, modelo distinto do anterior, de que a busca dos percursos filogenéticos de desenvolvi-



Fig. 41 – Arrecadas de Odemira. MNA. DGPC/ADF



Fig. 42 – Placa granulada, de proveniência desconhecida. MNA. DGPC/ADF

mento entre as produções conhecidas é mais complexo, porque o panorama é mais rico e mais estendido no tempo.

Todavia, é no tesouro funerário de Aliseda que se encontram reunidas as peças que, se outro instrumento não existisse, permitiriam explicar sozinhas muito do desenvolvimento da ourivesaria da Idade do Ferro no Ocidente peninsular. Isto levanta um paradoxo, pois o modelo colonial antes referido atribuiria às oficinas de Gadir esse papel. É evidente que se pode esperar que oficinas coloniais trabalhando para satisfazer uma clientela local exportem efetivamente a maior parte da sua produção para essas zonas de procura, não restando na sua zona nuclear muitos bons exemplos, mas dessa forma também se esperaria que existisse um «feito de super-

fície de tendência» que mostrasse uma distribuição regular em função da distância ou um gradiente relacionado com as vias de comunicação, e tal fenómeno não é observável, sendo Portugal e a Extremadura espanhola uma zona de assinalável concentração de achados de que o Guadalquivir, por exemplo, não faz parte. Também este aspeto obriga a matizar os conceitos dos modelos coloniais manejados.

Desde os primeiros momentos de contacto entre as sociedades locais, detentoras da riqueza em matéria-prima e munidas dos recursos técnicos necessários à sua transformação em produtos aceites como prestigiados por elas próprias e pelas suas vizinhas, e os agentes externos que procuram essa matéria-prima oferecendo em troca não bens de igual valor – de que não dispõem – mas bens prestigiados por serem exógenos e tecnicamente avançados, deve ter existido uma conjuntura de troca de saberes, mais do que de troca de bens. Isto explica casos como a decoração em granulado dos remates dos braceletes de Torre Vã, como foi acima referido, que constitui uma intervenção, direta ou indireta, de um ourives oriental sobre uma peça peninsular.



Fig. 43 – Tesouro de Baião. A) e b) arrecadas; c) elementos de colar; d) botões; e) aplicações de cinturão. MNA. DGPC/ADF

Nesta situação, o ourives oriental, tanto quanto o ourives peninsular, enriquecem a sua linguagem artística, o seu repertório e o seu domínio da(s) técnica(s). Voltando aos braceletes de Torre Vã, não é determinável, por agora, se a decoração de meias esferas que cobre a superfície externa das peças é parte da sua construção original ou se foi aplicada no mesmo momento em que o granulado mais fino próximo dos terminais foi aplicado. Não se sabe, portanto, se este tratamento decorativo, que num momento antigo é conhecido também no tesouro do Carambolo, é alguma técnica peninsular que evoluiu das produções do grupo de Villena-Estremoz, ou se é um contributo oriental. A semelhança do conceito dos braceletes do Carambolo com os braceletes do Norte de Portugal, como antes se mencionou, inclinaria a balança para a primeira hipótese, e não é visível na bibliografia nada que a faça inclinar decisivamente em sentido oposto, mas é ainda assim uma argumentação frágil e pouco substanciada. Mas o que é seguro é o grande êxito que esta técnica teve, em peças como as placas de cinturão de Baião (que são como um derivativo «aligeirado» das do Carambolo; cf. Silva, 2007, p. 371; Correia et al., 2013, p. 73-76), nas arrecadas de Serradilla e, a partir daí, numa larguíssima série de arrecadas e brincos que conheceram um sucesso extraordinário ao longo de toda a Idade do Ferro, a que se regressará mais à frente.

Quero com isto dizer que o anátema sobre o «modelo colonial», puro e anacrónico, não é uma busca teórica por um discurso anódino e politicamente correto, mas sim a busca efetiva de um modelo teórico que sirva melhor a evidência e que seja mais explicativo disso que vemos e das realidades que lhe estão subjacentes.

E neste tema da ourivesaria, parece muito importante repetir este facto essencial: as populações locais peninsulares, no contacto com as populações de origem oriental, dispunham da matéria-prima necessária à expressão, através da ourivesaria, da ideologia social que pretendiam exprimir e, mais crucial, dispunham dos recursos técnicos, dos artífices, indispensáveis à operacionalização desse desiderato. A satisfação da procura de metais nobres por parte dos orientais, que só poderia ocorrer através da retirada do sistema das quantidades de metal pretendidas, só pôde ser acolhida mediante uma modificação do aparato técnico disponível, satisfazendo com menos metal, mas com outros requintes artísticos, necessidades do foro social que, num primeiro momento, não se devem ter substancialmente modificado (a situação tenderia a evoluir). Neste momento o contacto entre artífices, seja diretamente seja através das peças produzidas (no sentido em que um artífice experimentado, em qualquer arte em qualquer época, pode compreender até caracterís-



Fig. 44 – Arrecada de Paços de Ferreira.  
MNA. DGPC/ADF

ticas da personalidade de um outro artífice da mesma arte através da observação dos seus produtos, mesmo sem que se tenham pessoalmente encontrado), forma a base essencial do intercâmbio e redonda inevitavelmente na adoção local dos recursos técnicos assim conhecidos.

E isto explica o paradoxo da modéstia dos nossos conhecimentos acerca das produções gaditanas, que talvez não seja efeito do nosso imperfeito conhecimento, mas sim produto de uma atividade diferencial dos artífices que, num primeiro momento poderão ter estado sobretudo vocacionados para o trabalho em encomendas específicas para sectores concretos da clientela peninsular (v.g. Aliseda, Cortijo de Ébora ?) e, num segundo momento, poderão não ter tido capacidade de imporem as suas produções em espaços ocupados pelas oficinas locais tradicionais munidas já de novos conhecimentos técnicos.

#### 4.6. As grandes escolas de ourivesaria

A presença oriental nas costas do Sul e do Oeste teve consequências a vários níveis na Península.

Como já se referiu, as viagens para Ocidente são, sobretudo, viagens para obter metais preciosos para ocorrer a necessidades específicas do Levante, nomeadamente o pagamento de tributo aos monarcas orientais. Como foi proposto, esta retirada do metal da circulação no espaço peninsular é compensada pela colocação de bens exógenos vistos como sendo de grande prestígio nos circuitos de troca e de expressão social onde o metal circula e, talvez mais significativo, pela «oferta» de técnicas que permitem continuar a manipular o metal no mesmo número de itens (nalguns casos até mantendo os modelos artísticos anteriores) mas com quantidades reduzidas de matéria-prima.

Por outro lado, há um movimento paralelo de intensificação de exploração do metal, nomeadamente através, talvez, da primeira mineração digna desse nome no que diz respeito aos metais preciosos, mas aproveitando certamente o conhecimento de grupos sociais específicos na exploração do cobre e do estanho.

Estes dois fenómenos combinados destroem os mecanismos tradicionais de procura, recolha, acumulação e distribuição do metal precioso. O bateio oportunístico perde acuidade frente às minas (e, por outro lado, uma exploração mais intensa ao longo da Idade do Bronze pode ter causado uma conjuntura de escassez de pepitas nas areias tradicionalmente procuradas) e a recolha sai desse modo dos pequenos circuitos tradicionais que se colavam, por certo de maneira muito estrita, aos mecanismos de pertença de clã e de dependência entre comunidades vizinhas, para se passar a fazer através de vetores de outra natureza, ligados às oficinas produtoras e aos mecanismos de intercâmbio dos seus produtos mediante compensação do seu valor percebido. A acumulação passa, portanto, a depender da capacidade absoluta de acumular recursos e pro-



Fig. 45 – Tesouro de Outeiro da Cabeça: a) botões; b) pormenor de botão com sedimento de jazida associado; c) colar; d) brincos e lingote.  
MNA. DGPC/ADF

ceder à sua redistribuição mediante compensações em espécie, diríamos sob formas não-ritualizadas.

E é esta situação que vai levar, ao longo da Idade do Ferro, à radicação em zonas específicas de oficinas de ourivesaria, ligadas a povoados ou zonas de povoamento dotadas dessa capacidade de acumular recursos e de os redistribuir, que vão com o tempo desenvolver personalidades artísticas distintas e, nalguma medida, chegarão a especializar-se em certos produtos.

Essa capacidade de acumulação e redistribuição dos recursos traduzir-se-ia não só na capacidade do entorno agropastoril de produzir o suficiente para suportar a presença de classes de artífices dedicadas a fileiras económicas não ligadas à subsistência, mas sobretudo à existência de estruturas de poder capazes de



Fig. 46 – Botão da Fonte Santa. MNA. DGPC/ADF



Fig. 47 – Conjunto de botões de Fortios. MNA. DGPC/ADF

agenciar a solução das tensões e dos conflitos que esta situação certamente criaria, não só dentro das comunidades, mas também entre comunidades. Isto implica escala geográfica, contingente demográfico, estruturas ideológicas de controle e estas alimentam-se, entre outras fontes, dos próprios produtos – nomeadamente da ourivesaria – que estão na base do sistema e da sua distribuição controlada, realimentando o processo (veja-se, a título de exemplo, Halstead, 2007, esp. p. 71). Não é por isso de estranhar que os ourives (designadamente, mas também os bronzistas, os ferreiros e os oleiros) tendam a especializar os seus produtos para responder, por um lado, a uma escala económica que tende sempre para a intensificação, por outro, à afirmação de estilos étnicos particulares, por último, a categorias materiais de características muito marcadas que, apesar dos dois elementos anteriormente mencionados, confirmam às suas produções a capacidade de afirmação autoexplicativa que lhes permita integrar-se em esferas de intercâmbio alargado.

A primeira destas unidades/oficinas de produção é a que está centrada – em função da evidência disponível – no tesouro de Serradilla (Almagro, 1977, p. 221-230; Celestino e Blanco, 2006, p. 146-149).

Este tesouro é um conjunto notável pela variedade de peças que reúne e pela qualidade intrínseca de algumas delas. As arrecadas, em particular, são notáveis por demonstrarem a utilização das meias esferas como elemento, mais que decorativo, estrutural.

As placas subtrapezoidais de Serradilla, decoradas com prótomos humanos, ganharam uma especial importância depois da localização do importante conjunto de Segura de León (Enríquez e Rodríguez, 1985; Celestino e Blanco, 2006, p. 144-145) e, depois disso, pela revalorização do conjunto de peças do Bom-



Fig. 48 – Arrecada de Laúndos. MNA. DGPC/ADF



Fig. 49 – Tesouro de Torques de Paradela do Rio. MNA. DGPC/ADF



Fig. 50 – Torques de Vila Flor. A) vista lateral; b) pormenor do remate. MNA. DGPC/ADF

barral (que não é seguro se se trata de um verdadeiro tesouro, ou apenas de um conjunto de peças reunidas por circunstâncias não-arqueológicas, posteriores ao achado; cf. Cardoso, 2004, p. 266-270).

Será também importante adicionar a estes conjuntos a pequena plaqueta granulada, sem proveniência, da coleção do MNA (Correia, 2005, p. 1219; Correia et al., 2013, p. 79): o sistema de suspensão *en jaulilla* é o mesmo e a qualidade do granulado, com fios embebidos desenhando o botão de lótus, é muito assinalável. Ora esta associação encontra reflexo noutra conjunto, o de Pajares, onde também se encontram suspensões *en jaulilla* num elemento de diadema (Celestino e Blanco, 1999, p. 115-116) que tem, por sua vez, paralelos em El Raso de Candeleda (Fernández, 1996), e botões de lótus rodeados de granulado, numa peça excepcional de funcionalidade não perfeitamente identificada (Celestino Pérez, 1999, p. 112-115; Celestino e Blanco, 2006, p. 140-143).

A segunda unidade é a das arrecadas de tipo Madrigalejo (Celestino e Blanco, 2006, p. 135-136), de desenho e construção mais pesada que as de Serradilla, de



Fig. 51 – Torques do Museu de Vila Real. A) vista lateral; b) pormenor da dedoração do aro; c) pormeno da junção entre o aro e o remater; d) pormenor da decoração do remate. [FOTOGRAFIAS DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E NUMISMÁTICO DE VILA REAL]

que, para além do local epónimo, se conhece uma muito mutilada de Vaiamonte (Correia et al., 2013, p. 106) e outro possível exemplar em Marchena (Bandera Romero, 1989, p. 19-121).

A terceira unidade é a das arrecadas de tipo Monte Molião (propõe-se esta designação, por se tratar, tanto quanto se pode julgar, do primeiro achado de peças desta tipologia), conhecidas nesse sítio arqueológico, mas também em Cogolludo e noutros locais da Extremadura (Celestino e Blanco, 2006, p. 79-81), em Utrera na Andaluzia (Bandera, 1989, p. 155-157) e (de novo) em Vaiamonte (Correia et al., 2013, p. 106-108), em fragmentos de mais do que um exemplar, mas todos característicos pela utilização de enrolamentos de arame de ouro em espirais planas, que formam a base de uma decoração que se pode complexificar, por um lado, ou por outro, adotar decididamente uma configuração que tenta representar um prótomo de bovídeo em vista frontal. É possível, mas não existe exemplo seguramente documentado, de que parte da decoração pudesse ter servido de suporte a matéria de engaste, a esmalte, ou a outro tipo de aplicação (o que, sem embargo, prejudicaria a leitura da representação de bovídeo, nos casos em que ela parece ter sido procurada). Mas a pertença destes vários exemplos a uma mesma oficina é muito marcante em qualquer nível de análise estilística.



Fig. 52 – Placas votivas de Garvão. A) placas oculadas em ouro; b) placas oculadas em prata; c) placa figurada em prata. MNA. DGPC/ADF

Este levantamento leva logicamente a questionar qual o verdadeiro papel que o povoado de Vaiamonte desempenhou na radicação destas várias oficinas (Correia, 1995, p. 132-134), sobretudo considerando a evidência, de época mais tardia, ligada já às perturbações de época sertoriana, que levaram à ocultação de uma quantidade desproporcionadamente grande de evidência por comparação com outras épocas, das arrecadas de grãos e volutas conhecidas em quantidade em Santana da Carnota (Viegas e Parreira, 1984).

Com efeito, a ligação manifesta entre Vaiamonte e Santana da Carnota, através dos brincos, conhecidos no povoado por um par (em bom estado de conservação) e, pelo menos, uma peça com falhas de produção e no depósito por vários conjuntos de brincos é muito importante, porque parece demonstrar que, está aí a ligação a um tipo muito comum de brincos anulares com cacho de esferas, conhecidos em múltiplos locais da Idade do Ferro no Ocidente da península (Correia et al., 2013, p. 105-109).

Outras oficinas funcionaram e outros fenómenos, como o intercâmbio, ocorreram simultaneamente à produção destes tipos de joias, o que explica a presença, no Sudoeste da Península, de peças como as arrecadas *amorcilladas* de Cancho Roano, Medellín (Celestino e Blanco, 2006, p. 127, 137) ou La Bobadilla (Maluquer et al., 1973, p. 27-28). Também nesta situação estarão algumas peças do território português como as de Santana de Cambas e outras de várias e incertas proveniências (Correia et al., 2013, p. 104, 109). O próprio tesouro do Gaio (Costa,

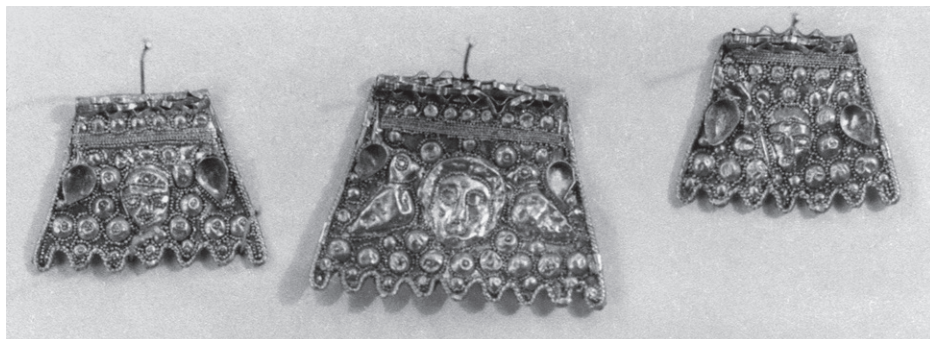


Fig. 53 – Placas figuras dos achados de Rio Maior (segundo Cardoso, 2014, p. 268)



Fig. 54 – Arrecadas de tipologias singulares. A) proveniência desconhecida; b) idem (coleção Barros e Sá; MNA. DGPC/ADF) c) Rio Maior (segundo Cardoso 2004, 268)

1966, 1973; Correia et al., 2013, p. 68-72) mostra uma originalidade nas suas peças que torna muito difícil a atribuição do colar e das arrecadas a uma possível oficina em concreto, o mesmo acontece, na Extremadura, com o original conjunto de Talavera La Vieja (Perea, 2006; Celestino e Blanco, 2006, p. 150-155).

Considerações estilísticas poderiam sugerir a colocação neste momento avançado da Idade do Ferro a maior difusão das peças muito ligeiras destinadas à aplicação sobre vestuário, como os chamados «botões» ou a bráctea de Conímbriga (Correia et al., 2013, p. 86-89) ou conjuntos como o de Malhada, Campeã, fosse a sua disposição circular, em colar (Silva, 2007, est. 113) ou linear (Correia et al., 2013, p. 76-77).

A questão, até do ponto de vista conceptual, está em encontrar uma fórmula de equilíbrio entre a reconstituição do panorama geral das oficinas (que devem ter necessariamente uma dimensão e uma sobrevivência que se reflita na existência, no registo arqueológico, de uma quantidade apreciável de peças que



Fig. 55 – Algumas arrecadas de Vaiamonte: a) tipo Madrigalejo; c) com placas espiraladas; d) com pendente de grãos e dupla voluta



Fig. 56 – Arrecadas com placas espiraladas. A) proveniência desconhecida; b) idem (colecção Barros e Sá); Monte Molião. MNA. DGPC/ADF

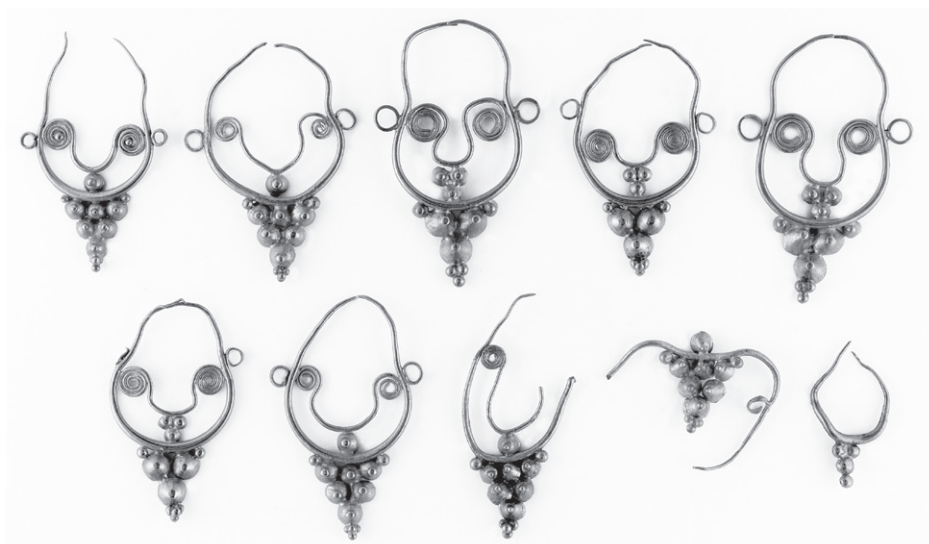


Fig. 57 – Arrecadas de pendentes de grãos e dupla voluta do tesouro de Santana da Carnota. MNA. DGPC/ADF

se lhe possam reconhecivelmente atribuir) e a identificação das originalidades naturais numa produção de luxo; está, em suma, em encontrar, nesta fase das produções de ourivesaria, os traços do fenómeno mitopoiético de criação, através da unicidade das peças, de uma sua biografia cultural *versus*, a criação e difusão de produtos típicos.

#### 4.7. As oficinas do Noroeste

A ourivesaria do Norte de Portugal é melhor conhecida (até do ponto de vista do seu inventário descritivo e analítico) do que a do Sul do país e, por extensão, o mesmo acontece com a da Galiza.

Os grandes tipos de joias aí presentes são os torques e as arrecadas, estas conhecidas em dois tipos principais, sobretudo na região costeira – o modelo simples Mondoñedo/Viladonga (Pérez Outeiriño, 1982, p. 43-95), e o modelo Estela/Laúndos (Silva, 2007, p. 368-369), com remate triangular. A arrecada de Laúndos parece tratar-se de um tipo misto entre eles, quase como se de uma «hesitação» de um artífice se tratasse.

Os torques respondem a dois modelos principais, no que diz respeito aos remates: o de dupla escócia, especialmente frequente na zona de contacto com Trás-os-Montes e os periformes, de distribuição mais larga e mais ocidental.

Mas há, evidentemente, muitos elementos que falam de uma grande originalidade das oficinas: as arrecadas de Briteiros (Silva, op. laud., p. 370, n.ºs 555-556), ou a de Vilar de Santos (Pérez Outeiriño, 1982, p. 85-89) a grande víria de Lebução (Silva, op. laud., p. 363-364, n.º 542) ou o conjunto da taça e bracelete de Vila Real (Botelho, 1910, p. 84-86; Correia et al., 2013, 164), que parecem testemunhar a influência da arte europeia do círculo de La Tène, são outros tantos exemplos dessa «inventiva».

A ourivesaria do Norte de Portugal conta com outro conjunto da Idade do Ferro que levanta questões de grande interesse: o tesouro de Baião.

Bastante conhecido e muito reproduzido, o conjunto, sistematicamente publicado por Armando Coelho (Silva, 2007, *passim*), foi noutras circunstâncias atribuído a uma ocultação de comércio (Correia, 2005, p. 1221-1222), devido ao facto, que se pode considerar insólito, de se encontrarem no conjunto dois pares de arrecadas idênticas, conjunto que se reputa como certamente não funcional. Outro argumento aduzido foi o de os colares de pequenos elementos raramente serem tão grandes como aquele que pode ser reconstituído com os achados; tais colares, disse-se, mais frequentemente são construídos sobre uma base estrutural, do que formados pelo mero enfiamento de pendants; de onde se concluiu que se trataria de uma espécie de «mostruário» ou de «maleta de ourives itinerante» a partir da qual se comerciariam isoladamente os elementos (de distintos tamanhos e valores) que comporiam os colares formados com outros elementos de colar, em matéria

não preciosa (cf. Correia et al., 2013, p. 76). Estes argumentos são suportados por comparações com os grandes conjuntos de ourivesaria funerária do Mediterrâneo, onde a ocorrência de mais de um par de arrecadas, conjuntamente com outros argumentos, tem levado a rejeitar a sua reconstituição como tesouros unitários de origem funerária (Tesouro de Kyme, Turquia; Williams e Ogden, 1994, p. 92) e onde, ainda que se conheçam colares de pendants sem elemento estrutural, como são os casos – sem embargo relativamente raros – de um achado da Acarnania (op. laud., p. 55, n.º 7) ou outro de Kourion (op. laud., p. 245, n.º 80), a questão da singularidade do achado na região onde foi encontrado subsiste e a hipótese de uma ocultação de natureza comercial é, neste ponto, uma «navalha de Ockham» significativa.

O Noroeste peninsular mostra assim uma combinação muito original, de combinação entre uma produção tradicional de joias de ouro ao longo da Idade do Bronze (como antes se indicou), evidências diretas de contacto com produções forâneas (Baião) e o desenvolvimento sobre essa base de um conjunto novo de tipologias e estéticas.

Nestas circunstâncias, existem aqui os dados para se poder analisar a consistência dos modelos filogenéticos e os modelos do seu desenvolvimento. Estes são, porventura, sobretudo interessantes no que diz respeito às arrecadas de tipo Mondoñedo, que conhecem alguns exemplos contextualizados, que dão conta de uma evolução que vai no sentido da simplificação dos processos e do apuro estético do resultado final, se for de ter em conta a datação já em plena época romana da arrecada do castro de Viladonga (Arias Vilas et al., 2013, p. 111), como parece ser o caso.

Este é um caso paradigmático do *caveat* que há que reter na análise das produções de ourivesaria, no que diz respeito à interpretação dos modelos filogenéticos dos conjuntos de peças em abstrato, sem atenção à sua relação com os contextos arqueológicos.

## 5. OURIVES E PRATEIROS: O COMPLEXO PADRÃO ROMANO

Todas estas várias tradições oficinais alimentaram as necessidades de joias das sociedades do Ocidente da Península, de Norte a Sul, ao longo de um período em que essas necessidades se foram modificando, primeiro paulatinamente, depois sob efeito de uma modificação muito sensível das condições socioeconómicas, imposta a partir do exterior.

A linha de fundo da evolução interna dessas sociedades está ligada ao reforço das estruturas de povoamento à volta de povoados fortificados, e das elites guerreiras que sustentam a sua existência através da sua defesa militar (potencial, senão mesmo de facto, através da guerra endemicamente instalada). A modificação de origem externa é inerente à integração da Península no mundo helenís-

tico, nomeadamente através da integração da Península na *epicrateia* cartaginesa (Arteaga, 2001, p. 235) que vai, em grau e sob formas que todavia não são bem conhecidas, limitar as situações internas de conflito, nomeadamente através do segundo processo em marcha, que é o recrutamento de mercenários e, por último, vai aumentar a drenagem de recursos peninsulares através da imposição de tributos. Este último facto proporcionará, ainda que a ritmo lento, a monetização de sectores da economia peninsular.



Fig. 58 – Tesouro de Padrão [SEGUNDO BEIRÃO E GOMES 1985, P. 483]

Este conjunto de fatores retira à ourivesaria o seu carácter essencial de ferramenta de afirmação do *status* social e de demonstração de riqueza da elite, e redu-la definitivamente à categoria de mera arte decorativa. Note-se que, nestas datas (globalmente contemporâneas das Guerras Púnicas), o registo arqueológico parece demonstrar que estão amortizados todos os símbolos importantes de *status* ligados às mulheres, e que as armas são simultaneamente, marcadores de género e marcadores de prestígio, agora completamente ligados entre si numa categoria unitária – regressar-se-á a este aspeto mais à frente.

Mas, genericamente considerada, a mercantilização das joias deve ter conduzido à redução do número de pontos de produção e à maior especialização destes.

Certamente pequenas oficinas especializadas se mantiveram, dedicadas a coisas tão específicas como as pequenas plaquetas votivas do depósito de Garvão (Beirão et al., 1985), que parecem estar isoladas de toda a produção congénere. O mesmo se poderá afirmar da oficina que, provavelmente no território dos Zoelae, conheceu e utilizou, como grande capacidade técnica e notável apuro estético, uma moeda de Siracusa para produzir uma bráctea de grande efeito decorativo (Centeno, 1987). Por outro lado, a grande produção de prataria ou dos colares de fios entrançados que lhe andam muitas vezes associados pertence a um outro centro que é também de difícil atribuição geográfica.

Merece comentário especial a famosa fíbula de guerreiro que da coleção da casa real portuguesa passou para o Museu Britânico (Correia et al., 2013, p. 126; Stead

e Meeks, 1996), e que é – individualmente considerada – porventura a peça mais estudada dos exemplos de ourivesaria do território português, de onde deve provir. Quanto a esta proveniência, parece-me de insistir na hipótese económica de que esta fíbula provirá de um achado ocasional em propriedades da casa de Bragança, que tenha sido incorporado sem mais notícia no acervo de curiosidades da coleção real. O estado de conservação da peça, com algumas falhas, designadamente a perda do fusilhão, não parece indicar a sua passagem pelo mercado de antiguidades.

O armamento do guerreiro representado (capacete de tipo Montefortino, escudo oblongo de modelo «gaulês», espada de pomo triplo e bainha com concheira curvilínea, de tipo lateniano evoluído) parece indicar uma datação muito avançada (século II a.C.), o que justificaria a semelhança das representações animais com as das pateras de Tivissa. A sua ocultação poderia, portanto, ser contemporânea das perturbações associadas à II.<sup>a</sup> Guerra Púnica, fosse por ocultação ou por deposição no túmulo de um guerreiro morto nessa época.

A peça é excecional, mas um pouco menos em segunda leitura do que à primeira vista. Existem outras peças excecionais, como as fíbulas decoradas por prótomos de equídeos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Fabião, 2004), ou a lúnula decorada do tesouro de Chão de Lamas (Raddatz, 1969), que são, cada uma por si, peças excecionais; a explicação do facto reside em que talvez na época de primeira implantação do domínio romano no Ocidente da Península, que se estende até às guerras sertorianas, fenómenos de natureza política, militar e económica tenham levado ao desaparecimento de uma produção de joias e de baixela que poderia ter sido muito mais importante, quer em quantidade quer em qualidade artística, do que os poucos exemplos – mas muito deles excecionais – que nos chegaram seriam testemunho: os restos, em suma, de uma época de devastação.

A dualidade ouro (joias)/prata (baixela), muitas vezes associada ainda a espécie amoedada, que encontramos nos tesouros desta época romano-republicana, vai atravessar todo o período subsequente, com um padrão genericamente idêntico de poucos achados de dimensão relevante, poucos ainda com algum significado, e um panorama nalguns casos desolador de pequenos achados de pouco relevo. Podemos imaginar que a produção de ourives e prateiros, que deve no período imperial ter estado sedeadada em centros urbanos (não sabemos quais) e verosimilmente associando produção e comércio de peças importadas a partir de outros pontos do império (pelo menos a glíptica assim o parece indicar), não mostrará no Ocidente da Península manifestações dignas de verdadeiro destaque até ao *missorium* de Teodósio (que não é de produção local. Cf. Almagro et al., 2000).

No período final do Império romano e das invasões bárbaras o panorama da joalharia local é a de algumas poucas peças de produção verosimilmente local, de muito



Fig. 59 – Tesouro de Pragança. A) Lúnula de ouro; b) colar de prata; c) a e) lúnulas de prata; f e g) vasos de prata. MNA. DGPC/ADF



Fig. 60 – Tesouro de Soalheira do Barbanejo. MNA. DGPC/ADF

modesto valor, algumas peças de mais relevo decoradas por um filigranado característico, que devem ser associadas a algum comércio com origem provavelmente em Bizâncio (Correia et al., 2013, p. 158) e algumas outras, decoradas por granadas, que representam a tradição própria dos guerreiros que atravessaram os Pirenéus em 409 (op. laud., p. 159-160; Arezes, 2011, p. 129-130, p. 211-214, p. 369-370 e p. 379).

Mas a grande lição que se pode retirar da utilização da joalheria entre o século II a.C. e o século V ou VI d.C. é a de que o domínio romano retirou o metal nobre do cenário social em que as sociedades locais interagem, de uma forma incomensurável. Pode encontrar-se, nesta medida, um módico de ironia, ou de verdadeiro cinismo, nos elogios à riqueza aurífera das Hispanias pelos autores clássicos, mas a melhor interpretação é a de uma inconsciente conceção da exploração do território (e das coisas e das gentes) como imanente do domínio, do poder.



Fig. 61 – Colar torso, de proveniência desconhecida. MNA. DGPC/ADF



Fig. 62 – Tesouro de Guiães. MNA. DGPC/ADF

## 6. QUESTÕES A DESENVOLVER NO ESTUDO DA OURIVESARIA ARCAICA PORTUGUESA

O panorama traçado antes isola um fenómeno específico que importa indagar mais aprofundadamente: a utilização intensiva de recursos em ouro entre a Idade do Bronze Inicial e a Idade do Ferro. Este fenómeno não esteve presente na vida das sociedades antes desse momento, porque a tecnologia necessária ao seu desenvolvimento não tinha sido aprendida, e não esteve depois, porque as condições globais retiraram do sistema a maior fatia dos recursos naturais necessários a esse desenvolvimento. Trata-se, portanto, de um fenómeno de duração longa (um milénio e meio), complexo, por envolver processos de representação da elite social, acarretando dessa forma tantas questões ideológicas quanto técnicas, e que manobramos a partir de evidência fragmentária. Não será porventura possível chegar a resultados seguros e incontroversos, mas o segundo objetivo a que este texto se propõe é a abertura de perspetivas acerca do que pode ser o desenvolvimento da investigação da ourivesaria arcaica dentro dos estudos de arqueologia em geral, e esse está em condições de continuar a ser perseguido.

### 6.1. O uso das joias. Arqueologia da paisagem e arqueologia do género

Poucas coisas serão tão profundamente desanimantes para um arqueólogo como buscar um contexto para um achado excepcional e, mesmo quando a sua localização é possível, ter de admitir a natureza completamente incaracterística do local e a ausência de informações materiais suplementares sobre esse achado. Esta situação incide de forma muito generalizada sobre os vários achados de ourivesaria de que importaria aprofundar o estudo.

Há, evidentemente, um défice de programas de prospeção. Um achado de joias da Idade do Bronze deve poder ser integrado numa rede de povoamento, mais ou menos contemporânea, se os estudos forem suficientemente alargados em perspetiva cronológica e no espaço que abrangem. O problema é, no fundo, a invariável dificuldade de perceber a escala geográfica em que as problemáticas devem ser colocadas e em que os projetos de investigação devem ser desenhados, de forma a dar resposta aos problemas concretos. Esta é, de forma esquemática, a primeira linha de pesquisa sobre a ourivesaria antiga que me parece interessante prosseguir, ficando desde já claro que o presente texto não o tentará fazer em concreto.

Mas, do ponto de vista metodológico, há alguns condicionalismos gerais que importará levantar desde já, nomeadamente o facto de, possivelmente, algumas das ocultações de joias terem sido intencionalmente feitas em locais incaracterísticos e isolados da atividade regular dos grupos humanos que poderiam ter deixado vestígios arqueológicos reconhecíveis. De alguma forma, esse afastamento da atividade regular do grupo humano que manipula normalmente um objeto

é condição primeira da seleção do local de ocultação e, provavelmente em larga medida e em função direta do sucesso da seleção (no sentido de se ter encontrado um local «muito escondido»), poderá justificar muitas falhas na recuperação desses objetos. Todavia, regressando à questão geral do padrão de povoamento, será possível, em circunstâncias especiais, demonstrar pelo critério de presença/ausência de vestígios, este fenómeno de seleção de locais não frequentados para as ocultações? E o que nos dirá esse facto da efetiva conformação dos territórios normalmente frequentados por comunidades antigas a partir de pontos habitados determinados (aparentemente sem relação direta com as ocultações)?

Outra questão também ela resultante de presenças e ausências (de visibilidades e opacidades para usar a expressão de Susana Oliveira Jorge) é a dos portadores preferenciais das joias e do impacto que esse facto pode ter na reconstituição dos fenómenos históricos associados, na medida em que os comportamentos diferenciados associáveis aos sexos são parte importante das realidades sociais mais latas que se pretende compreender.

Esta questão é importante e, todavia, certa linha de desenvolvimento da arqueologia do género, enferma de problemas, inerentes a certas estirpes do pensamento crítico contemporâneo (v.g. V. O. Jorge, 1998), que dificultam a análise porque a retiram decididamente do campo dos fenómenos observáveis (designadamente pela arqueologia) e a colocam a níveis de abstração, teoricamente admissíveis, mas sem possibilidades de teste frente à realidade (no campo metafísico que K. Popper justamente propunha não ter estatuto científico).

Frente aos muitos conceitos manipulados nesta linha de pensamento, creio importante precisar que a questão dos portadores preferenciais das joias e dos seus comportamentos diferenciados que me parece importante indagar para a compreensão da importância da ourivesaria arcaica nas sociedades antigas se baseia no princípio de que, via de regra, sexo e género estavam estritamente associados, em número de dois, compreendidos como uma dicotomia que, aliás, explicava muito da própria natureza do mundo. Existiram certamente alternativas comportamentais e circunstâncias históricas excecionais (ou não tão excecionais, mas diferentes da simples dicotomia), mas as sociedades desenvolveram, de acordo com as circunstâncias, respostas diferenciadas, que certamente se estenderam por toda a gama de possibilidades, desde o silêncio (de que nada restou) ao *travesti* da rainha Hatsephshut, que deixou testemunhos. Mas a questão deve poder ser reconduzida à questão de se as joias da Idade do Bronze e do Ferro eram utilizadas por homens ou por mulheres e o que isso representa na reconstituição que é possível fazer dos mecanismos sociais presentes. Acessoriamente também se poderia perguntar em que época da vida eram estas joias utilizadas, mas na inexistência de estimativas credíveis de mortalidades e esperanças médias de vida, a questão parece menos crucial.

Concentremo-nos, em primeiro lugar, na evidência relativa à Idade do Bronze.

Os argumentos são vários, todos insuficientemente suportados pela inexistência de evidências que não são imediatamente observáveis (*contra* Ruíz-Gálvez, 1994, p. 63-68, muito particularmente o diagrama da p. 64) e recorrendo, *in extremis*, à questão da iconografia das estelas e estátuas-menir contemporâneas, que suportariam a ideia de que os grandes torques eram joias femininas. Neste ponto, e contrariamente à posição antes expendida, parece ser oportuno fazer apelo a todo o pensamento crítico, contemporâneo ou não, para avaliar bem a solidez das propostas possíveis (veja-se a revisão crítica do problema em Cardoso, 2011, p. 97-103).

Em primeiro lugar, verificou-se no registo arqueológico que colares e conjuntos de braceletes surgem frequentemente associados. Há, claro, achados de um ou outro tipo de joias, associados ou não a outros objetos (como as espirais), mas é porventura correto dizer que as joias aparecem maioritariamente em conjunto. Não existem, portanto, razões para dizer que o seu uso era diferenciado. Daqui pode deduzir-se que ou *i*) o uso das joias estava reservado a um sexo (e só as desse conhecemos através de achados) ou *ii*) a utilização de joias era indiferenciada. Uma terceira hipótese, pouco económica, é a de que a sua utilização era diferenciada, mas a sua ocultação, via de regra, as reunia.

Deve-se, em qualquer caso, ter muito presente a possibilidade de as joias poderem efetivamente ser utilizadas para produzir efeitos muito diferenciados a partir de conjuntos, *prima facie*, compostos por elementos tipologicamente comparáveis (Sorensen, 1997).

No entanto, as estelas de bronze de tipo extremenho documentam, nalguns casos explicitamente, que os homens portam em ambiente funerário um conjunto significativo de bens de prestígio, mas não especificamente joias. Existe, segundo algumas teorias, um dimorfismo muito marcado neste conjunto de representações, com a representação feminina expressa através de figuras diademadas (Galán, 2011, p. 278-280). Neste contexto de dimorfismo sexual, nada, portanto, nos aconselha a escolher, neste ponto, a segunda hipótese, de utilização indiferenciada de joias por ambos os sexos.

Outro conjunto de representações poderia indicar uma preferência pela utilização feminina das joias, mas essas indicações devem ser colocadas em posição condicional a outras observações. Em bom rigor, muitas das representações em estelas e estátuas-menir devem ser consideradas ambíguas, no que à identificação sexual diz respeito, para além do problema da reelaboração de algumas peças (cf. Cardoso, *op. laud.*).

Há outras observações a adicionar a estas: as joias maciças do Bronze Final parecem estar presentes em zonas geográficas e/ou culturais onde há fórmulas

de representação escultórica muito distintas, ainda que tenham estado todas em contacto, formando verdadeiramente um complexo artístico-cultural; uma maioria das representações não mostra nem elementos sexualmente marcados, nem joias de qualquer espécie; porventura a única divisão clara é a da presença/ausência de armas nas representações, e a representação de armas parece ser um marcador sexual masculino, consistentemente, em toda a pré-história europeia.

A conclusão a retirar é a da existência de uma dissociação de discursos no que diz respeito às joias da Idade do Bronze e às representações de bens de prestígio em estatuária da mesma época. Esta dissociação dá preeminência aos homens, que manipulam um conjunto de bens de prestígio, como os carros, as armas e alguns objetos de adorno; isto não impedia, todavia, que a um outro nível, o uso de joias de ouro fosse representado em figurações não sexualmente marcadas.

Restará determinar se essa ausência de marcação sexual se deve a uma posição menor do sexo feminino no tecido social, ou estará ligada a um interdito do discurso público, que pode existir ao arrefecimento da posição social qualquer que ela seja (cf. Bailey, 1994). Em todo o caso, existem representações dessas joias em figurações masculinas (ou como tal identificáveis através da presença de armas) e, naturalmente, existe um discurso imagético também próprio do sexo masculino (cf. Treherne, 1995).

Essa dissociação entre discurso figurativo e realidade arqueológica (tanto mais acentuada quanto, dos bens de prestígio representados quase nada restou e, sem embargo, das joias temos abundante testemunho) só pode testemunhar uma profunda ambivalência nas estruturas ideológicas subjacentes ao sistema social que produz o discurso. O papel da mulher (individualmente considerada) é, aqui, certamente crucial. Garante da continuidade física do grupo, a mulher desempenha por isso mesmo um papel social nos mecanismos de reprodução de importância muito superior ao do homem, que pode até, em certas circunstâncias, ser mais determinante na hora de providenciar a subsistência e a defesa, mas cujo papel pode ser sempre atribuído a outro membro do grupo, o que não pode acontecer com a mulher durante os episódios de gravidez, parto e aleitamento em que, cada uma delas, é elemento insubstituível. Por esta razão muitas sociedades tendem a valorizar mais a permanência das mulheres no seio do grupo e a aquisição de mais mulheres para o acrescentar, o que acontece independentemente do «grau de paternalismo» dessas sociedades (Hernando, 2000).

Não sendo a pulsão pela competição social um aspeto exclusivo do sexo masculino, mas melhor se podendo dizer que faz parte das características evolucionárias da espécie humana, certamente que alguns elementos do sexo feminino em sociedades da Idade do Bronze utilizaram essa posição como alavanca da sua promoção individual e, talvez, dos subgrupos a que pertenceram (Arnold, 1995). É natural que existisse, como mecanismo de controlo social generalizado, um

conjunto de preceitos genericamente aceites acerca do aporte de riqueza herdada à unidade familiar (e por extensão ao grupo em que esta se integra), ao controle efetivo dessa riqueza e à eventualidade da dissolução do vínculo e às consequências patrimoniais daí advenientes. Todos estes elementos poderiam, portanto, em ocasiões concretas, ser manipulados pelas mulheres.

Estas observações vão, por um lado, no sentido de questionar a asserção simplista de que os grandes colares da Idade do Bronze eram «propriedade feminina» (Ruíz-Galvéz, 1995, p. 513); vão, por outro, no sentido mais fundo de questionar a utilidade de querer atribuir a um sexo em particular a possibilidade de uso de joias de uma tipologia específica.

Acrescente-se ainda a observação de que, no final da Idade do Ferro, são os guerreiros que são representados portando colares (torques) e braceletes (vírias), sendo a sua importância suficiente para dar origem, até, a uma onomástica específica (*Torquatus*, *Viriatus*). Que esta situação não se possa estender a períodos mais antigos é um *parti pris*.

Aliás, no sentido da primeira observação que aqui se propõe, Marisa Ruiz-Gálvez (loc. cit.) oferece um interessante paralelo etno-arqueológico, em que o uso das joias pelas mulheres acontece para que, em primeiro lugar, a riqueza da família possa estar convertida em valores seguros e, em segundo lugar, para que os maridos prospetivos possam com mais exatidão avaliar a valia financeira da noiva em potência.

O aspeto mais determinadamente heurístico da questão reside na necessidade de alargar muito para além dos paralelos etnográficos ou históricos mais imediatos a gama das reconstituições imaginadas (mas sem cair nas metáforas desligadas da realidade que acima se criticaram). Mesmo reforçando o carácter estritamente dual da conceção do sexo e do género, as possibilidades de manipulação sexualmente controlada das joias poderia ser muito mais vasta do que as possibilidades normalmente avançadas: «o passado é um país estrangeiro», na expressão de L. P. Hartley (1953), «lá, as coisas fazem-se de maneira diferente».

A caracterização das joias da Idade do Bronze como «dote» pode ser muito importante para uma avaliação dos dados que a arqueologia da paisagem e uma indagação aprofundada da proveniência do metal utilizado (se e quando possível) nos irão trazer, introduzindo nos raciocínios possíveis um outro elemento de problematização, ligado umbilicalmente à questão do movimento e da transação de bens: as joias viajam com as mulheres? Ou as joias são mantidas no grupo recetor como oferta à mulher recebida? Para simplificar, trata-se de dote ou de arras? Ou uma e outra coisa, conforme os casos?

São perguntas cuja resposta é obviamente de natureza especulativa, com a evidência hoje disponível, mas não necessariamente da mesma forma, se a investigação futura as considerar pertinentes e encaminhar para aí o melhor dos seus

esforços e das tecnologias que se vão, pouco a pouco, tornando mais facilmente utilizáveis. Um padrão mais fino dos conhecimentos sobre a produção e deposição destas joias, não deixará de oferecer resultados à compreensão dos fenómenos sociais presentes, valorizando-se dessa forma a atividade das elites que controlam esses mecanismos e o seu sucesso relativo em distintos momentos e locais.

## **6.2. O intercâmbio das joias. Embaixadores, comerciantes, piratas e salteadores**

O elemento específico dos processos de intercâmbio que as joias pré e proto-históricas sofreram representa um elemento principal da compreensão dos fenómenos sociais presentes que a investigação pretende alcançar. E também aqui há indagação a levar a cabo, teórica mas também muito concretamente quanto à conformação dos depósitos e/ou ocultações de joias; são talvez mais significativas, neste ponto, as joias da Idade do Ferro.

Já acima se referiu um ponto que se considera essencial na maneira de interpretar as joias, incluindo as da Idade do Ferro, que se conhecem no Ocidente da Península: são, até prova em contrário, principalmente o produto da atividade de oficinas peninsulares, formadas ou informadas por alguns artífices orientais migrantes e por uma maioria de indivíduos oriundos das antigas oficinas que trabalhavam o ouro na região (a fachada atlântica da Península) antes da chegada dos Fenícios (ao Golfo de Cádiz e à costa de Málaga e, a seguir, aos estuários dos rios atlânticos).

Neste quadro específico, importa distinguir duas realidades, uma que é imediatamente interessante para a indagação, outra que o será, eventualmente, em segunda linha. Em primeiro lugar estará o facto do intercâmbio; em segundo lugar está o vetor concreto (definido pela origem e pelo destino) no qual esse intercâmbio se insere (Arruda, 2005, p. 25-59).

Parece realmente importante estabelecer que a afirmação de determinados estatutos sociais dependia, em maior ou menor medida, da existência de itens de intercâmbio que eram efetivamente mobilizados em relações de contacto entre zonas distintas. Este é um facto que se pode classificar com transepocal, olhadas todas as épocas examinadas neste trabalho. Elemento distinto é o vetor específico do intercâmbio que é levado a cabo, quando peças individuais (ou classes de peças especiais) são consideradas isoladamente. A distinção de um e outro fenómeno é importante e deverá ser tida em conta ao longo da argumentação que se pretende desenvolver.

Na impossibilidade de distinguir com precisão que peças ou classes de peças, dentro do conjunto da ourivesaria, se podem classificar de importações fenícias ou de produções ibero-fenícias, a esfera de difusão atingida por algumas sub-classes (por este termo querendo designar aquelas produções que, mostrando

uma forte semelhança de processos de fabrico e aspeto pretendido do objeto, se podem estimar provir de uma única oficina, ou mesmo de uma única «mão»), mostra sem sombra de dúvida que intercâmbio teve lugar, independentemente do local onde a oficina teve a(s) sua(s) sede(s) (pois podem não ter sido sempre só um) ou da composição do grupo humano que formou o seu pessoal, com provisão para evolução também neste aspeto.

Primeira observação: este é um panorama radicalmente distinto daquele observado no período anterior, e que foi atrás observado sob outro prisma, na medida em que a própria esfera geográfica que se pode delimitar na circulação de produtos atribuíveis a um centro de produção não seria compatível com a dimensão de algumas joias (individualmente considerado o volume de metal utilizado nalgumas delas). O que permite concluir, vistas as observações feitas acerca das joias que constituem o cerne das produções do período de transição, que a verdadeira mutação do intercâmbio de peças de prestígio para um comércio digno desse nome (que se distingue porventura do anterior, principalmente, por uma certa flexibilidade nas possibilidades teóricas de troca, que não está presente no intercâmbio de peças fortemente ritualizadas ou que por razões rituais atingiram um valor «sem contrapartida») acontece, não ao longo do final da Idade do Bronze mas plenamente dentro da Idade do Ferro, com a presença oriental plenamente estabelecida nos mecanismos de intercâmbio dentro do espaço da Península Ibérica e suas vizinhanças imediatas.

A conclusão possível a retirar desta situação é a de que, foi de facto a carência de metais preciosos no Levante, associada à intensificação das viagens para Ocidente que se desencadearam a partir do século IX (Fox, 2008, p. 138-151; Boardmann, 1980, p. 210-216; Aubet, 1987, p. 52-77) que modificam a natureza do intercâmbio na fachada atlântica.

E que modificações subsequentes acarreta esta mudança essencial nos circuitos de intercâmbio? Parecem estar, como já foi sugerido antes neste texto, na multiplicação dos canais de intercâmbio, nos múltiplos modos pelos quais o polo carente de metais em bruto os pode obter, ao lado dos poucos modos tradicionais de intercâmbio entre as estruturas locais que produziam as grandes joias do período anterior.

Estão aqui mencionadas as primeiras duas figuras da epígrafe deste subcapítulo: os «embaixadores» e os «comerciantes». Estas «figuras» referem-se obviamente a dois modos distintos de contacto: a interação formal entre elementos de grupos étnicos ou estruturas políticas distintas que, entendendo-se como *peer politics* (Correia, 1990; Renfrew, 1986), estabelecem relações formais, consagradas de alguma forma ritualizada e em que a sua própria permanência, percebida como valor social, dá garante às relações a longo prazo; ou a relação entre elementos mais diretamente ligados à oferta e procura de bens específicos,

que podem estar ou não ligados à realidade anterior, podem precedê-los ou podem vir na sua peugada, mas que até pela sua maior informalidade têm uma capacidade superior de intervenção no terreno.

Em terceira linha, estão as últimas duas «figuras» referidas em epígrafe: salteadores e piratas.

Os primeiros parecem estar, aliás, documentados obliquamente no período e área que nos interessa, através da inscrição de uma das taças de Monsanto, que se refere a Alissos, filho de Assas, de Contrebia Belaisca (Gomes e Beirão, 1988), que deve ser o espoliado proprietário original das peças que terminaram os seus dias na Cova da Beira, o que talvez tenha acontecido também com o tesouro de Padrão, que também tem paralelos na zona meridional da Península (Beirão e Gomes, 1988); talvez mais dificilmente se encontrarão vestígios comprováveis dos piratas (Ormerod, 1997, p. 13-58), sem que tal deva sugerir a menorização do seu papel.

Mas sobretudo dever-se-á evitar uma leitura «normalizada» do passado, como se a transgressão, a agressão, o roubo e o saque, nunca tivessem existido (cf. Kristiansen, 1998, p. 247; Cunliffe, 1997, p. 88-89); pelo contrário, é lícito imaginar que a violência pura e simples, o arbítrio incontroado e o exercício do poder sem o filtro de qualquer moralidade foi mais comum e vulgar, e socialmente aceite, que a negociação e o diálogo, ou a *Ilíada* e a *Odisseia* não existiriam.

Por isso mesmo, a figura do pirata (que é a figura típica do fenício nos poemas homéricos, o que é tão importante para a Península Ibérica, em bases cronológicas e etnológicas, por razões óbvias) deve talvez sobrepor-se às outras referidas como paradigma do intercâmbio sidérico na Península. As mesmas considerações se deverão estender a Kolaios de Samos (Heródoto, IV 152), que se sabe que se perdeu numa tempestade, chegou à Península e regressou a Samos rico para além do normal, sem que as fontes (aí sim, à maneira da crónica social moderna) entrem em pormenores sobre os aspetos concretos da forma de aumento da sua fortuna.

Haverá uma diferença substancial entre o salteador e o pirata. O primeiro terá uma base terrestre que pode ser longínqua, mas é determinável, com graus distintos de dificuldade, e pode portanto estar sempre sujeito a pedidos de satisfação e de eventual retribuição (senão de vindicta pura e simples, com possibilidades de retribuição muito para além da proporcionalidade). Tal não acontece com o pirata, cuja atitude é, *prima facie*, sempre gratuita, sem possibilidade de retribuição, pelo menos até César.

Mas deve deixar-se em aberto a pergunta essencial: o que distinguia, nos inícios da Idade do Ferro, um embaixador de um comerciante, ou de um pirata? E seriam estes papéis absolutamente estanques, indistinguíveis, em todas as situações? A resposta a estas questões não tem de ser dada para colocar noutras bases toda a discussão do intercâmbio de peças de ourivesaria na primeira metade do I milénio a.C. Basta colocá-las.

### 6.3. A produção das joias. Acumulação e transformação

A descrição de um largo panorama de evolução das produções de ourivesaria num espaço geográfico da dimensão da fachada atlântica da Península Ibérica ao longo de dois milénios pode, porventura, transmitir a impressão que, no que diz respeito ao conhecimento desta produção artífice, as bases essenciais do conhecimento estão adquiridas e ulteriores indagações são redundantes. Nada mais falso, a quase todos os níveis de análise.

É certo que não estarão por identificar classes completamente inéditas de materiais, por mais que alguns falsários e burlões utilizem essa hipótese para promover o seu «conto do vigário».

Mas a todos os níveis da indagação arqueológica, há muito que fazer, mesmo sobre peças que reputamos de bem conhecidas.

Darei um exemplo: recentemente, graças à amabilidade dos funcionários do Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras, foi-me dada a oportunidade de apreciar em pormenor a parte do tesouro de Outeiro da Cabeça que se conserva nesse museu; foi uma ocasião informal, sem agenda de investigação predefinida e desapojada de quaisquer meios auxiliares de análise.

Todavia, nessas condições de *impromptu*, foi-me permitido registar as seguintes observações, que me parecem importantes: *i*) os botões de Outeiro da Cabeça correspondem a, pelo menos, duas matrizes diferentes (ou a duas estratégias diferentes de utilizar os punções), uma delas tem, entre os círculos concêntricos, uma única faixa circular decorada com pequenos pontos em relevo, outra tem duas dessas filas; houve portanto, pelo menos duas matrizes envolvidas na produção dos botões (ou uma matriz dupla, cf. o achado de Bornacha e peças associáveis) ou duas maneiras de trabalhar distintas; *ii*) os sistemas de ligação dos botões ao suporte que são observáveis compreendem pelo menos dois sistemas distintos, um dotado de uma única presilha, com colocação sensivelmente diametral no reverso do botão, o outro com duas presilhas, equidistantes e paralelas a esse diâmetro; *iii*) as presilhas aplicadas nos botões são constituídas por elementos laminares produzidos de duas formas distintas, uma através do achatamento de um arame torço semelhante ao que decora o bordo do anverso dos botões, produzindo um bordo serrilhado muito característico, outra correspondendo a achatamento de um arame liso, produzindo uma presilha de bordo reto (não me foi dado a observar a existência de combinações distintas entre estas variantes, que todavia podem existir). Mas estas simples observações levam a considerar a existência possível de um número de variantes tipológicas de botões num único tesouro (aliás de reduzidas dimensões), como sendo igual a um valor situado entre 2<sup>4</sup> e 2<sup>5</sup>.

Deixarei dito, em consequência, que a mera observação macroscópica das peças deste universo da ourivesaria arcaica constitui ainda um campo de desen-

volvimento da investigação, e que nada se deve dar por adquirido até melhor e mais exaustivo exame.

A variabilidade tipológica de pequenos pormenores como estes mencionados a propósito de Outeiro da Cabeça servem para colocar em exergo a premissa essencial: a de que uma observação tecnomorfológica cuidada é a ferramenta essencial no desenvolvimento ulterior da investigação e que, sem ela, os analistas da área da imagiologia, da química e da física veem o seu trabalho irredemptoriamente condenado à esterilidade.

Na verdade, trata-se de um *parti pris*, o entendimento de que a analítica moderna nunca pode ser mais do que a extensão das capacidades de observação do nu espírito humano (cf. a polémica entre A. B. Knapp, 2000, e N. Gale, 2001, sobre os aspetos desta questão ligados ao comércio de cobre no Mediterrâneo durante a Idade do Bronze). Por isso mesmo, deixando de lado a explicação dos fundamentos metodológicos das várias técnicas, que me confesso incapaz de fazer competentemente (e que se encontram bem descritos nos seus fundamentos e nas suas aplicações possíveis em Guerra e Rehren, 2009, e em Guerra e Tissot, 2013), parece-me importante fazer ressaltar que estão à disposição dos arqueólogos dois campos de tecnologias distintos, mas ambos muito importantes: as tecnologias que incrementam a nossa capacidade de ver e as tecnologias que incrementam a nossa capacidade de entender. As primeiras podem, por um lado, levar a capacidade de ampliação da imagem até limites para além do racional, ressaltando entre elas a microscopia eletrónica de varrimento; por outro lado estas tecnologias, utilizando a radiografia, permitem ver coisas para além do espectro visível, literalmente permitindo ver «dentro» dos objetos. As segundas permitem conhecer em pormenor maior, por várias ordens de grandeza, a composição da matéria utilizada. A combinação de um e outro campo de análise permite (teoricamente) distinguir, por exemplo, as composições diferenciadas da matéria utilizada em componentes de peças maiores que, individualmente considerados, têm dimensões muito inferiores a 1 mm, ou, noutros casos, entender os processos arqueometalúrgicos utilizados na produção de peças ou de elementos individuais de peças compósitas.

O potencial da aplicação destas tecnologias pode talvez ser calibrado revisitando ordenadamente algumas questões levantadas ao longo deste texto:

i) Composição química e determinação de proveniências.

O progresso dos meios de estudos das composições oligoelementares permite, teoricamente pelo menos, chegar a um nível de definição que se designa em inglês por *fingerprinting*, ou seja, a um nível de pormenorização e análise fina que distingue sem possibilidade de confusão uma proveniência de materiais através de uma combinação muito específica de elementos-traço, que é distinta

de todas as outras. Também teoricamente, este método deve poder ser aplicado ao ouro utilizado nas joias arcaicas, pelo menos naqueles em que se verifique o pressuposto de que foram elaborados a partir de uma única pepita: o procedimento da investigação virá a ser, neste particular, necessariamente iterativo, pois algumas vezes podemos supor, a própria análise desmentirá essa hipótese, enquanto só noutras a confirmará; por outro lado, deve-se ter em mente também que o intercâmbio é inerente à natureza mesma dos objetos, de onde se retira a conclusão de que a ligação proveniência do objeto/proveniência do ouro não é uma função linear – um programa de investigação deste género deveria, portanto, incluir um elemento de prospeção de campo das areias auríferas na atualidade, aqui baseado no pressuposto de que a composição oligoelementar típica das bacias sedimentares tem, ao longo do tempo, um fator de permanência que é apreciável e cuja variabilidade é inferior à variabilidade interbacias, sincronicamente avaliada.

ii) A questão da «cadeia trófica do ouro» e a composição das cadeias de espirais.

A comprovação de que a noção de «cadeia trófica do ouro» é uma aproximação adequada à realidade, de que é uma teoria verdadeira e descritiva, pode ser baseada nos resultados eventuais da investigação do ponto anterior, mediante o estabelecimento de mais alguns pressupostos e da investigação sobre a realidade observada nas peças. É talvez possível supor que a «impressão digital» oligoelementar é reconhecível em objetos produzidos a partir de várias pepitas, se forem reconhecidos alguns factos como podem ser: primeiro exemplo – que um objeto, produzido a partir de pepitas de bacias diferentes, com distintas composições oligoelementares, mostra na sua composição o «fantasma» das combinações únicas da matéria-prima utilizada, na forma de uma composição *sui generis*, fruto da mistura dos vários componentes que se integram na cadeia trófica do ouro e mostram a sua abrangência geográfica; ou – segundo exemplo – que um objeto, em cuja produção foi utilizada uma quantidade de metal superior à que expectavelmente se deve atribuir a uma única pepita, e que mostra uma composição oligoelementar típica de uma única bacia, demonstra a operacionalidade da cadeia trófica, já não num espaço determinado, mais ou menos vasto, mas ao longo do tempo, numa única zona restrita.

Na indagação desta problemática, parece especialmente sugestiva a possibilidade de analisar a composição dos elementos das cadeias de espirais e dos achados conexos, na perspetiva de compreender a genética destes objetos ou conjuntos de objetos. A questão implica, todavia, algumas questões não propriamente arqueológicas, mas museológicas.

Naturalmente que será difícil, desde o ponto de vista da gestão museológica, autorizar uma intervenção física sobre as cadeias de espirais de forma a dessoli-

darizar os conjuntos e a permitir a manipulação das espirais individualmente. No entanto, será virtualmente impossível conduzir as análises necessárias, elemento de cadeia a elemento de cadeia, mantendo a organização do conjunto, devido a problemas técnicos inerentes aos métodos disponíveis, para os quais a geometria do objeto analisado não é irrelevante. Terá, portanto, de ser estudado um processo de engenharia reversa, que permita a desmontagem das cadeias de espirais e a sua remontagem segundo o exato processo da sua montagem original (que se pode arbitrariamente supor ter sido sempre a mesma, mas sem garantias absolutas do facto, podendo ter havido modificações na Antiguidade, ou mesmo entre o momento do achado e o momento de depósito museológico). Em qualquer caso, este mesmo processo, ainda que sobretudo utilitário relativamente às análises, não deve ser descartado como desprovido de valor heurístico.

iii) Os grandes objetos: composições químicas, individualidade das origens e elementos traço.

A cadeia trófica do ouro tem limites ideológicos, como antes se propôs e tem também limites logísticos que, se não se manifestaram, à data de produção das maiores joias, na quantidade absoluta de massa metálica envolvida em cada joia individual (admita-se que nenhuma das conhecidas ultrapassa o peso que um indivíduo é capaz de suportar, por razões anatómicas), manifestar-se-ão (é o pressuposto), na capacidade de detetar os oligoelementos na composição do metal e de distinguir, na composição mista do metal das joias, as composições diferentes das distintas proveniências de metal chamadas a contribuir, entre outras razões porque o número de elementos analisados é limitado e porque a distinção das composições típicas das várias bacias de proveniência não estará tanto baseada no critério de presença/ausência de determinados elementos, mas sim na grandeza proporcional da sua presença: a partir de certo nível de complexidade das ligas, portanto, não existe fórmula algébrica para distinguir os diversos contributos na respetiva proporção.

O que não faz parte do pressuposto, e é por si mesmo um elemento interessante de indagação, é o limiar em que essa impossibilidade se verifica, ou seja, o limite a partir do qual a complexidade da liga metálica utilizada é tal que a reconstituição da sua formação se torna impossível. Este elemento, de possibilidade/impossibilidade de análise por meios físico-químicos, corresponde a um limiar (tecnológico) correspondente a um fenómeno histórico-arqueológico: aquele limiar a partir do qual será possível afirmar que o âmbito geográfico da esfera de intercâmbio alimentando a cadeia trófica das joias é suficientemente alargado para, em concreto, a proveniência do material ser irrelevante.

A perceção deste limiar tecnológico será, portanto, um elemento da narrativa sobre a produção de joias e certamente que a possível variabilidade na posição

do limiar – no sentido em que nalgumas áreas ou períodos o âmbito geográfico que alimentou a cadeia trófica foi mais alargado e o lapso de tempo necessário para atingir esse limiar foi mais reduzido, enquanto noutras áreas o processo foi o inverso, o âmbito geográfico mais estreito e o período de tempo mais longo – contribuirá para o enriquecimento da(s) narrativa(s).

*iv) A busca da maneira.*

Será no quadro dessas narrativas mais complexas e detalhadas que será sobretudo útil desenvolver mais a fundo o tipo de análise morfotipológica que antes, de forma apenas indicativa, se esboçou a propósito da parte do tesouro de Outeiro da Cabeça que se conserva no Museu de Torres Vedras.

Quando, antes, nas considerações ainda preliminares que teci usei a expressão «subsumir nos estudos morfotipológicos a contribuição da arqueometria», talvez tenha dado a entender considerar esta como um suplemento (porventura dispensável) ou um puro e simples ornamento de um estudo estilístico tradicional, de matriz winckelmaniana/monteliana e nada mais longe da forma que parece mais correta de abordar a questão.

Segundo o processo de indagação que aqui é proposto o conhecimento aprofundado da matéria manipulada na produção das joias é o elemento base da análise artefactual, e esse papel não pode ser desempenhado por qualquer agrupamento tipológico ou histórico-cultural, por mais perfeito que ele possa ser julgado, pois há que inverter os mecanismos lógicos de reconstituição dos processos históricos, em concreto do devir das oficinas e das evoluções das produções, no sentido de utilizar as técnicas imagiológicas como demonstrações das características típicas dos grupos e classes de produções, que se isolaram por meios independentes de análise, designadamente a analítica.

Só desta forma é possível romper as tautologias que permanecem, mais ou menos adormecidas, nalguns dos raciocínios expendidos a propósito de muitas destas peças, no que à sua filiação artística (e *maxime* no que à sua cronologia) diz respeito.

*v) Retorno às composições: quantas arrecadas dá um torques?*

A interpenetração dos problemas ligados à nossa capacidade de análise e dos ligados aos limites da tecnologia disponível, que se fazem sentir no desenho de um possível programa de investigação sobre um universo de peças produzidas numa evolução geral que vai no sentido do crescimento das massas de metal manipulado, faz-se também sentir, até um certo ponto maximizada, quando a evolução geral vai no sentido da diminuição dessas massas, certamente implicando a amortização física de algumas peças de grande peso para produzir elementos de menor dimensão, facto para o qual, aliás, há evidência arqueológica direta.

Também aqui a analítica será de primeira importância para estabelecer as bases factuais em que as análises estilístico-tipológicas se poderão desenvolver e a combinação desses métodos (apoiadas numa imagiologia de alto nível) deverá produzir um quadro mais preciso e melhor suportado da vida das oficinas da Idade do Ferro, nomeadamente no que diz respeito à sua localização geográfica e ao suprimento de matéria-prima que utilizavam.

## 7. UMA QUESTÃO DE PERSPETIVA

As conclusões deste artigo, a existirem, serão redigidas posteriormente às observações que algumas distintas investigadoras vão ser chamadas a expender sobre o texto que proponho. O meu propósito original foi, naturalmente, convencê-las (e, com elas, a restante comunidade científica) da justeza das minhas interpretações, numa base estritamente factual e analítica, mas não resisto a dar mais um passo: o da adesão a um propósito. A ourivesaria arcaica é um dos temas mais fascinantes da arqueologia peninsular e a sua investigação é um tema de primeira água para o exercício das nossas melhores capacidades.

Acrescentarei, portanto, a seguinte nota pessoal: entre os muitos versos da poesia portuguesa que me marcam, há um (ou dois) de que me recordo muitas vezes, e também agora – são de Mário Cesariny: «Ama, como a estrada começa [...]».

A adesão a um programa de investigação reveste-se, inevitavelmente, de elementos não completamente racionais e, neste programa que imagino poder vir a desenvolver-se em torno da ourivesaria arcaica vejo um elemento de «começo de estrada» (aí incluindo uma grande ignorância, ela mesmo pletórica de potencial, sobre o seu traçado para além da primeira curva) que, a ter frutos (entre eles os esperados comentários), serão o essencial destas reflexões.

## Comentário de Ana Margarida Arruda\*

A síntese que Virgílio Correia apresenta sobre a Ourivesaria Pré e Proto-histórica em Portugal deixa transparecer, de forma clara, o trabalho que, desde há longos anos, o autor tem vindo a desenvolver sobre o tema, materializado quer na publicação de alguns conjuntos áureos (1995, 2005, 2006, 2007, 2008), quer na colaboração em projetos e/ou obras coletivos. Nestes últimos cabem as edições, em 2013, dos resultados do Projeto AuCorre (Guerra e Tissot, 2013) e a obra *Ourivesaria Arcaica em Portugal – O brilho do poder* (Correia et al., 2013),

---

\* UNIARQ-Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, e-mail: a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

com a chancela dos Correios e Telecomunicações de Portugal. Saúda-se, desde já, a decisão do MNA de *O Arqueólogo Português* dedicar à temática o artigo extenso e comentado que abre o presente volume, bem como o facto de o ter «encomendado» Virgílio Correia (VC), um profundo conhecedor da matéria.

De facto, e como bem assinala VC, a discussão dos temas em moldes científicos ficou por fazer no volume que apresenta a ourivesaria portuguesa da Pré-História ao período Tardo-romano, o que se compreende por se tratar de uma obra de divulgação. E é essa a tarefa que o autor se dispôs agora concretizar, acompanhando a discussão científica do necessário aparato crítico, ainda que neste trabalho seja sobretudo a ourivesaria proto-histórica, das Idades do Bronze e do Ferro, que foi mais tratada, discutida e comentada, épocas para as quais há, infinitamente mais dados, até porque, como bem é assinalado, a presença regular da amoedação a partir do século II a.n.e. conduz à progressiva rarefação do metal precioso.

Trata-se de um trabalho que urgia fazer e a análise rigorosa que foi produzida sobre os conjuntos auríferos do território atualmente português esteve à altura da expectativa sempre criada em torno destes materiais, que, estranhamente, estão quase sempre «[...] ausente de muitos estudos gerais de várias épocas e regiões, mesmo quando existem evidências e algumas peças são referidas» «[...] situação paradoxal, admitindo o pressuposto de que se trata de um dos elementos por excelência de representação das elites.».

A ourivesaria antiga de Portugal é apresentada de acordo com o que chamou «linhas de força», a primeira das quais é o contexto e, sobretudo, a ausência deste para a grande maioria dos achados. Sem nunca pretender negar a sua importância, reflete acerca da funcionalidade (ritual ou utilitária) não esquecendo que ambos os conceitos não são aqui mutuamente exclusivos, como, na esteira de outros investigadores, já defendeu também Raquel Vilaça em 2006. Ainda assim, registo com muito agrado que VC entende que «Apesar da morfotipologia e o estudo estilístico (também na perspectiva genética, monteliana) estarem fora das correntes modernas do pensamento em arqueologia, é aí que reside o futuro dos estudos da ourivesaria arcaica (e, nesta frase, pretendo subsumir nos estudos morfotipológicos a contribuição da arqueometria, sem desprimor para os seus fatores).».

Entende VC que outra das questões que importa aprofundar se relaciona com a atividade extrativa e naturalmente com a sua evolução técnica ao longo do tempo, situação que relaciona com o aumento progressivo dos pesos das peças. Parece-me que poderia aqui ter sido incluída a discussão em torno dos ourives (os demiurgos do ouro, como lhe chama o autor), quer no seu papel de artífices, quer no que se refere à sua eventual condição de comerciantes. Sabemos que para o território atualmente português os dados escasseiam para a primeira das

situações e só recentemente foi identificado, em Alcácer do Sal, um conjunto de artefactos claramente relacionados com a produção de joias de ouro (bigornas ou tazes, fieiras ou damasquilhos, pratos de balança, ponderais, cabos de punções). Permanece inédito (Arruda et al., no prelo a), apesar de algumas das peças deles terem sido já apresentadas, mas em texto muito recente (Arruda, 2014). Mas os pratos de balança conhecidos em vários sítios da Idade do Ferro, e os pesos também desta época e ainda da Idade do Bronze (Vilaça, 2006) podiam ter sido chamados à colação e teriam, julgo eu, acrescentado informação útil, no que concerne aos pontos 3 e também 4 do trabalho que aqui comentamos.

A nova metodologia adaptada pelo autor na definição de «artífices», «grupo de artífices» ou «oficinas» parece-me a mais adequada, até porque também eu entendo que se deve enfatizar a técnica da execução e minimizar a utilização de paralelos. A apresentação diacrónica da ourivesaria portuguesa antiga e da respectiva evolução estilística é praticamente imaculada.

Ainda assim, o peitoral de Castro Marim merece um comentário mais detalhado, até porque a ocupação do Bronze Final detetada no Castelo (Oliveira, 2006; 2008; 2013) poderia ter sido discutida em associação. Por outro lado, a relação com Chipre é particularmente sugestiva, uma vez que o papel da ilha do Mediterrâneo oriental nos contactos Oriente/Ocidente tem vindo a ser cada vez mais reivindicado para estes momentos do Bronze Final e até mesmo para cronologias um pouco anteriores, dos séculos XIV-XII a.n.e. (Ruiz-Gálvez, 2013, p. 283).

Para a Idade do Ferro, permito-me discordar da posição teórica assumida logo no início do ponto 4.6 de que «[...] as viagens para Ocidente são, sobretudo, viagens para obter metais preciosos para ocorrer a necessidades específicas do Levante, nomeadamente o pagamento de tributo aos monarcas orientais». De facto, tal modelo está hoje em dia ultrapassado, uma vez que, e como vem referindo M. Eugénia Aubet (2008), a expansão colonial fenícia para ocidente se iniciou num momento de debilidade do império assírio e não pode portanto ser explicada pela necessidade de pagamento de tributo, tratando-se de uma iniciativa mercantil. Contudo, e como diz o autor, não restam dúvidas de que a presença de populações mediterrâneas terá sido responsável pela «intensificação de exploração do metal, nomeadamente através, talvez, da primeira mineração digna desse nome».

A definição de «unidades/oficinas de produção», concretizada ainda neste mesmo ponto 4.6., está, no geral, bem alicerçada, ainda que deva dizer-se que muitas peças da ourivesaria da Idade do Ferro acabam por ficar de fora da «arrumação» proposta. Por outro lado, e como aliás o próprio autor reconhece, assumir que Vaiamonte possa ser o local de «fabrico» dos brincos com cachos de esferas peninsulares é particularmente difícil, até porque as arrecadas de Santana

da Carnota estão associadas a um tesouro monetário republicano, época particularmente bem documentada também no sítio alto-alentejano.

Passando ao que podemos considerar de aspetos conclusivos, desenvolvidos no ponto 6, quero desde já referir que a questão do uso das joias, na sua relação concreta com género e sexo, está muito bem apresentada pelo autor, mesmo tendo em consideração a quase total ausência de contextos associados à ourivesaria proto-histórica portuguesa. Devo a este respeito acrescentar que, recentemente, foi-me dada a oportunidade de colaborar no estudo de uma necrópole da Idade do Ferro da área de Beringel, datada, genericamente, de meados/segunda metade do século VI a.n.e., onde as joias de prata e bronze estão, na sua grande maioria, nas sepulturas femininas, mas as de ouro aparecem distribuídas em enterramentos de ambos os sexos (Arruda et al., no prelo b).

No geral, concordo totalmente com VC no que se refere às figuras de embaixadores, comerciantes, piratas e salteadores como agentes de algumas das eventuais importações de joias encontradas no Ocidente. Todavia, parece-me que a grande maioria das que não foram fabricadas em «oficinas» ibéricas, sobretudo as que podemos datar de num momento posterior ao século VIII a.n.e., deverão ser integradas no «comércio institucional».

Partilho com VC a incapacidade de entender os processos metodológicos das várias técnicas de análise das ciências da «bata branca», quer no que se refere ao ouro quer, aliás, em relação a todos os restantes materiais. Mas parece-me muito acertado o inquérito arqueológico que para elas elenca.

Termino este comentário exprimindo a minha satisfação pelo facto de verificar que sendo este trabalho o culminar de um percurso que o seu autor vem desenvolvendo há vários anos, ele é também um «começo de estrada», sobre «[...] um dos temas mais fascinantes da arqueologia peninsular». E por ter tido o privilégio de ler em primeira mão este excelente trabalho, recordo a propósito das suas linhas finais: *Caminante, no hay camino, se hace camino al andar*.

## OURIVESARIA ARCAICA DA EUROPA ATLÂNTICA

### Comentário de Barbara Armbruster\*

O ouro do ocidente peninsular apresenta uma temática complexa que alimenta a discussão científica desde há mais que um século. A síntese escrita por V. H. Correia é uma contribuição preciosa e um exercício de grande conhe-

\* UMR 5608 du CNRS – TRACES, Maison de la Recherche, Université de Toulouse,  
e-mail: barbara.armbruster@univ-tlse2.fr

cimento geral sobre a ourivesaria. Mostra uma capacidade de abordar grande variedade de registos possíveis e põe a pesquisa em perspetiva. O seu trabalho de sinopse dá uma visão diacrónica, desde a matéria-prima passando a aspetos arqueometalúrgicos, pela biografia dos objetos até ao contexto da deposição de artefactos em ouro.

A autora conhece V. H. Correia desde os anos 1990. Nessa altura estava previsto o inventário dos ouros da Idade do Ferro do Museu Nacional de Arqueologia, a redigir por A. Coelho Ferreira da Silva e por V. H. Correia, projeto que nunca se realizou. Este projeto era aguardado como a continuação de uma série, seguindo o primeiro volume intitulado *2000 anos de ourivesaria arcaica em Portugal. Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de ourivesaria. 1. Do Calcolítico à Idade do Bronze*, no qual colaborámos com R. Parreira, V. H. Correia e M. A. Leitão Fernandes (Armbruster e Parreira, 1993). Publicou-se vinte anos depois a monografia *Ourivesaria Arcaica em Portugal: O brilho do poder*, dando ao leitor, pela primeira vez, uma vista geral e diacrónica (Correia et al., 2013). Assim, agradecemos o convite para comentar esta síntese do ponto de vista duma arqueóloga, etnóloga e artesã ourives.

A ourivesaria arcaica da Península Ibérica ocupa grande parte da pesquisa da autora, desde que trabalhou no Museu Nacional de Arqueologia nos anos 1990, tendo-se publicado o inventário da coleção dos ouros do Calcolítico e da Idade do Bronze e artigos com considerações e metodologias inovadoras juntando a tipologia externa dos artefactos a uma tipologia tecnológica (Armbruster e Parreira, 1993; Armbruster, 1993a; Armbruster, 1993b; Armbruster e Perea, 1994). Integrando varias coleções conservadas em museus em Portugal, em Espanha e na Grã-Bretanha, publicou-se um estudo comparativo dos ouros e bronzes pré-históricos da fachada atlântica da Península Ibérica (Armbruster, 2000). Recentemente, realizou-se no CNRS uma investigação substanciada sobre a ourivesaria da Europa Atlântica antes do ferro, estando em preparação a respetiva publicação (Armbruster, 2008).

Nesta contribuição queremos expor alguns aspetos complementares, pouco tratados, ou mesmo ignorados, nesta síntese, e cruzar olhares. Abordaremos o caso das tecnologias específicas dos ouros da Península Ibérica que relevam processos complexos de inovação e transformação tecnológica, e que fazem falta nos apartados *Tradição e inovação nos objetos de prestígio de meados do II milénio e A produção das joias. Acumulação e transformação*, de modo a torná-los mais precisos. Também trataremos brevemente algumas questões sobre a integração da ourivesaria da fachada ocidental da Península Ibérica – sobretudo do Calcolítico e da Idade do Bronze – no âmbito da Europa Atlântica, e juntamos algumas referências bibliográficas.

## NOTA SOBRE A HISTÓRIA DA PESQUISA DO OURO DA EUROPA ATLÂNTICA

Desde os anos 1980 desenvolveu-se investigação científica sobre o estudo aprofundado do ouro pré-romano na Europa ocidental (Perea e Armbruster, 2008). A primeira investigação com um catálogo exaustivo dos ouros pré-históricos de Portugal e da Espanha deve-se ao vasto programa alemão de análises químicas dos ouros pré-históricos na Europa (*Studien zu den Anfängen der Metallurgie*) e sua exploração arqueológica (Hartmann, 1982; Pingel, 1992). Para a história da investigação da ourivesaria arcaica de âmbito atlântico notamos que várias sínteses e inventários nacionais e regionais, em particular sobre a ourivesaria da Idade do Bronze, saíram nesta altura: para a Península Ibérica (Pingel, 1992; Armbruster, 2000), Portugal (Parreira e Pinto, 1980; Armbruster e Parreira, 1993), Espanha (Perea, 1991), França (Eluère, 1982) e ilhas Britânicas (Taylor, 1980; Eogan, 1994; Cahill, 2002). A produção do ouro da Idade do Ferro era considerada em monografias mais regionais e supra regionais (Silva, 2007; Eluère, 1987; Nicolini, 1990; García Vuelta, 2007). Sobretudo os novos métodos e a combinação de pontos de vistas de diferentes disciplinas aplicados ao ouro, como a tecnologia, a tipologia, a caracterização química e a antropologia social, ajudam na determinação de inovações e de transformações culturais, económicas e sociais nas sociedades pré-históricas (Perea, 2005b; Perea et al., 2004; Armbruster, 2011; Armbruster, 2013b). Várias sínteses recentes englobam a ourivesaria arcaica da Europa ocidental (Armbruster, 2008; Perea e Armbruster, 2008; Armbruster, 2012; Armbruster, 2013a). Seguindo os estudos das ciências dos materiais com grandes séries de análises já mencionadas, incluindo a fachada atlântica (Hartmann, 1982), apresentavam-se conjuntos da Península Ibérica (Perea et al., 2010) e tentativas de correlacionar artefactos em ouro com jazidas naturais na Irlanda (Chapman et al., 2006).

## METODOLOGIA INTERDISCIPLINAR

O estudo da ourivesaria arcaica e, sobretudo, dos aspetos tecnológicos dos objetos, é um campo de investigação fundamentalmente interdisciplinar aplicando vários métodos das humanidades e ciências «duras» (Armbruster e Guerra, 2003). Os métodos tradicionais da arqueologia aplicados sobre o artefacto original incluem o estudo estilístico, a forma, a decoração, a função, o contexto de achado, a simbologia e o valor cultural do objeto. A examinação macro e microscópica revela a microtopografia da superfície com as marcas de ferramentas e de processos de fabrico. As ciências dos materiais relacionados com a ourivesaria oferecem métodos do exame ótico como a radiografia, o uso do microscópio ótico e o microscópio eletrónico de varrimento, assim como métodos de análises de composição elementar. Os métodos atualmente mais utilizados são a fluorescência de raios-X, o PIXE (Particle induced X-ray emission) e o EDX (Energy-

-dispersive X-ray spectroscopy (Perea et al., 2010). A radiação de sincrotrão e o método LA-ICP-MS (Laser ablation inductively coupled plasma mass spectrometry) também já começam a ser aplicados nas análises dos ouros arcaicos com resultados muito interessantes (Guerra e Calligaro, 2004; Chapman et al., 2006; Schlosser et al., 2009). Um excelente exemplo modelo dum estudo interdisciplinar, combinando contribuições de tipologia, simbolismo, posição cultural e histórica, tecnologia, e arqueometria, é a recente publicação da designada «fíbula de Bragança» (Perea, 2011).

Outros métodos não estudam o artefacto original, mas trabalham com analogias para uma melhor compreensão da possível função e uso do objeto, como também o seu fabrico: iconografia, filologia, etnografia e arqueologia experimental (Armbruster, 2011, p. 423-425). Através destas analogias com atividades artesanais estabelecem-se modelos explicativos para o trabalho do artesanato do passado. No domínio da iconografia, representações gráficas da Antiguidade e da Idade Média, ilustrando cenas de artesãos, constituem fontes de informação para compreender a morfologia de ferramentas, os gestos dos ourives e processos técnicos. Fontes escritas da Antiguidade e da Idade Média servem também a uma melhor interpretação de oficinas e do trabalho do ouro, mas igualmente da posição social do artesão e do valor da sua produção. A etnoarqueologia oferece um campo de pesquisa comparativo de vestígios arqueológicos com dados etnográficos (Armbruster, 1993a). À sua disposição, o arqueólogo tem uma ampla documentação em antigas crónicas, pesquisas de terreno em oficinas de metalurgistas, filmes, fotografias e o estudo de objetos etnográficos conservados em coleções de museus. Podem conter informações sobre o trabalho de ourives assim como sobre maneiras de uso de adornos. A arqueologia experimental é um método que comprova pelo meio de experiências práticas hipóteses de supostas técnicas de fabrico (Coles, 1973; Armbruster, 2005). Um olhar cruzado entre a arqueologia experimental e a etnoarqueologia resultou por exemplo na melhor compreensão sobre o fabrico e a maneira de uso de torques e brincos constituídos por aros de secção cruciforme, característicos da Idade do Bronze na Europa Atlântica (Armbruster, 1993a).

## OFICINAS DE OURIVES

As ferramentas e oficinas de ourives são pouco conhecidas em Portugal porque existem muito escassos testemunhos diretos. Mas as marcas de ferramentas são visíveis em todos os artefactos em ouro. Do território português, como em outras zonas da Europa atlântica, conhece-se ferramentas em pedra utilizadas para o martelado da metalurgia do ouro, no Calcolítico e no início da Idade do Bronze (Brandherm, 2000; Armbruster, 2010b). Este tipo de martelos e bigornas

em pedra encontram-se conservados em vários conjuntos funerários de espólio rico em associação com objetos de prestígio, joias de ouro e cerâmica. Exemplos identificados são os espólios da Gruta artificial de São Pedro do Estoril, Cascais (Gonçalves, 2005, p. 106, fig. 06.14) e do túmulo do «Amesbury archer» no sul da Inglaterra (Fitzpatrick, 2009).

Ferramentas da Idade do Bronze especializadas para o trabalho do metal por deformação plástica são curiosamente muito mais raras no território da Península Ibérica (Armbruster et al., 2003). Martelos de alvado e bigornas de várias formas encontradas em França e nas Ilhas Britânicas, onde os achados são bastante mais numerosos, podem servir como analogias (Armbruster, 2000, p. 48-59). Balanças e pesos de bronze utilizavam-se desde o Bronze Final para controlar a qualidade e a quantidade do metal na Europa Atlântica (Pere, 2000; Gomez de Soto, 2001, p. 121; Vilaça, p. 2011). Este tipo de instrumentos é conhecido no espólio arqueológico português, nomeadamente na Nossa Senhora da Guia, Baiões, Viseu, Monte do Trigo, Idanha-a-Nova, e do depósito de Baleizão, Beja (Vilaça, 2005). Neste último os pesos estão diretamente associados a objetos em ouro e em bronze.

O túmulo de um ourives e guerreiro do século IV antes de Cristo, nomeadamente da época Ibérica, encontrado na necrópole de Cabezo Lucero, Alicante, é, neste contexto de rara informação, um achado extraordinário, não só para a Península Ibérica, mas para a Idade do Ferro da Europa em geral (Perea e Armbruster, 2011; Armbruster, 2013b, p. 77-79). À parte os instrumentos de fundição ausentes no espólio, este conjunto contém quase todo o equipamento completo duma oficina de ourives: martelo, bigorna, balança, peso, matrizes, punções, cinzéis, maçaricos e pinça.

Por causa da escassez de informações sobre oficinas e ferramentas, é difícil exprimirmo-nos sobre o papel do artesão ourives nas sociedades pré-históricas em Portugal (e P. Ibérica, Cabezo Lucero). A exceção encontra-se nos vestígios mencionados que evidenciam um estatuto social importante como sugere a riqueza dos espólios funerários. Constatamos, com base no estudo das marcas de ferramentas e da quantidade e qualidade dos produtos, que as oficinas de ourivesaria devem ter sido bem equipadas. Os artesãos tinham conhecimentos profundos tanto sobre a aparência estética, a simbologia e a função dos objetos a realizar, como sobre as matérias e a tecnologia aplicada ao seu fabrico, escolhendo as técnicas e ferramentas apropriadas para realizar a forma de acordo com o seu uso.

## **OURIVESARIA DA EUROPA ATLÂNTICA (CALCOLÍTICO E IDADE DO BRONZE)**

Os objetos em ouro encontrados em Portugal refletem relações tanto no princípio, neste caso exclusivamente com toda a fachada atlântica até à Escócia, como durante a transição Bronze-Ferro com o mundo mediterrâneo, abrindo

assim perspectivas de integração europeia da ourivesaria arcaica. No início da metalurgia do ouro, no Calcolítico e na Idade do Bronze antiga, a ourivesaria mostra uma certa unidade e circuitos transregionais em toda a fachada Atlântica (Armbruster, 2012). Joias realizadas sobre lâmina, como diademas, pendentes ovalados, apliques discoidais e lúnulas fazem parte duma mesma linguagem de forma, decoração e simbologia Atlântica. O grupo de espirais em fio martelado é igualmente um fenómeno atlântico da Idade do Bronze (Perea, 2005a, p. 93, fig. 1) e ademais um facto europeu, como o evidencia o novo achado de grande quantidade de espirais no norte da Alemanha muito parecidos com os espirais entrelaçados em correntes como os do tipo Vale de Viegas (Haßmann et al., 2013).

Observa-se um óbvio desenvolvimento do simples para o complexo das morfologias e das técnicas da ourivesaria em paralelo. No início os objetos apresentam-se num desenho em duas dimensões e desenvolvem-se depois através de formas complexas tridimensionais em chapa assim como em criações pesadas e maciças. Uma diversificação de estilos diferentes começa no Bronze Médio e Final. Certas variações de adornos restringidas regionalmente mostram-se por exemplo na Península Ibérica com os braceletes de tipo Villena/Estremoz, ou na Irlanda com os nomeados *gorgets*, joias de pescoço volumosas feitas em chapa. Outras variações suprarregionais surgem nas zonas de contactos e intercâmbios entre o continente e as ilhas Britânicas. A Irlanda, a Grã-Bretanha, o Noroeste da França e a Bélgica conhecem uma ourivesaria comum com os nomeados *lock-rings*, *hair-rings* e *composite rings* (Armbruster, 2008). Estes tipos de adorno estão ausentes na Península Ibérica.

Um grupo de braceletes cilíndricos de relevo canelado aparece na ourivesaria de toda a Europa Atlântica, desde o Bronze Antigo e persistindo até ao Bronze Final (Armbruster, 2010a). Este grupo de adornos do braço, à primeira vista aparentemente homogéneo, constitui um exemplo modelo mostrando como objetos de morfologia e decoração muito similar podem ser realizados por técnicas bem diferentes. Evidenciam-se de um lado braceletes obtidos por martelagem e do outro lado exemplos obtidos pela fundição da cera perdida. Enquanto que os primeiros são constituídos de chapa fina de relevo cinzelado e têm pouco peso, os segundos têm paredes de relevo mais espesso por causa da fundição e têm por isso um peso mais elevado. Nos braceletes do grupo de chapa martelada não se observa qualquer marca de junção nos cilindros fechados. Por conseguinte, a sua confeção deve ter sido feita por martelagem e cinzelagem à base de um lingote anular, comparável ao exemplar conhecido de Esposende (Armbruster e Parreira, 1993, p. 216-219). Produtos deste grupo aparecem em primeiro lugar na Inglaterra, com dois braceletes cilíndricos em chapa do depósito funerário de Lockington, Leicestershire, datando do Bronze Antigo (Needham, 2000). Morfológica e tecnologicamente comparáveis são os exemplares encontrados nos depósitos do Bronze Médio de

Arnozela, Braga, e da «Beira Alta» (Armbruster, 2010a, figs. 1-3). Exemplares mais tardios, do Bronze Final, provenientes de «França» (no Museu Britânico) e do depósito de Heights of Brae, Ross and Cromarty District, Escócia, ou ainda da Idade do Ferro, como o bracelete de Lebução, Vila Real, pertencem igualmente ao grupo de braceletes martelados e cinzelados (Armbruster, 2010a, fig. 25a).

O grupo de braceletes cilíndricos com um relevo canelado obtidos pela fundição a cera perdida é mais restringido e aparecem só durante o Bronze Final. Os braceletes de Urdiñeira, Orens, e de Melide, La Coruña, ou ainda uma peça sem procedência exata, conservada no Museu Nacional de Arqueologia, encontram-se entre este grupo (Armbruster, 2000, pl. 63 e 98). De uma tecnologia distinta, estes adornos apresentam uma grande similitude morfológica com o primeiro grupo, principalmente devido à técnica da fundição de cera perdida aplicada no seu fabrico, o que resultou em paredes mais grossas e um peso superior comparativamente aos braceletes em chapa. A técnica de execução é comparável ao processo de fabrico dos braceletes tipo Villena/Estremoz: fundição na cera perdida, aplicando o torno na realização do modelo em cera.

### TRADIÇÃO, INOVAÇÃO E HIBRIDAÇÃO NA OURIVESARIA DA PENÍNSULA IBÉRICA

A ourivesaria da Idade do Bronze Final e da transição Bronze-Ferro na Península Ibérica é um caso particularmente interessante na Europa Atlântica do ponto de vista de questões de tradição, inovação, hibridação e transferência de saber tecnológico (Armbruster, 2008). Através das produções e desenvolvimentos regionais, esta ourivesaria assenta em duas tradições atlânticas de joias particularmente pesadas e maciças. Os dois tipos de adorno, pesados e maciços predominantes do Bronze Final da fachada atlântica são os torques e braceletes de varas de secção circular tipo Sagrajas/Berzocana (que V. Correia nomeia Sagrajas-Portel) e os braceletes cilíndricos tipo Villena/Estremoz, os últimos realizados com instrumentos rotativos (Armbruster, 1993b). Estes bens de prestígio refletem uma identidade cultural Atlântica. O tipo Sagrajas/Berzocana, caracterizado por um aro maciço de secção circular aberto e uma decoração geométrica, é assim designado em função de dois depósitos espanhóis, o de Berzocana, Cáceres, com dois torques (de 950 g e de 750 g), e o de Sagrajas, Badajoz, com um torque duplo com fecho, pesando 2004 g (Almagro-Gorbea, 1974; Armbruster e Perea, 2007). O outro tipo atlântico, Villena/Estremoz, caracterizado pela forma cilíndrica, por uma decoração complexa de molduras, sulcos e séries de puas, e pela tecnologia da cera perdida combinada com a aplicação do torno no fabrico do modelo de cera (Armbruster, 2004). O nome deste tipo refere-se ao depósito espanhol de Villena, Alicante (contendo 9116 g de ouro), e do bracelete português de Estre-

moz, Évora (de 978 g) (Armbruster e Perea, 1994). O uso da força rotativa de um dispositivo com eixo horizontal em combinação com a fundição da cera perdida representa uma característica particular da ourivesaria atlântica do Bronze Final e destacámos já que isto é uma invenção extraordinária na história da tecnologia em geral. Mais de 60 espécimes deste tipo existem no espólio arqueológico de Portugal e da Espanha.

No fim do Bronze Final emergem inovações indígenas combinando elementos tipológicos e tecnológicos dos dois tipos para criar adornos compostos. Iniciou-se assim uma fase de hibridação na produção de objetos em ouro, utilizando a técnica da fundição adicional para unir os diferentes elementos. Esta técnica de união, nova nas produções de ourives, consiste em verter metal derretido sobre o ponto de junção dos elementos metálicos. A fundição adicional foi aplicada no bracelete de Cantonha, Guimarães, Braga, composto por um fragmento de bracelete de tipo Villena/Estremoz no meio, dois braceletes do tipo Sagrajas/Berzocana e de fios torcidos (Armbruster, 2004, p. 61, fig. 12). O segundo objeto desta inovação indígena da ourivesaria Atlântica é o triplo torques de Sintra, Lisboa, Portugal. Tal como o primeiro, este adorno é composto por um elemento de tipo Villena/Estremoz, neste caso formando o fecho, três torques do tipo Sagrajas/Berzocana e ademais de quatro apliques decorativos em forma de tulipa (Armbruster, 1995; Armbruster, 2004, p. 61-62 fig. 13).

Na fase seguinte deste desenvolvimento, a ourivesaria da fachada atlântica vai mudar sob as influências mediterrâneas, a introdução da nova técnica da soldadura e de novos elementos estilísticos orientalizantes. Esta inovação exógena admite a criação de joias complexas, compostas de vários elementos. As técnicas de decoração da granulação e filigrana, predominantes no âmbito mediterrâneo, baseiam-se na soldadura. Dois exemplos destas influências exógenas mediterrâneas, utilizando pela primeira vez a soldadura, mostram a primeira etapa da adaptação da granulação e da filigrana na Península Ibérica. Testemunham uma nova tecnologia de âmbito Mediterrâneo ao serviço de uma tipologia antiga de âmbito Atlântico. O primeiro exemplo desta hibridação de elementos atlânticos ao nível da morfologia com novas técnicas mediterrâneas é o conjunto de dois braceletes de Torre Vã, Beja. Os elementos do âmbito Atlântico são neste caso os terminais em forma de tulipa muito similares aos elementos decorativos do triplo torques de Sintra. A influência mediterrânea revela-se pela soldadura e granulação, que nestes objetos ainda é muita grosseira (Armbruster, 2000, p. 109, pl. 97). Outro exemplo de joias híbridas é o conjunto de Álamo, Beja, constituído por dois torques, um colar laminar e dois braceletes (Armbruster, 2013b, p. 70-71, fig. 4). Neste caso a soldadura é aplicada nos torques e nos braceletes. O torques triplo mantém uma morfologia de tradição Atlântica do tipo Sagrajas/Berzocana, mas os três aros são realizados em tubos

ocos de chapa aplicando no fabrico a tecnologia Mediterrânea da soldadura. Neste adorno aparece pela primeira vez a filigrana, com elementos de fio decorativo soldados. A nova técnica permite neste caso obter aros de aparência maciça de maneira oca, quer dizer económica.

Nesta fase de contacto cultural entre gente mediterrânea oriental e da Península Ibérica, um contacto direto entre ourives de tradições e identidades diferentes é igualmente evidente com uma transmissão de conhecimentos tecnológicos. No início mantém-se uma persistência de elementos tecnológicos e/ou tipológicos da Idade do Bronze no ouro da primeira Idade do Ferro (tartéssico) como é evidente no conjunto de El Carambolo, Sevilha (Perea e Armbruster, 1998). Uma interação e uma transferência direta de conhecimentos técnicos entre artífices é ademais evidente em objetos como os «candelabros» do conjunto de Lebrija, Sevilha, Espanha, ligados a uma função ritual e de morfologia proveniente do Mediterrâneo Oriental, mas fabricados com uma tecnologia da Idade do Bronze de tradição Atlântica (Perea et al., 2003).

Numa fase seguinte deste desenvolvimento de profundas transformações, abandona-se as tradições indígenas Atlânticas. Esta rutura completa com as tradições da ourivesaria Atlântica conduz a uma adaptação às normas técnicas e estilísticas de produção exógenas. Durante os períodos orientalizante e ibérico a expressão de uma nova identidade mediterrânea evidencia-se na Península Ibérica. O conjunto da Aliseda, Cáceres é um exemplo dos resultados da interação do mundo indígena e dos colonos fenícios e da integração completa das influências mediterrâneas (Perea, 1991, p. 195-197). No fim deste processo de transmutação na segunda metade do primeiro milénio antes de Cristo, a ourivesaria ibérica testemunha uma integração completa no âmbito mediterrâneo. Joias decoradas com granulação e filigrana dominam esta nova era da produção de ourives e mostram o abandono das tradições atlânticas (Armbruster, 2013b, p. 73-75, figs. 6-7).

Este desenvolvimento de contacto cultural e o câmbio de identidade nos aspetos técnicos e estilísticos do ouro começou com uma tradição e uma identidade atlântica na Idade do Bronze Final, seguido de influências mediterrâneas durante a fase de transição entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. No fim desta fase instaura-se uma nova identidade mediterrânea da Idade do Ferro, evidente na ourivesaria nas culturas Tartéssica e Ibérica. No entanto, desenvolve-se no noroeste da Península Ibérica uma ourivesaria particular da Cultura Castreja, que combina elementos mediterrâneos e atlânticos (Silva, 2007; García Vuelta, 2007).

O estudo tecno-tipológico mostra assim o desenvolvimento na ourivesaria de tradições indígenas, inovações por influências exógenas e a hibridação na ourivesaria arcaica, provando contacto cultural, intercâmbio e transferência de conhecimentos tecnológicos e estilísticos que conduz a uma mudança de identidade expressa em objetos de prestígio.

## NOTAS FINAIS

Observa-se, desde o início da metalurgia do ouro, uma especialização dos artesãos, fabricando adornos em ouro de alto nível quer em termos artísticos, quer tecnológicos, e a partir do Bronze Médio de peso considerável. Parece que nessas épocas a matéria-prima estava disponível em grande quantidade, graças à riqueza de jazidas peninsulares. No início da Idade do Ferro a produção de objetos em ouro quase que desaparece das Ilhas Britânicas e na França Atlântica. Contrariamente, na Península Ibérica opera-se um desenvolvimento de intensificação com uma ourivesaria mais leve, na economia da matéria-prima preciosa. Observa-se uma standardização no fabrico de joias com o uso de matrizes, desde a instalação de colónias de comerciantes e de uma população de origem do Mediterrâneo Oriental, quando as influências orientalizantes se impõem na cultura material.

Como sublinha V. H. Correia, a ourivesaria arcaica de Portugal, que tem beneficiado de uma pesquisa científica e de um interesse público de longa data, ainda oferece novas perspectivas para a investigação futura. Um dos maiores desideratos seria o desenvolvimento de um projeto científico sobre os ouros da Idade do Ferro, da época romana e da época medieval conservados no MNA e sua apresentação à comunidade científica. Juntamente, a publicação dos resultados das séries de análises de todo o material português investigado no projeto AuCorre seria de interesse para os especialistas do ouro arcaico, não só para a compreensão das alterações, mas também para os dados analíticos portugueses realizados com técnicas de análise modernas (Guerra e Tissot, 2013). Assim, a síntese de V. H. Correia pode ser um ponto de partida para desenvolver novos horizontes.

## ESTADO DA QUESTÃO, PROBLEMÁTICAS ARQUEOLÓGICAS E PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE ESTUDO.

### Comentário de M. Fátima Araújo \*

O convite que me foi amavelmente endereçado para comentar este artigo, A OURIVESARIA ARCAICA NO OCIDENTE PENINSULAR, da autoria do Doutor Virgílio Hipólito Correia, reveste-se de grande significado para mim. Entre as principais razões são poder estar associada a uma edição muito especial de

---

\* Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Campus Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10, 2695-066 Bobadela, Portugal, e-mail: faraujo@ctn.ist.utl.pt

*O Arqueólogo Português*, num trabalho realizado por um investigador reconhecido sobre um assunto que me é particularmente caro – o estudo de metais antigos. Embora nesta temática tenha dedicado uma maior contribuição ao estudo da metalurgia do «cobre», a ourivesaria arcaica também me tem interessado e sendo sobretudo uma especialista em métodos de análise não destrutivos, com uso crescente nas últimas décadas em estudos de coleções museológicas, tenho podido vir a colaborar nalguns trabalhos relacionados com o tema, incluindo artefactos de ouro, alguns das coleções do MNA.

Este artigo trata muito oportunamente o tema da Ourivesaria Arcaica, sob várias vertentes – Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo, revestindo-se de uma enorme importância, quer pela riqueza da nossa ourivesaria arcaica, sobretudo a das coleções do MNA, quer pelo conteúdo abrangente, abordando a temática numa perspectiva multidisciplinar.

O projeto AuCorre, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que terminou recentemente, teve como Instituição proponente e de acolhimento o MNA, contou com a colaboração de uma equipa de especialistas nacionais e internacionais com formações variadas, tendo dado um contributo significativo para o estudo das coleções da ourivesaria arcaica do atual território português. A participação das várias Instituições possibilitou o recurso a uma multiplicidade de métodos instrumentais de exame e análise, que visavam sobretudo a resolução dos graves problemas de alteração superficial verificados em algumas das peças expostas na Sala do Tesouro do MNA.

Embora seja já longa a minha investigação na área da arqueometalurgia, sempre realizada em colaboração com arqueólogos, a minha formação de base é nas ciências exatas e irei focar os meus comentários essencialmente nos pontos em que são abordadas as questões analíticas.

Gostaria de referir que as análises de metais antigos foram iniciadas em Portugal na década de 70 do século passado, na sequência da instalação de novos equipamentos em algumas Instituições e em colaborações entretanto estabelecidas entre físicos/químicos e arqueólogos. Estas colaborações continuaram de forma muito esporádica durante algumas décadas, tendo a situação sido alterada no início do século XXI, em particular na sequência de alguns projetos financiados pela FCT e em teses de mestrado e doutoramento, que disponibilizaram meios financeiros e humanos imprescindíveis para estabelecer uma linha de investigação sólida em Arqueometalurgia. Contudo, estes estudos têm estado mais focados na metalurgia do cobre dado que, no que se refere a artefactos de ouro, o seu aparecimento em escavações arqueológicas é relativamente raro, estando a maior parte dos artefactos de ouro depositados em museus, principalmente no MNA. Apesar disso, e da interação que foi acontecendo entre os especialistas das

Ciências Exatas e os Arqueólogos foram sendo realizados estudos que envolveram artefactos de ouro.

Sobre os trabalhos publicados é muito elucidativa a listagem que o autor faz sobre os contributos dos principais investigadores que realizaram trabalhos relacionados com o tema, lembrando Rui Parreira, Barbara Armbruster, Armando Coelho e o próprio autor, alguns em colaboração com outros investigadores, para além dos trabalhos decorrentes do projeto AuCorre.

Contudo, e dada a minha associação a uma Instituição onde foram instalados dos primeiros equipamentos, e onde, desde há várias décadas, se desenvolveram metodologias analíticas dedicadas, nomeadamente a espectrometria de fluorescência de raios-X (XRF) e a técnica PIXE (Particle Induce X-Ray Emission), gostaria de referir outros trabalhos para além dos mencionados. Um desses trabalhos consistiu no estudo de um torques (NW Peninsular) da colecção do MNA (Alves, Araújo e Soares, 2002), publicado em OAP e no qual se investigam os vários componentes do artefacto e a solda utilizada para os ligar, pretendendo aferir, para além da homogeneidade na composição dos vários componentes, a possível existência de uma soldadura/restauro recente. Num trabalho posterior, os mesmos autores (Soares, Araújo, Alves, 2004) discutem e comparam as potencialidades de técnicas completamente não destrutivas (por emissão de raios-X) na análise química de artefactos em ouro pré e proto-histórico relacionando a composição dos artefactos com tipologias diversas, com a origem das matérias-primas utilizadas (ouro nativo e/ou electrum – uma liga nativa de ouro e prata). Para além destes foram realizados, mais recentemente, outros mais ambiciosos, recorrendo, por exemplo, a outras metodologias complementares de microanálise, como a microscopia eletrónica de varrimento, com microanálise por raios-X e também ao estudo de colecções mais significativas. Por exemplo, num trabalho de Figueiredo et al. (2010), foi identificado pela primeira vez no território português atual o processo de douramento por difusão a quente num artefacto (cravo decorativo) proto-histórico. Num outro trabalho sobre fragmentos de folhas de ouro muito finas dos Perdigões, recolhidas num contexto campaniforme, provou-se que teriam sido fabricadas com ouro nativo de elevada pureza, característico da metalurgia primitiva do ouro na Península Ibérica (Soares et al., 2012). Num estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja) foi identificado e estudado um cadinho associado à metalurgia do ouro, atestando, pela primeira vez, a metalurgia do ouro com vestígios de produção em povoados do Bronze Final do Sudoeste (Valério et al., 2013).

Contudo, o estudo mais relevante e que se encontra omissa no artigo é o decorrente do achado de um pequeno tesouro constituído por sete botões em ouro, atribuíveis à Idade do Ferro Antigo, durante a intervenção arqueológica de campo, no Castro dos Ratinhos, em 2006. No estudo publicado na monografia sobre este

sítio arqueológico demonstrava-se que os botões eram constituídos por ligas de ouro de composição muito similar e com teores em prata e cobre enquadráveis na metalurgia proto-histórica do Sudoeste da Península Ibérica (Valério et al., 2010). Dada a importância deste achado e a existência de outras coleções coevas de botões muito semelhantes tipologicamente (botões de Fortios e do Outeiro da Cabeça), foi posteriormente realizado um estudo integrado destes três conjuntos, tendo os resultados indicado uma clara semelhança composicional não só entre os vários componentes dos botões, mas também entre os vários conjuntos. Foi, ainda, possível fazer a identificação da técnica de soldadura utilizada – a difusão no estado sólido – além de que este estudo indicou a existência de uma única oficina responsável pela manufatura de todas estas joias (Soares et al., 2010). Penso que no caso das observações que o autor registou sobre o tesouro do Outeiro da Cabeça e os processos de manufatura utilizados poderia ser deveras interessante o cruzamento dos dados macroscópicos/tipológicos com os já publicados e que incluem resultados de análise química e também microestrutural.

Para finalizar, gostaria de referir que estou inteiramente de acordo com a opinião do autor: «A ourivesaria arcaica é um dos temas mais fascinantes da arqueologia peninsular e a sua investigação é um tema de primeira água para o exercício das nossas melhores capacidades.» O estabelecimento de um programa de investigação verdadeiramente transdisciplinar que abarque as várias vertentes de especialização de forma a «compreendermos» a nossa ourivesaria arcaica, seria um tema deveras fascinante e que, acredito, aliciaria investigadores de grande mérito e com acesso a infraestruturas altamente especializadas. Sem dúvida que um artigo como este constitui um marco importante para a criação de um programa deste tipo para o qual, muitos de nós, teríamos o maior empenho em poder contribuir.

## CONTRALUZ. DA OURIVESARIA ARCAICA, SUAS PROBLEMÁTICAS E PERSPETIVAS DE ESTUDO NA LEITURA DE VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA.

### Comentário de Raquel Vilaça\*

O estudo e compreensão do ouro arcaico constitui um dos maiores desafios que se coloca aos investigadores, seja pela exigência a nível de uma sólida e especializada base de conhecimentos, seja pelos condicionalismos inerentes às condições de resgate da esmagadora maioria das peças, quase sempre parcas de informações, mas ricas e vulneráveis a efabulações.

Por isso, o desenvolvido e competente texto que Virgílio Hipólito Correia

---

\* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e-mail: rvilaca@fl.uc.pt

escreveu e o brevíssimo comentário que lhe dedico, não sendo eu especialista sobre a matéria, só podem situar-se nos antípodas. O primeiro corresponderá, no futuro, a marco de referência para quaisquer estudos sobre o tema. O segundo deve ser encarado como mero apontamento onde poderão ser colhidos, se assim for entendido pelo autor, alguns tópicos (que não são explorados ou discutidos) para futuro projeto que possa vir a desenvolver e que o próprio título do artigo, de certa forma, não descarta. Com efeito, a trilogia subjacente ao subtítulo (estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo) indica que há caminho traçado e a seguir — metaforicamente evocado nos versos de Cesariny que o autor escolheu para o final do texto —, cujo rumo me parece, também, genericamente adequado.

A opção por uma abordagem da ourivesaria na longa diacronia, desde os seus primórdios ao período romano, i.e., III milénio a.C. ao século VI d.C., é a primeira e fundamental nota positiva que sublinho, pois as especificidades inerentes a determinadas épocas, espaços, conjuntos, ou contextos e que, por isso mesmo, não podem dispensar estudos particularizados, têm igualmente de ser vistas nesse olhar abrangente de continuidade, tão importante, aliás, no campo das técnicas, tecnologias, transformações formais, funcionalidades, etc.

Como o autor refere, e reconhece, esta perspectiva é a mesma que encontramos no oportuno livro recentemente editado pelos CTT e de que VHC também é coautor (V. H. Correia, R. Parreira e A. C. F. Silva, 2013), onde não foi possível, nem seria entendível se o tivesse sido, aprofundar as questões agora discutidas. Naturalmente que esta perspectiva beneficiou da formação de amplo espectro que o percurso profissional e científico do autor testemunha, correspondendo igualmente a um dos objetivos elencados, e concretizado, no presente estudo.

Chama-se também a atenção para a importância do desenvolvimento da investigação no âmbito dos contributos que a Química e a Física podem prestar, concretamente na ajuda a perguntas formuladas pelos arqueólogos e cujas respostas passam por essas áreas científicas. É indiscutível a imprescindibilidade desta linha de pesquisa que faz ponte com as ciências dos materiais, aliás bem vincada na última parte do trabalho como uma das pistas a desenvolver no futuro e que tão bons resultados tem prestado nas últimas décadas, embora, entre nós, sobretudo aplicada a artefactos de cobre e de ligas de cobre. Quanto aos de ouro, muito há ainda por fazer e até, talvez, a dupla condição do nosso colega, simultaneamente investigador e diretor de um museu, possa ajudar a sensibilizar, no geral, os seus pares para uma maior abertura nesse campo.

Mas a interdisciplinaridade proporcionada por esse diálogo é, porém, manifestamente insuficiente, tornando-se fundamental convocar outros olhares, outras fontes, outras metodologias, conforme tem vindo a sublinhar em múltiplos trabalhos Barbara Armbruster (por ex.: B. Armbruster, 2011), uma grande

investigadora do ouro arcaico. Não posso, assim, deixar de subscrever e de trazer a esta circunstância a sua perspetiva metodológica inovadora, onde se cruzam múltiplos focos de conhecimento pluridisciplinares e interdisciplinares, práticos, teóricos e analíticos, desde os especificamente arqueológicos aos arqueométricos (análises de composição elementar, microscópio eletrónico de varrimento, radiografias, metalografias, etc.)<sup>1</sup>, incluindo a análise da microtopografia da superfície das peças, à tecnologia, arqueologia experimental, etnoarqueologia, iconografia, analogia, bem assim como às fontes escritas e, evidentemente, convocando também modelos sociais interpretativos, nomeadamente da antropologia social, que uma outra grande investigadora destas matérias, Alicia Perea (por ex.: A. Perea, 2005), tem igualmente explorado.

A cativante e fundamental investigação da ourivesaria arcaica, quer do sujeito (peça ou conjunto de peças nas suas múltiplas dimensões), quer da sua circunstância no respetivo contexto social, quer ainda da sua própria historicidade, não pode ignorar um outro problema, particularmente sensível neste tipo de achados, e que o ponto 2 do texto em análise não deixa de refletir.

De facto, e de um certo ponto de vista, a questão da ourivesaria (formas, tecnologias, funcionalidade, usos, estilos, simbolismos e cronologias) começa a montante e vai para jusante dela mesma ou, dito por outras palavras onde posso encontrar algum sentido próximo, «o problema dos achados de ourivesaria é diretamente condicionado pelo perene valor do metal» (p. 19). Esta aparentemente simples mas lúcida constatação de VHC adverte-nos para a impossibilidade de controlo rigoroso do nosso próprio objeto de estudo, o qual, ao longo dos últimos 5000 anos, desde que o trabalho do ouro se desenvolveu no Ocidente peninsular, passou pelas mais diversas vicissitudes — de destruição, mutilação (neste caso flagrante nos braceletes de tipo Villena-Estremoz, quase todos cortados como bem notou A. Perea), transformação, transladação, descaminho, roubo, etc. — desde as mãos dos nossos antepassados às dos negociantes, alguns sem escrúpulos, hodiernos. Numa breve e não exaustiva pesquisa bibliográfica e recorrendo, inclusive, à literatura, como nos conta Aquilino Ribeiro (Aldeia) sobre o argolão aparecido em Tendais e fundido no Porto<sup>2</sup>, foi fácil elencar quase quarenta situações de peças destruídas/desaparecidas/roubadas.

Por isso, dificilmente podemos avaliar o significado da raridade/quantidade de peças, a não ser por «amostragem», como se refere. Não obstante, VHC não se demite de tecer um conjunto de interessantes considerações, desde a obten-

<sup>1</sup> Destaque-se o livro de A. Perea; O. García Vuelta; Fernández Freire (2010) - *El Proyecto AUI. Estudio arqueométrico de la producción de oro en la Península Ibérica*, Madrid: CSIC. (Bibliotheca Praehistorica Hispana; XXVII).

<sup>2</sup> Veja-se R. Vilaça (2011) - *Para além do brilho do metal (produções e contextos)*. *Contributos ao projecto AuCorre*. Comunicação apresentada nas Jornadas Conservação e técnicas de análise para o estudo e salvaguarda do património metálico, Museu Nacional de Arqueologia.

ção da matéria-prima, passando pelo que designa como «cadeia trófica do ouro», à biografia (peças ora depositadas enquanto novas, ora usadas e desgastadas) e sobrevivência dos objetos.

A par deste insolúvel problema coloca-se (e é colocado) um outro, i.e, o da análise dos contextos. É bem verdade que os achados ocasionais, onde quase sempre se inscrevem as peças de ouro, e a recorrente recusa da prestação de informações precisas, mesmo quando conhecidas, bem assim como a circunstância de também lidarmos neste campo com «deposições abertas», quer dizer temporárias e passíveis de recuperação (total ou parcial), de adição de outros itens, ou de transladação, limitam, e muito, uma rigorosa e controlada construção de conhecimento, sobretudo a nível da contextualização (entendendo-se ainda aqui a mera localização) que é «maioritariamente sempre suposta e não verificável» (p. 21).

É certo que aí «[não] reside o futuro da investigação» (p. 21-22) mas seria necessário acrescentar, em minha opinião, que também passa (ou pode passar) por aí, mesmo de forma titubeante, e nem sempre de modo «pouco frutuoso» (p. 22). Diga-se, a este propósito, da recente identificação do local de achado do tesouro conhecido como de Fortios (Portalegre)<sup>3</sup>.

E, do mesmo modo, se não recuso que «[é na morfotipologia e no estudo estilístico] que reside o futuro dos estudos da ourivesaria arcaica» (p. 22), acrescentaria que é sem dúvida um grande começo, diria até o começo, mas com um fim à vista demasiado breve e, porventura, limitado. A importância do fator tecnológico como variável imprescindível, diria geminada, na avaliação dos estudos de natureza morfoestilística é de importância maior como bem demonstram os trabalhos de A. Perea e de B. Armbruster. Por outro lado, a perspectiva holística que preconizo como mais correta para o assunto cria-me algum embaraço na determinação da «chave» que desencadeará o futuro dos estudos.

Também não sei se nesse futuro encontraremos grandes respostas (ou pistas seguras, no mínimo) para a fulcral questão dos ourives, que VHC designa como «demiurgos» do ouro. Na verdade, são muitas as questões, algumas elencadas, que perpassam pela figura e estatuto social dos artesãos do metal, suas condições de trabalho, organização das forças produtivas e das relações sociais de produção, assunto que merece igualmente mais profunda atenção (R. Vilaça, 1998).

Claro que neste aspeto é fundamental introduzir a variável tempo porque a situação no Calcolítico ou Bronze Antigo é substancialmente distinta da que encontramos nas últimas etapas da Idade do Ferro e época romana. E também a este propósito seria interessante desenvolver discussão mais consubstanciada sobre diversos conceitos nem sempre devidamente definidos e que proliferam na

---

<sup>3</sup> Em estudo pela autora.

bibliografia especializada: «centros metalúrgicos», «centros de produção», «domínio tecnológico», «ateliês», «escolas», «oficinas», «círculo oficial», etc. Até que ponto alguns poderão ser entendidos como sinónimos e que critérios devemos adotar para distinguir uns de outros?

Por outro lado, é igualmente necessário não esquecer a problemática de identidade dos artesãos do metal, nomeadamente de bronzistas e de ourives. É verdade que a pertinente argumentação que as colegas antes referidas têm desenvolvido a respeito do assunto permite-lhes defender que bronzistas e ourives seriam pessoas distintas trabalhando de forma independente e sem transferência de conhecimento técnico entre elas (por ex.: B. Armbruster e A. Perea, 2007).

Todavia, a evidência arqueológica também revela que os mesmos contextos podem oferecer, simultaneamente, vestígios do trabalho do bronze e do ouro, aproximando (ou fazendo coincidir?) os seus contextos de produção até porque quase todos os mesmos instrumentos serviam a ambos. A metalurgia do bronze e do ouro produzia-se em *habitats* onde se encontram associados diversos (ainda que em quantidade diminuta para a produção de metal conhecida) instrumentos de trabalho e meios de produção. Esta linha de pesquisa, que não é específica da ourivesaria mas que a valoriza de sobremaneira, sobretudo no que respeita o conhecimento dos seus processos produtivos, merece maior ênfase no futuro. A tónica diacrónica subjacente no contributo de VHC abre portas a este propósito. É, pois, necessário continuar a escavar, uma vez que o estudo da ourivesaria também se faz (ou pode fazer) sem objetos de ouro.

Recordemos, por exemplo, Monte Airoso (Penedono), com material semi-elaborado mas também com resultado da produção (conta de colar, inédita); Baiões, (S. Pedro do Sul), com a conhecida e inigualável produção do bronze mas onde também estão presentes elementos de controlo (pedra de toque) e de medição (ponderais); Moreirinha (Idanha-a-Nova) e Outeiro do Circo (Beja), estes dois últimos povoados com cadinhos cujas análises revelaram a fundição do ouro, tal como no caso da Quinta do Marcelo (Almada). Mas além dos contextos de produção, os circuitos de uso e de deposição, é certo, tendencialmente apartados, nem sempre se excluem, ilustrando esta situação casos que VHC elenca, como o diadema (ouro) e espada (cobre arsenical) da Quinta da Água Branca, ou a faixa áurea e as pontas tipo Palmela (cobre) de Villaverde del Río (Sevilha).

O autor desenvolve nos seus pontos 4 e 5 múltiplas e pertinentes observações sobre algumas das características dos objetos de adorno desde os seus primórdios ao «complexo padrão romano». Entre elas, poderei sublinhar apenas algumas: a perspetiva de olhar o objeto em função do uso de uma ou de mais do que uma pepita de ouro quando o peso assim o sugere; a absoluta justiça de recordar o contributo de Jacques Briard no estudo da ourivesaria e do papel das relações atlânticas (desde o Bronze Antigo/Médio), aliás já presente na sua tese de douto-

ramento (J. Briard, 1966); a questão do uso (desde quando?) do método da cera perdida (precoceamente utilizada no ouro em relação ao bronze); as produções de braceletes fusiformes em bronze (de Baiões e muitas outras mais) similares aos da tradição Sagrajas-Berzocana, o que coloca o interessantíssimo problema dos mesmos tipos fabricados em matérias-primas distintas; a incontornável questão do hibridismo na combinação de peças/fragmentos de peças e de novas técnicas em tipos tradicionais que marcou a passagem do Final do Bronze para os Inícios do Ferro; a hipótese (a propósito dos braceletes de Carambolo) de ter havido importações de objetos peninsulares para a área circum-alpina; a coincidência, a partir de inícios da Idade do Ferro, de uma mais intensa exploração do ouro (a primeira mineração digna desse nome, em palavras do autor) ao mesmo tempo que se reduz a sua quantidade no fabrico de peças com recurso ao «trio mediterrâneo» (filigrana, granulado, soldadura), conforme A. Perea e B. Armbruster o designaram; a sugestiva interpretação do autor sobre o «mostruário» de Baião onde o protagonista não é o artífice ou o cliente mas o comerciante; a perda do estatuto milenar da ourivesaria como elemento de *status* social e a sua transfiguração em arte decorativa (mas até que ponto somente decorativa?) quando se pressentem, e sentem, as movimentações militares romanas.

Mais discutível, parece-me, e ainda que reconheça razão aos motivos do autor (maior peso da peça de Portel), é a adoção da expressão «Sagrajas-Portel» em substituição da consagrada «Sagrajas-Berzocaña» registada por Almagro Gorbéa, para um dos principais âmbitos tecnológicos de finais da Idade do Bronze<sup>4</sup>. Por opção, considero pouco desejável, mesmo havendo argumentos para o fazer, alterar expressões consagradas na bibliografia arqueológica e por isso imediatamente apreendidas por qualquer um. Por exemplo, a insignificância numérica, formal e até estilística das cerâmicas de «tipo Lapa do Fumo» da estação epónima, quando comparadas com as de outras estações hoje conhecidas (por exemplo no Alentejo), não justificaria, quanto a mim, que se deixasse «cair» sob pena de proporcionar «ruído» em vez de clareza no discurso. Ainda bem que ninguém se lembrou ainda de o fazer.

A parte final do texto centra-se nas questões a desenvolver sobre a ourivesaria arcaica portuguesa isolando-a, assim, da ourivesaria do Ocidente peninsular, que tinha vindo a ser analisada por VHC. Retenho-me nas duas primeiras questões.

Não posso estar mais de acordo com VHC quando elege como primeira questão a procura do contexto num quadro de Arqueologia da paisagem, malgrado todos os condicionantes conhecidos e já mencionados. E se parece certo

---

<sup>4</sup> E ainda que a peça de Portel corresponda, muito possivelmente, a uma muito provável «clássica» deposição de âmbito Sagrajas-Berzocana com colar aparecido, ao que parece, com outras duas peças similares embora de menor dimensão (dois braceletes?) e que foram fundidas.

que algumas ocultações terão sido intencionalmente efetuadas em locais incaracterísticos (sublinharia, hoje, incaracterísticos), muitas outras, sejam amortizações «definitivas», sejam ocultações temporárias a recuperar, inscrevem-se nos preceitos da Arqueologia dos lugares naturais de que tratou Bradley ou articulam-se com os sítios habitados (múltiplos casos), linha de pesquisa de igual justeza à que preconizo para muitas das deposições de cobre e de bronze (R. Vilaça, 2006).

De igual modo, também me associo à pertinência da segunda questão elencada, que o autor designa como Arqueologia do género. Embora reconheça, o que é certo, que este domínio enferma de problemas porque se inscreve em campo de difícil comprovação, é de potencial particularmente interessante porque nos conduz aos protagonistas ainda não mencionados: os consumidores. Quem usa? Homem ou mulher? Jovem, adulto, idoso ou criança? E onde se usa?

Sem dúvida que a iconografia, desde a calcolítica à dos alvares da presença romana, concretamente estelas, estátuas-menir e escultura de grande vulto como a dos «guerreiros galaico-lusitanos» nos dá pistas interessantes a esse respeito, conforme sublinhe <sup>5</sup> e que VHC explora de forma desenvolvida no seu texto. E dá-nos também sugestivas informações quanto ao local onde se usariam determinados referentes materiais. A este propósito, não quero deixar de recordar certas peças merecedoras de maior atenção, até pelo seu significado ritual, como são os aros de tipo «nazem» que as terracotas de Ibiza (por ex.: Puig des Molins; cf. M. J. Almagro Gorbea, 1980) ainda exibem e que encontramos, por exemplo, nas necrópoles do Galeado (Vila Nova de Milfontes), de Alcácer do Sal, Alentejo, etc.

Ainda nesta linha de pesquisa está também por valorizar o significado do primeiro motivo figurativo da ourivesaria mais ocidental, precisamente a figurinha feminina do fecho do colar do Álamo (Moura), em estilo e idêntica pose aos das dançarinas das cerâmicas sardas de anterior cronologia (por ex.: de Monte d'Accoddi, Sassari) bem como das que se encontram no mundo tardio de Halls-tatt, que lhe serão posteriores.

A questão do género pode ainda passar pela análise do género dos próprios objetos, matérias-primas e seus contextos, como se verifica no interessante texto de A. Perea: em El Argar o ouro associa-se a sepulturas masculinas, tal como o Sol é identificado com o princípio masculino (e a Lua com o feminino) entre a sociedade muisca do alto planalto central da Colômbia (cf. A. Perea, 2012).

É, de facto, fascinante, mas muito exigente, o campo de estudo da ourivesaria arcaica. É longa a sua história desde as primevas e sóbrias produções laminares nascidas de uma pepita de ouro à sofisticada, mesmo barroca, nas suas múltiplas dimensões (nível tecnológico, técnicas decorativas e simbologia narrativa) da

---

<sup>5</sup> Ver nota 5.

fíbula do guerreiro de Bragança, por exemplo (cf. A. Perea, ed., 2011).

O ouro, símbolo da eternidade porque não se altera, é também o mais «fugidio» dos testemunhos arqueológicos porque, reciclável e alvo da cobiça dos homens de todos os tempos, inscreve-se em processos de perdurabilidade muitíssimo variáveis que fogem ao controlo dos arqueólogos.

O ouro, conotado com o sol porque brilha, nem sempre traz a luz que a Arqueologia como ciência persegue. Da contraluz em que nos movemos, o texto de VHC ajuda a iluminar certas faces mais sombrias e é candeia a não perder de vista.

### Resposta aos comentários à *Ourivesaria Arcaica*

Os comentários que quatro tão distintas investigadoras da temática em causa fizeram ao corpo do artigo que me coube escrever (sendo fácil imaginar permutações dos papéis entre os vários figurantes, sem diminuição do mérito global do conjunto, ou até com o seu acrescento) são de enorme relevância, entre outras razões pelo suplemento de informação e pelas perspectivas de análise que adicionam, de que o meu texto carecia e o que é justamente apontado. Estão claramente no grupo destas carências, a investigação dos conjuntos de botões que Fátima Araújo menciona, que deve fazer parte da abordagem verdadeiramente interdisciplinar que Raquel Vilaça encontra em falta, remetendo essa abordagem precisamente para os trabalhos de Barbara Armbruster, extensamente citados no comentário desta. Só posso alegar, como desculpa claudicante, que tratei o assunto desde uma perspectiva pessoal, tão informada quanto possível, mas necessariamente incapaz de tocar todos os recantos dos problemas da mesma forma (ou de «arrumar» todas as peças na seriação, como Ana Arruda observa).

Retrospectivamente, este será o grande mérito do modelo escolhido pel'*O Arqueólogo Português*, e só posso enfatizar que o «marco de referência para quaisquer estudos sobre o tema», referido por Raquel Vilaça, só pode ser entendido como sendo constituído pelo conjunto de texto e comentários, solidariamente, também nos seus acertos e desacertos, no que refletem de diversidade de abordagens possíveis e de leituras plurais de uma realidade variegada.

Estará no domínio desta pluralidade alguma incerteza quanto à designação e conceptualização daquilo que se chama, por vezes confusamente como aponta Raquel Vilaça, de centros metalúrgicos, oficinas escolas, centros ou círculos oficinais, etc., etc. Para esta questão os comentários de Raquel Vilaça e Ana Arruda aduzem importantes informações (nalguns casos inéditas) sobre achados de materiais e peças diretamente ligados à produção, que completam o quadro geral da problemática das oficinas traçada por Barbara Armbruster. É obviamente uma

das linhas com maior potencial na investigação de toda esta matéria e não se pode ter uma visão mais límpida do que a de Raquel Vilaça: o estudo da ourivesaria também se faz sem ouro – há que escavar.

Também diversa e plural daquela que eu tracei, é a «narrativa» que Barbara Armbruster constrói sobre a evolução da ourivesaria das Idades do Bronze e do Ferro; e no entanto, não me sinto capaz de fazer, nem neste nem noutro momento, um inventário pormenorizado dos pontos de divergência e polémica, pois na verdade encontro tão só diferenças de ênfase em certas peças e aspetos concretos da sua análise. Está neste caso o bracelete de Cantonha: pessoalmente continuo inconvenido pela proposta de Barbara Armbruster de que o sector central do bracelete produzido em técnica de cera perdida é um bracelete autónomo, num momento anterior utilizado enquanto tal, e que é reutilizado, soldado a dois braceletes fusiformes decorados (que teriam tido também existência autónoma prévia?); segundo esta proposta o bracelete de Cantonha seria uma obra de *bricolage*. Aceito tal proposta para o fecho do colar de Sintra, mas ainda sustento que os três elementos principais do bracelete de Cantonha foram produzidos *ad hoc*, por um mesmo artífice dominando duas técnicas distintas, para a montagem de uma peça que é – se quisermos – um pastiche, mas não produto de *bricolage*. Mas esta discordância não significa que a evolução global das técnicas e da hibridização dos objetos, que Barbara Armbruster pode traçar a partir da sua identificação da técnica de Villena-Estremoz como utilização da cera perdida combinada com a tecnologia do torno aplicada à produção das madres, seja colocada em causa; e é notório que adiro às suas propostas.

São também diferenças de ênfase aquelas que se podem encontrar entre algumas das minhas propostas e as de Ana Arruda, como a propósito da presença fenícia no Ocidente. Ana Arruda assinala muito justamente que a compreensão global das motivações dessa expansão têm vindo a diminuir o papel da pressão assíria e da exigência dos tributos, valorizando a iniciativa mercantil, o que não contesto. Mas parece-me importante matizar, e creio que Ana Arruda concordará comigo, em que sendo múltiplas as regiões de origem dos mercadores (e não estritamente da costa fenícia) e alargado no tempo o espetro em que os mecanismos de contacto, intercâmbio e colonização têm lugar, não se pode descartar completamente a pressão do tributo como motivadora da viagem nalgumas situações.

Parece-me restar apenas um aspeto salientado por dois dos comentários (Ana Arruda e Raquel Vilaça) que merece ainda um pouco mais de reflexão: é o meu texto um ponto de partida para um projeto de investigação?

Não foi pensado enquanto tal, entre outras razões porque tal hipótese não foi levantada com a instituição que é a primordial detentora do acervo respetivo, o Museu Nacional de Arqueologia; porque pessoalmente não posso, com ligeireza, emprender o desenvolvimento de um projeto de investigação complexo e

de grande investimento, dadas as minhas responsabilidades profissionais; e, por último, porque nos dias que correm o financiamento público à investigação científica está reduzido à miserável situação que todos conhecemos.

O inventário das questões que tracei foi pensado no mero domínio da curiosidade intelectual, sem dar lugar a reflexões pragmáticas quanto ao modo concreto de criar as condições para lhes vir a dar resposta. E não sei se esse modo em concreto se pode materializar num projeto de investigação «com tabuleta e porta para a rua», para usar a expressão de Eça, ou se essas questões ficarão a flutuar no limbo da bibliografia, aqui ou ali encontrando ecos de respostas possíveis, obtidas ao acaso dos achados.

Mas a leitura que estas arqueólogas fizeram surpreendeu-me e impressionou-me favoravelmente, talvez precisamente por estar distraído dela (o que militará a favor de não ser eu a pessoa indicada a liderar tal projeto). Faço um voto: se não eu (e talvez não eu) que alguém tenha a capacidade de o fazer, usando do contributo que aqui fica plasmado mas usando sobretudo dessa curiosidade intelectual que está no centro de tudo o que fazemos e que não deixará de trazer sempre mais e melhores contributos ao conhecimento das sociedades passadas.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. (1994) – *Coleções do Museu Monográfico de Conímbriga*. 2.ª edição. Lisboa: IPM.
- ALARCÃO, A. (1997) – Aspectos da mineração romana no território português. In ALARCÃO, A., coord. – *Portugal romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: MNA. p. 95-105.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1979) – *Fouilles de Conimbriga, vol. VII, Trouvailles diverses. Conclusions générales*. Paris: De Boccard.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1974) – Los tesoros de Sagrajas y Berzocana y los torques macizos del occidente peninsular. In *III Congreso Nacional de Arqueología*. Porto: Junta Nacional de Educação. p. 259-282.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el período orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC. (*Bibliotheca Praehistorica Hispana*; 14).
- ALMAGRO GORBEA, M. J. (1980) – *Corpus de las terracotas de Ibiza*. Madrid: CSIC. (*Bibliotheca Praehistorica Hispana*; XVI).
- ALMAGRO GORBEA, M. (1989) – Arqueología e Historia: El proceso proto-orientalizante y el inicio de los contactos de Tartessos con el Levante Mediterráneo. In *Homenaje al Prof. Santiago Montero Díaz*. Madrid: Universidad Complutense, p. 277-288. (*Anejos de Gêrion*; II).
- ALMAGRO-GORBEA, M.; ALVAREZ MARTÍNEZ, J. M.; BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; ROVIRA, S., eds. (2000) – *El disco de Teodosio*. Madrid: Real Academia de la Historia. (*Publicaciones del Gabinete de Antigüedades – Estudios*; 5).
- ALMEIDA, C. A. B.; RE CAREY, M. A. (1988) – Uma conta em ouro, do forte de Lobelhe, V. N. de Cerveira. In *Actas do Colóquio Manuel de Boa-ventura*. Esposende: Casa da Cultura; Biblioteca Municipal. p. 199-205.
- ALVES, L. C.; ARAÚJO, M. F.; SOARES, A. M. M. (2002) – Estudo de um torques proveniente do noroeste peninsular – aplicação de métodos instrumentais de análise química não destrutivos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 20, p. 115-134.

- AREZES, A. C. M. (2011) – *Elementos de adorno altimedievicos em Portugal*. Corunha: Ed. Toxosoutos. (Série Trivium; 41).
- ARIAS VILAS, F.; BASTOS BERNÁRDEZ, D.; DURÁN FUENTES, M. C.; VARELA ARIAS, E. (2013) – *Museo do Castro de Viladonga*. Lugo: Xunta de Galicia.
- ARMBRUSTER, B. (1993a) – Etnoarqueologia aplicada a la metalurgia del oro: el caso de Europa Atlántica y Africa Occidental. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 50, p. 113-126.
- ARMBRUSTER, B. (1993b) – Instruments rotatifs dans l'orfèverie de l'Age du Bronze de la Péninsule Ibérique. Nouvelles connaissances sur la technique des bracelets du type Villena/Estremoz. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 33: 1-2, p. 265-283. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto 12 – 18.10.1993.
- ARMBRUSTER, B. (1995) – Sur la technologie et typologie du collier de Sintra (Lisbonne) – une œuvre d'orfèverie du Bronze Final Atlantique composée des types Sagrajas-Berzocana et Villena-Estremoz. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 52: 1, p. 157-162.
- ARMBRUSTER, B. M. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik*. Studien zum Metalhandwerk der Atlantischen Bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel. Montagnac: Ed. Monique Mergoïl. (Monographies Instrumentum; 15).
- ARMBRUSTER, B. (2004) – Le tournage dans l'orfèverie de l'âge du Bronze et du premier Age du Fer en Europe Atlantique. In FEUGÈRE, M.; GÉROLD, J.-C., ed. – *Le tournage des origines à l'an mil*. Actes du colloque de Niederbronn, Octobre 2003. Montagnac: mergoïl. p. 53-70.
- ARMBRUSTER, B. (2005) – Funktionale Analogien als Quellen für die Experimentelle Archäologie – Metalltechniken und Werkstätten aus Westafrika. In FANSA, M., ed. – *Von der Altsteinzeit über «Ötzi» bis zum Mittelalter*. Ausgewählte Beiträge zur Experimentellen Archäologie in Europa von 1990-2003. Experimentelle Archäologie in Europa. Sonderband 1. Oldenburg: [s.n.]. p.197-212.
- ARMBRUSTER, B. (2008) – *L'orfèverie dans le monde atlantique des origines à l'âge du Fer. Une approche technologique*. Dijon: Université de Bourgogne. Habilitation à Diriger des Recherches.
- ARMBRUSTER, B. (2010a) – Der Schatzfund von Arnozela, Distr. Braga, Portugal, und die zylindrischen Goldarmringe der Bronzezeit. In ARMBRUSTER, T.; HEGEWISCH, M., ed. – *Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte der Iberischen Halbinsel und Mitteleuropas*. On Pre and Earlier History of Iberia and Central Europe. Studien in honorem Philine Kalb. p. 131-150 (Studien zur Archäologie Europas; 11).
- ARMBRUSTER, B. (2010b) – Lithic technology for Bronze Age metal working. In ERIKSEN, B., ed. – *Lithic technology in metal using societies*. Proceedings of a UISPP Workshop, Lisbon, September 2006. Aarhus: [s.n.]. p. 9-22.
- ARMBRUSTER, B. (2011) – Approaches to metal work – The role of technology in tradition, innovation and cultural change. In MOORE, T.; ARMADA PITA, X.-L.; ed. – *Atlantic Europe in the First Millennium BC: Crossing the divide*. Oxford: Oxford University Press. p. 417-438.
- ARMBRUSTER, B. (2012) – Arqueometalurgia na Europa Atlântica. O ouro antes do ferro. In MARTINS, C. M. B.; BETTENCOURT, A. J.; MARTINS, I.; CARVALHO, J., ed. – *Povoamento e exploração de recursos mineiros na Europa atlântica ocidental*. Braga: CICEM; APEQ. p. 313-335.
- ARMBRUSTER, B. (2013a) – Gold and gold working. In HARDING, A.; FOKKENS, H., ed. – *Handbook of the European Bronze Age*. Oxford: [s.n.]. p. 450-464.
- ARMBRUSTER, B. (2013b) – Les techniques de l'orfèverie orientalisante – Un cas de transfert technologique au début de l'âge du Fer. In CALLEGARIN, L.; GORGUES, A., ed. – *Les transferts de technologie au premier millénaire av. J.-C. dans le sud-ouest de l'Europe*. Madrid: Mélanges de la Casa de Velázquez. p. 65-83 (Dossier des Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série; 43:1).
- ARMBRUSTER, B.; COMENDADOR REY, B.; PEREA, A.; PERNOT, M. (2003) – Tools and tool marks. Gold and bronze metallurgy in Western Europe during the Bronze and Early Iron Ages. In *Proceedings of the International Conference «Archaeometallurgy in Europe», Milano 24-26 September 2003*. Milano: AIM. Vol. 1, p. 255-265.
- ARMBRUSTER, B.; GUERRA, M. F. (2003) – L'or archéologique, une approche interdisciplinaire. *Techné*. 18, p.57-62.
- ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R., coord. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria. 1.º volume Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: IMC.

- ARMBRUSTER, B.; PEREA, A. (1994) – Tecnología de herramientas rotativas durante el Bronce Final Atlántico. El depósito de Villena. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 51:2, p. 69-87.
- ARMBRUSTER, B.; PEREA, A. (2007) – Change and persistence. The Mediterranean contribution to Atlantic metalwork in Late Bronze Age Iberia. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books, p. 97-106.
- ARNOLD, B. (1995) – «Honorary males» or women of substance: Gender, status and power in Iron Age Europe. *Journal of European Archaeology*. Londres. 3:2, p. 153-168.
- ARTEAGA, O. (2001) – La emergencia de la polis en el mundo púnico occidental. In ALMAGRO-GORBEA, M.; ARTEAGA, O.; BLECH, M.; RUIZ MATA, D.; SCHUBART, H. – *Protohistoria de la Península Ibérica*. Barcelona: Ed. Ariel, p. 217-282.
- ARRUDA, A. M. (2000) – *Los fenicios en Portugal*. Barcelona: Carrera Edició. (*Cuadernos de Arqueología Mediterránea*; 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo milénio. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4, 23, p. 9-112.
- ARRUDA, A. M. (2014) – A Oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In *Fenícios e Púnicos por terra e mar*. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Vol. 2, p. 513-535. Actas do 6.º Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos.
- ARRUDA, A. M.; FERREIRA, M.; SOUSA, E.; LOURENÇO, P.; LIMA, J.; CARVALHO, A. (no prelo) – Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Rua do Rato.
- ARRUDA, A. M.; BARBOSA, R.; GOMES, F.; SOUSA, E. (no prelo) – A necrópole da Vinha das Calças (Beringel, Beja, Portugal).
- AUBET, M. E. (1987) – *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- AUBET, M. E. (2008) – «Political and economic implications of the new Phoenician chronologies». In SAGONA, C., ed. – *Beyond the homeland. Markers in Phoenician chronology*. Lovaina: Peters. p. 179-191. (*Ancient Near Eastern Studies*; 28).
- BAILEY, D. W. (1994) – The representation of gender: homology or propaganda. *Journal of European Archaeology*. Londres. 2:2, p. 215-228.
- BANDERA ROMERO, M. L. (1989) – *La joyería prerromana en la provincia de Sevilla*. Sevilla: Arte hispalense.
- BARTELHEIM, M. (2007) – *Die Rolle der Metallurgie in vorgeschichtlichen Gesellschaften*. Rahden, Westf.: Marie Leidorf. (*Forschungen zur Archäometrie und Altertumswissenschaft*; 2).
- BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1988) – Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal. In HOZ, J., ed. – *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas*. Salamanca: Ediciones Universidad. p. 465-499.
- BEIRÃO, C. M.; SILVA, C. T.; SOARES, J.; GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1985) – Depósito votivo da Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 3, p. 45-135.
- BENDALA, M. (2000) – *Tartessos, iberos y celtas*. Madrid: Temas de hoy.
- BERROCAL RANGEL, L.; SILVA, A. C. (2009) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem de Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 5).
- BETTENCOURT, A. M. S. (2010) – La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 67:1, p. 139-173.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2011) – Estruturas e práticas funerárias do Bronze Inicial e Médio do Noroeste Peninsular. In BUENO, P.; GILMAN, A.; MARTÍN MORALES, C.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J., eds. – *Arqueología, Sociedad, Territorio y Paisaje. Volumen de homenaje a María Dolores Fernández Posse*. Madrid: CSIC. p. 115-138. (*Bibliotheca Praehistorica Hispana*; XXVIII).
- BLANCO FREIJEIRO, A.; ROTHENBERG, B. (1981) – *Exploracion Arqueometalurgica de Huelva*. Barcelona: Rio Tinto Minera; Labor.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1957) – Origen y relaciones de la orfebrería castreña. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela. 12:36, p. 5-28; 12:37, p. 137-157; 12:38, p. 267-301.

- BLANCO, A.; LUZON, J. M.; RUIZ, D. (1970) – *Excavaciones arqueológicas en el Cerro Salomon*. Sevilha: Publicaciones de la Universidad. (*Anales de la Universidad Hispalense*, s. *Filosofia y Letras*; n.º 4).
- BOARDMANN, J. (1980) – *The greeks overseas*. 2.ª ed. Londres: Thames & Hudson.
- BOTELHO, H. (1910) – Archeologia de Trás-os-Montes. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, 15, p. 83-86.
- BRANDHERM, D. (2000) – Yunques, martillos y lo demás – herramientas líticas en la producción metalúrgica de las edades del cobre y del bronce. In JORGE, V. O. – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. UTAD, Vila Real, Portugal, Setembro de 1999. Pré-História recente da Península Ibérica*. Porto: ADECAP. Vol. 4, p. 243-249.
- BRANDHERM, D. (2002) – Zur kultur der älteren Bronzezeit im Nordwesten der Iberischen Halbinsel und ihren atlantischen Beziehungen. *Madrider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 43, p. 22-60.
- BRIARD, J. (1966) – *Les Dépôts bretons et l'Âge du Bronze Atlantique*. Rennes: Université de Rennes.
- BRIARD, J. (1998) – Flux et reflux du Bronze Atlantique vus d'Armorique. Le Bronze Ancien. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. p. 114-123 (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).
- BURGESS, Ch. G. (2007) – Introduction. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. xvi.
- CAHILL, M. (2002) – Before the celts. Treasures in gold and bronze. In WALLACE, P. E.; O'FLOINN R., ed. – *Treasures of the National Museum of Ireland*. Dublin: Irish Antiquities. p. 86-124.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional*. Lisboa: IPA. (*Trabalhos de Arqueologia*; 19).
- CARDOSO, J. L. (2001) – A ocupação dos territórios e a exploração dos recursos na península de Setúbal, do Paleolítico ao Bronze Final. In *Arqueologia e história regional da península de Setúbal*. Lisboa: Universidade Aberta. (*Discursos*; n.º especial).
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV Milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal. (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 12).
- CARDOSO, J. L. (2011) – «A estela antropomórfica de Monte dos Zebros (Idanha-a-Nova): seu enquadramento nas estelas peninsulares com diademas e 'colares'». In VILAÇA, R., coord. – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal: Câmara Municipal. p. 89-116. Atas das IV Jornadas Raianas.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., eds. – *Transformação e mudança do Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e*. Cascais: Câmara Municipal; UNIARQ. p. 65-96 (*Colecção Cascais Tempos Antigos*; 2).
- CARDOZO, M. (1942) – Una pieza notable de la orfebrería primitiva. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 15:47, p. 89-100.
- CARRILHO, F. (2008) – *A lei das XII tábuas*. Coimbra: Almedina.
- CARVALHO, P. C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão: Câmara Municipal; Coimbra: Instituto de Arqueologia. (*Anexos de Conímbriga*; 4).
- CASAL GARCÍA, R. (1999) – La joyería. In *Hispania. El legado de Roma*. Mérida: MNAR. p. 377-384.
- CELESTINO PÉREZ, S., ed. (1999) – *El yacimiento proto-histórico de Pajares. Villanueva de la Vera. Cáceres. 1 Las necrópolis y el tesoro áureo*. Mérida: Junta de Extremadura. (*Memorias de Arqueologia Extremeña*; 3).
- CELESTINO PÉREZ, S.; BLANCO FERNÁNDEZ, J. L. (2006) – *La joyería en los orígenes de Extremadura: el espejo de los dioses*. Mérida: Instituto de Arqueologia. (*Ataecina*; 1).
- CENTENO, R. M. S. (1987) – *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática.
- CHAPMAN, R. [et al.] (2006) – Microchemical characterisation of natural gold and artefact gold as a tool for provenancing prehistoric gold arte-

- facts: a case study in Ireland. *Applied Geochemistry*. 21:6, p. 904-918.
- COLES, J. M. (1973) – *Experimental Archaeology*. London; New York: [s. n.].
- COOMBS, D. (1998) – «Hello sailor.» Some reflections on the Atlantic Bronze Age. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. p. 150-156 (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).
- CORREIA, V. H. (1990) – A expansão orientalizante na fachada atlântica da Península. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia*. Porto. 30, p. 177-185.
- CORREIA, V. H. (1993) – A ocultação de joias na proto-história alentejana. *Lucerna*. Porto. 2.<sup>a</sup> s., 3, p. 105-122. *Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia*.
- CORREIA, V. H. (1995) – A transição entre o período orientalizante e a Idade do Ferro na Betúria Occidental (Portugal). In VELAZQUEZ, A.; ENRIQUEZ, J. J., eds. – *Celtas y turdulos: la Betúria*. Merida: MNAR. p. 127-150 (*Cuadernos Emeritenses*; 9).
- CORREIA, V. H. (2000) – Modelos de interpretação e arqueologia proto-histórica. In JORGE, V. O., coord. – *Proto-História da Península Ibérica*. Porto: ADECAP. p. 413-428 (*Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*; V).
- CORREIA, V. H. (2005) – A presença orientalizante a norte do Tejo e a ourivesaria arcaica do território português. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J., eds. – *El período orientalizante*. Mérida: IAM. Vol. II, p. 1215-1224. (*Anejos de AEspA*; 35).
- CORREIA, V. H. (2006) – Peitoral de ouro proveniente de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 321-337.
- CORREIA, V. H. (2007) – The Iron Age transition in the goldwork of Western Iberia. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. 90-96.
- CORREIA, V. H. (2009) – Ein goldenes pektoral aus Castro Marim. *Madrider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 50, p. 72-79.
- CORREIA, V. H.; ALVES, L.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2007) – Um par de brincos romanos: estudo estilístico e aplicação de métodos de análise química não invasiva. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 25, p. 217-228.
- CORREIA, V. H.; PARREIRA, R. (2002) – *Cola. Circuito arqueológico*. Lisboa: IPPAR. (Roteiros da Arqueologia Portuguesa; 8).
- CORREIA, V. H.; PARREIRA, R.; SILVA, A. C. F. (2013) – *Ourivesaria Arcaica em Portugal. O brilho do poder*. Lisboa: CTT.
- COSTA, J. M. (1966) – O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 529-538.
- COSTA, J. M. (1973) – O tesouro púnico-tartéssico do Gaio (Sines). Novos achados. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 2, p. 97-120.
- CULLICAN, W. (1966) – *The first merchant venturers. The ancient Levant in history and commerce*. Londres: Thames & Hudson.
- CUNLIFFE, B. (1997) – *The ancient Celts*. Oxford: University Press.
- DAVISON, J. M. (1968) – *Attic geometric workshops*. 2.<sup>a</sup> ed. Roma: L'Erma de Bretschneider.
- DEPPERT-LIPPIITZ, B. (1985) – Römischer Goldschmuck. Stand der Forschung. In *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin: W. de Gruyter Verlag. II, 12.3, p. 117-126.
- DOBAT, A. S. (2013) – Between rescue and research: an evaluation after 30 years of liberal metal detecting in archaeological research and heritage practice in Denmark. *European Journal of Archaeology*. Londres. 16:4, p. 704-725.
- DOMERGUE, C. (1987) – *Catalogue des mines et des fonderies de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Bocard.
- DOMERGUE, C.; ANDRADE, R. F. (1971) – Sondage 1967 et 1969 à Aljustrel (Portugal). *Conimbriga*. Coimbra. 10, p. 99-116.
- DOMERGUE, C.; HERAIL, G. (1978) – *Mines d'or romaines d'Espagne. Le district de La Valduerna (León). Étude géomorphologique et archéologique*. Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse. (*Le Mirail*; Série B, t. IV).

- ELUIÈRE, C. (1982) – Les ors préhistoriques. In *L'Age du Bronze en France*. Paris: S.P.F. Vol. 2.
- ELUIÈRE, C. (1987) – *L'Or des celtes*. Paris: [s. n.].
- ELUIÈRE, C. (1988) – Ofévrerie des Celtes anciens et orfèvreries méditerranéennes. In *Les princes celtes et la Méditerranée*. Paris: La Documentation Française. p. 199-219 (*Rencontres de l'École du Louvre*).
- ENRÍQUEZ, J. J.; RODRÍGUEZ, A. (1985) – *Las piezas de oro de Segura de León y su entorno arqueológico*. [S.I.]: Editora Regional de Extremadura.
- EOGAN, G. (1994) – *The accomplished art. Gold and gold-working in Britain and Ireland during the Bronze Age (c. 2300-650 BC)*. Oxford: University Press. (Oxford Monograph; 42).
- FABIÃO, C. (2004) – O tesouro de prata de Monsanto da Beira, Idanha-a-Nova. In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior. p. 62-72.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1983) – Un lote de puntas Palmela en el Museo Arqueológico de Sevilla. *Museos*. Madrid. 2, p. 73-77.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1996) – Joyas de oro en castros de la Meseta: Ulaca y el Raso de Candeleda (Ávila). *Numantia*. Valladolid. 6, p. 9-30.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; ARAÚJO, M. F.; SENNA-MARTINEZ, J. C. (2010) – Identification of ancient gilding technology and Late Bronze Age metallurgy by EDXRF, Micro-EDXRF, SEM-EDS and metallographic techniques. *Microchimica Acta*. 168:3-4, p. 283-291.
- FITZPATICK, A. (2009) – In his hands and in his head: The Amesbury Archer as a metalworker. In CLARK, P., ed. – *Bronze Age Connections: Cultural contact in prehistoric Europe*. Oxford: [s.n.]. p. 176-188.
- FORTES, J. (1908) – Ouros protohistóricos da Estella. *Portugalia*. Porto. 2, p. 604-618.
- FOX, R. L. (2008) – *Travelling Heroes. Greeks and their myths in the epic age of Homer*. Londres: Penguin Books.
- GALAN, E. (2011) – Nuevos hallazgos sobre viejas ideas. Una reflexión sobre las representaciones «atípicas» en las estelas del Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica. In VILAÇA, R., coord. – *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história*. Sabugal: Câmara Municipal. p. 271-292. *Actas das IV Jornadas Raianas*.
- GALATIY, M. L.; PARKINSON, W. A., eds. (2007) – *Rethinking Mycenaean Palaces*. 2nd. ed. Los Angeles: Un. California (*Cotsen Institute of Archaeology Monograph*; 60).
- GALE, N. (2001) – Archaeology, science-based archaeology and the Mediterranean Bronze Age metals trade: a contribution to the debate. *European Journal of Archaeology*. Londres. 4:1, p. 113-130.
- GAMITO, T. (1988) – *Social complexity in Southwest Iberia (8th to 3rd cents. b.C.) – Aspects of evolution and interaction*. Oxford: British Archaeological Reports. (*International Series*; 439).
- GARCÍA VUELTA, Ó. (2007) – *Orfebrería castreña*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.
- GEHRIG, U.; NIEMEYER, H. G., eds. (1990) – *Die Phönizier im zeitalter Homers*. Mainz: Vg Ph. V. Zabern.
- GIBSON, C. (2007) – Timing death and deposition: burials, hoards and Bronze Age chronology in Western Iberia. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. 107-116.
- GOMES, M. V.; BEIRÃO, C. M. (1988) – O tesouro da coleção Barros e Sá de Monsanto da Beira (Castelo Branco). *Veleia*. Vitoria. 5, p. 125-138.
- GONÇALVES, V. S., ed. (2005) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal.
- GONZÁLEZ, P., ed. (2000) – Espacios de género en Arqueología. Teruel, Seminario de Arqueología y Etnología Turolense. *Arqueología Espacial*. Teruel. 22.
- GORGUES, A.; BRYSSBAERT, A.; ARMBRUSTER, B. (2013) – Nobility versus artisans? The multiple identities of elites and «commoners» viewed through the lens of materials and technologies during the European Bronze and the Iron Ages. *The European Archaeologist*. Praga. 40, p. 77-80.
- GOSDEN, C., ed. (2001) – *Archaeology and Aesthetics*. Londres: Routledge (*World Archaeology*; 33:2).

- GOSDEN, C.; MARSHALL, Y. (1999) – The cultural biography of objects. In MARSHALL, Y.; GOSDEN, C., eds. – *The cultural biography of objects*. Londres: Routledge. p. 169-178 (*World Archaeology*; 31:2).
- GUERRA, M. F.; CALLIGARO, T. (2004) – Gold traces to trace the gold. *Journal of Archaeological Science*. 31, p. 1199-1208.
- GUERRA, M. F.; REHREN, T. (2009) – Authentication and analysis of goldwork. *Archeosciences. Revue d'archéométrie*. 33.
- GUERRA, M. F.; TISSOT, I. (2013) – *A ourivesaria pré-histórica do Ocidente peninsular atlântico. Compreender para preservar*. Lisboa: FCT; Paris: CNRS.
- HACKENS, T.; WINKES, R., eds. (1983) – *Gold Jewelry. Craft, style and meaning from Mycenae to Constantinopolis*. Lovaina: ISAHA. (*Aurifex*; 5).
- HALSTEAD, P. (2007) – Toward a model of Mycenaean palatial mobilization. In GALATIY, M. L.; PARKINSON, W. A., eds. – *Rethinking Mycenaean Palaces*. 2nd ed. Los Angeles: Un. California. p.66-73 (*Cotsen Institute of Archaeology Monograph*; 60).
- HARDING, A. (2013) – World systems, cores and peripheries in Prehistoric Europe. *European Journal of Archaeology*. Londres. 16:3, p. 378-400.
- HARILEY, L. P. (1953) – *The go-between*. Londres: Hamish Hamilton.
- HARTMANN, A. (1982) – *Prähistorische Goldfunde aus Europa II*. Berlin: Gebr. Mann Verlag. (*Studien zu den Anfängen der Metallurgie*; 5).
- HAßMANN, H. [et al.] (2013) – Der bronzezeitliche Goldhort von Gessel, Stadt Syke, Ldkr. Diepholz. Beschreibung der einzelnen Goldobjekte, Beobachtungen zur Herstellungsweise und erste archäologische Einordnung. *Nachrichten aus Niedersachsens Urgeschichte*. 81, p. 145-185.
- HEALY, J. F. (1978) – *Mining and metallurgy in the Greek and Roman world*. Londres: Thames & Hudson.
- HERNANDO, A. (2000) – Hombres del tiempo y mujeres del espacio: Individualidad, poder e identidades de género. In GONZÁLEZ, P., ed. – *Espacios de género en Arqueología*. Teruel: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense. p. 23-44 (*Arqueología Espacial*; 22).
- HIGGINS, R. A. (1961) – *Greek and Roman jewelry*. Londres: Methuen & C.º
- JACOBSTHAL, P. (1969) – *Early Celtic art*. 2nd ed. Oxford: Clarendon Press.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. (2006) – *El conjunto orientalizante de Talavera la Vieja (Cáceres)*. Cáceres: Museo; IAM. (Memorias; 5).
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) – *La torèutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia. (*Biblioteca Archaeologica Hispana*; 16).
- JONES, A. (2001) – Drawn from memory: the archaeology of aesthetics and the aesthetics of archaeology in Early Bronze Age Britain and the present. In GOSDEN, C., ed. – *Archaeology and Aesthetics*. Londres: Routledge. p. 334-356 (*World Archaeology*; 33:2).
- JORGE, S. O. (1988) – Diversidade regional na Idade do Bronze da Península Ibérica. Visibilidade e opacidade do «registro arqueológico». In JORGE, V. O.; JORGE, S. O. – *Arqueologia. Percursos e interrogações*. Porto: ADECAP. p. 151-172.
- JORGE, S. O., ed. (1998) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).
- JORGE, S. O. (1999) – *Domesticar a terra*. Lisboa: Gradiva.
- JORGE, V. O. (1998) – Ideias prévias a uma pré-história do género. In JORGE, V. O.; Jorge, S. O. – *Arqueologia. Percursos e interrogações*. Porto: ADECAP. p. 31-50.
- KALB, P. (1977) – Uma data C-14 para o Bronze Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. III, 7-9, p. 141-144.
- KALB, P. (1992) – As corcas de ouro do Castro Senhora da Guia, Baiões (concelho de São Pedro do Sul, Portugal). *O Arqueólogo Português*. S. 4, 8-10, p. 259-276.
- KNAPP, A. B. (2000) – Archaeology, science-based archaeology and the Mediterranean Bronze Age metals trade. *European Journal of Archaeology*. Londres. 3:1, p. 31-56.
- KRISTIANSEN, K. (1998) – Sociedade: hierarquização e conflito. Debate. In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. p. 246-250. (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).

- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1951) – *Las joyas castreñas*. Madrid: CSIC.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1957) – De metalurgia tartéssica: el Bronce Carriazo. *Zephyrus*. Salamanca. 8, p. 157-168.
- MALUQUER DE MOTES, J.; PICAZO, M.; DEL RINCÓN, M. A. (1973) – *La Necrópolis Ibérica de La Bobadilla, Jaén*. Barcelona: Dep. Prehistoria y Arqueología. (Programa de Investigaciones Proto-históricas; 1).
- MARSHALL, F. H. (1962) – *Catalogue of the Jewellery, Greek, Etruscan and Roman in the Departments of Antiquities, British Museum*. 2nd ed. Londres: Trustees of the British Museum.
- MARTIN DE LA CRUZ, J. C. (1988) – Mykenische keramik aus bronzzeitlichen siedlungsschichten von Montoro am Guadalquivir. *Madrider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 29, p. 77-92.
- MARTINS, C. M. B. (2008) – *As influências Mediterrânicas na ourivesaria proto-histórica de Portugal*. Barcelona: EDAR.
- MASVIDAL, C.; PICAZO, M.; CURIA, E. (2000) – Desigualdad política y prácticas de creación y mantenimiento de la vida en la Iberia septentrional. In GONZÁLEZ, P., ed. – *Espacios de género en Arqueología*. Teruel: Seminario de Arqueología y Etnología Turolense. p. 107-122 (*Arqueología Espacial*; 22).
- MATA CARRIAZO, J. (1970) – *El Tesoro y las primeras excavaciones en El Carambolo*. Madrid: MEN. (*Excavaciones Arqueológicas en España*; 68).
- MORENO ARRATTO, F. J. (1999) – Conflictos y perspectivas en el período precolonial tartésico. *Gerión*. Madrid. 17, p. 149-177.
- MORRIS, I. (1994) – Archeologies of Greece. In Morris, I., ed. – *Classical Greece. Ancient histories and modern archeologies*. Cambridge: Un. Press. p. 8-47 (*New Directions in Archaeology*).
- NEEDHAM, S. (2000) – The gold and copper metalwork. In HUGHES, G., ed. – *The Lockington gold hoard. An early Bronze Age barrow cemetery at Lockington, Leicestershire*. Oxford: Oxbow books. p. 23-47.
- NEEDHAM, S. (2007) – Bronze makes a Bronze Age? Considering the systemics of Bronze Age metal use and the implications of selective deposition. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. 278-287.
- NICOLINI, G. (1990) – *Techniques des ors antiques. La bijouterie ibérique du VII au IV Siècle*. Paris: Picard.
- O'BRIEN, W. (2007) – Miners and farmers: local settlement contexts for Bronze Age mining. In BURGESS, Ch.; TOPPING, P.; LYNCH, F., eds. – *Beyond Stonehenge. Papers offered to Colin Burgess*. Oxford: Oxbow books. p. 21-30.
- OGDEN, J. (1982) – *Jewellery of the Ancient World*. London: Trefoil Books.
- OLIVEIRA, C. (2012) – O Bronze Final no Castelo de Castro Marim. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *Siderum Ana II*. Mérida: CSIC. p. 345-362. (*Anejos de AEspa*; 62).
- OLIVEIRA, C. (2013) – O final da Idade do Bronze no Algarve: balanço e resultados da investigação arqueológica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 339-354.
- ORMEROD, H. A. (1997) – *Piracy in the ancient world*. 2nd ed. Baltimore: Johns Hopkins Un. Press.
- EL ORO en la España Prerromana Oro: Orfebrería antigua en Hispania (1989). Madrid: Zugarto Ediciones. (*Monografía de Revista de Arqueología*).
- PAÇO, A. (1965) – Jóias pré-históricas da região de Évora. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. 6, p. 159-186.
- PARREIRA, R.; PINTO, C. V. (1980) – *Tesouros da arqueologia portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa: IPPC.
- PELLICER CATALÁN, M. (1995) – Balance de 25 años de investigación sobre Tartessos (1968-1993). In *Tartessos 25 años después. 1968-1993. Jerez de la Frontera. Actas del Congreso Conmemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento, p. 41-71. (*Biblioteca de Urbanismo y Cultura*; 14).
- PEREA, A. (1990) – Estudio microscopio y microanalítico de las soldaduras y otros procesos técnicos en la orfebrería prehistórica del Sur de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 47, p. 103-160.
- PEREA, A. (1991) – *Orfebrería prerromana: Arqueología del Oro*. Madrid: Caja de Madrid e Comu-

- nidad de Madrid; Consejería de Cultura. Exposición Casa del Monte. Catálogo.
- PEREA, A. (2005a) – Mecanismos identitarios y de construcción de poder en la transición bronce-hierro. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62:2, p. 91-103.
- PEREA, A. (2005b) – Relaciones tecnológicas y de poder en la producción y consumo de oro durante la transición bronce final-hierro en la fachada atlántica peninsular. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ AVILA, J. ed. – *El periodo orientalizante. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: CSIC. p. 1077-1088. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 35).
- PEREA, A. (2006) – Estudio del proceso técnico de fabricación y significado de la orfebrería de Talavera la Vieja. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed. – *El conjunto orientalizante de Talavera la Vieja (Cáceres)*. Cáceres: Museu. p. 63-88 (*Memorias*; 5).
- PEREA, A., ed. (2011) – *La fíbula de Braganza*. Madrid: [s.n.].
- PEREA, A. (2012) – El género de los objetos. Variaciones sobre orfebrería argárica. In PRADOS TORREIRA, L., ed. – *La Arqueología funeraria desde una perspectiva de género*. Madrid: UA ediciones. p. 79-97.
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B. (1998) – Cambio tecnológico y contacto entre Atlántico y Mediterráneo: el depósito de «El Carambolo», Sevilla. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 55:1, p. 121-138.
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B. (2008) – L'archéologie de l'or en Europe. *Perspectives*. 1, p. 29-48.
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B. (2011) – Tomb 100 at Cabezo Lucero: new light on goldworking in the fourth-century BC Iberia. *Antiquity*. Cambridge. 85, p. 158-171.
- PEREA, A.; ARMBRUSTER, B.; DEMORTIER, G.; MONTERO, I. (2003) – Tecnología atlántica para dioses mediterráneos. Los «candelabros» de oro tipo Lebrija. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid 60:1, p. 99-114.
- PEREA, A.; GARCÍA VUELTA, Ó.; FERNÁNDEZ FREIRE, C. (2010) – *El proyecto Au: estudio arqueométrico de la producción de oro en la Península Ibérica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. (Bibliotheca Prehistorica Hispana; XXVII).
- PEREA, A.; MONTERO, I.; GARCÍA VUELTA, Ó., ed. (2004) – Tecnología del oro antiguo: Europa y América. In *Ancient gold technology: America and Europe*. Madrid: CSIC. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 32).
- PÉREZ OUTEIRIÑO, B. (1982) – *De ourivesaria castreña, 1. Arracadas*. Ourense: Museo Arqueológico Provincial. (*Boletín Auriense*; Anexo 1).
- PFEILER, B. (1970) – *Römischer Goldschmuck*. Mainz: Vg. P. v. Zabern.
- PINGEL, V. (1986) – Os princípios da metalurgia do ouro em Portugal. In *Actas do Colóquio de Ourivesaria do Norte de Portugal*. Porto: Fundação Eng. António Almeida. p. 49-57.
- PINGEL, V. (1992) – *Die vorgeschichtlichen Goldfunde der Iberischen Halbinsel: eine archäologische Untersuchung zur Auswertung der Spektralanalysen*. Berlin: W. De Gruyter. (*Madridrer Forschungen*; 17).
- PLATZ-HORSTER, G. (2002) – *Ancient Gold Jewellery*. Berlin: Vg. Ph. v. Zabern. (Antikensammlung Staatliche Museen zu Berlin).
- POLLARD, J. (2001) – The aesthetics of depositional practice. In GOSDEN, C., ed. – *Archaeology and Aesthetics*. Londres: Routledge. p. 315-333 (*World Archaeology*; 33:2).
- RADDATZ, K. (1969) – *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel*. Berlin: W. De Gruyter. (*Madridrer Forschungen*; 5).
- RAMIN, J. (1977) – *La technique minière et métallurgique des anciens*. Bruxelas: Société d'études latines. (*Collection Latomus*; 153).
- RENFREW, Colin (1986) – Introduction: peer polity interaction and socio-political change. In RENFREW, C.; CHERRY, J. F., eds. – *Peer polity interaction and socio-political change*. Cambridge: Un. Press. p. 1-18 (*New Directions in Archaeology*).
- RIEGL, A. (1953) – *Indústria artística Tardoromana*. Firenze: Sansoni.
- ROBERTSON, M.; BEARD, M. (1991) – Adopting an approach. In RASMUSSEN, T.; SPIVEY, N., eds. – *Looking at Greek vases*. Cambridge: Un. Press. p. 1-36.

- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1994) – The bartere bride. Goldwork, inheritance and agriculture in the late prehistory of the Iberian Peninsula. *Journal of European Archaeology*. Londres. 2:1, p. 50-81.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) – Circulación del metal en el Bronce Final del Suroeste. In *Tartessos 25 años después. 1968-1993. Jerez de la Frontera. Actas del Congreso Conmemorativo del V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento. p. 507-522. (*Biblioteca de Urbanismo y Cultura*; 14).
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – Peripheral, but not that much...! In JORGE, S. O., ed. – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: IPA. p. 101-113. (*Trabalhos de Arqueologia*; 10).
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (2013) – *Con el fenicio en los talones. Los inicios de la Edad del Hierro en la cuenca del Mediterráneo*. Barcelona: Bellaterra.
- SCHLOSSER, S. [et al.] (2009) – Fingerprints in gold. In REINDEL, M.; WAGNER, G. ed. – *New technologies for archaeology: multidisciplinary investigations in Palpa and Nasca, Peru*. Heidelberg: [s.n.]. p. 409-436.
- SCHUBART, H. (1974) – Novos achados sepulcrais do Bronze do Sudoeste II. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: AAP. p. 65-95.
- SEVERO, R. (1908a) – O thesouro de Lebução. *Portugália*. Porto. 2, p. 1-14.
- SEVERO, R. (1908b) – As arrecadas d'ouro do Castro de Laundos. *Portugália*. Porto. 2, p. 403-412.
- SHERRATT, A. (1993) – What would a Bronze Age world system look like? Relations between temperate Europe and the Mediterranean in later prehistory. *Journal of European Archaeology*. Londres. 1:2, p. 1-58.
- SILVA, A. C. F. (1990) – Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 135-155.
- SILVA, A. C. F. (2007) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, Celso T.; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). In *Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. p. 73-110 (*Lucerna*; n.º especial).
- SILVA, Carlos T.; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: SNPRCN. (*Colecção Parques Naturais*; n.º 15).
- SNODGRASS, A. (1994) – Response: the archaeological aspect. In MORRIS, I., ed. – *Classical Greece. Ancient Histories and Modern Archaeologies*. Cambridge: Un. Press. p. 197-200. (*New Directions in Archaeology*).
- SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, L. C. (2004) – Análise química não-destrutiva de artefactos em ouro pré e proto-históricos: alguns exemplos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 7:2, p. 125-138.
- SOARES, A. M. M.; VALÉRIO, P.; SILVA, R. J. C.; ALVES, L. C.; ARAÚJO, M. F. (2010) – Early Iron Age gold buttons from South-Western Iberian Peninsula. Identification of a gold metallurgical workshop. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 67:2, p. 501-510.
- SOARES, A. M. M.; ALVES, L. C.; FRADE, J. C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; CANDEIAS, A.; SILVA, R. J. C.; VALERA, A. C. (2012) – *Bell Beaker Gold Foils from Perdigões (Southern Portugal) – Manufacture and Use*. Leuven: Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry. p. 120-124.
- SOEIRO, M. T. (1982) – Esconderijo de Sequeade (Barcelos). *Arqueologia*. Porto. 5, p. 62-67.
- SOLER GARCÍA, J. M. (1965) – *El Tesoro de Villena*. Madrid: MEN. (*Excavaciones Arqueológicas en España*; 36).
- SORENSEN, M. L. S. (1997) – Reading dress: the construction of social categories and identities in Bronze Age Europe. *Journal of European Archaeology*. Londres. 5:1, p. 92-114.
- SPINDLER, K. (1973) – Découverte d'une boucle de ceinture d'origine ibérique sur la colline du «Magdalensberg» près de Villingen en Forêt Noire. In *Actas das II.ªs Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. I, p. 229-243.
- STEAD, I. M.; MEEKS, N. D. (1996) – The Celtic Warrior Fibula. *The Antiquaries Journal*. Londres. 76, p. 11-29.

- STEFANELLI, L. P. B. (1992) – *L'oro dei romani. Gioielli di età imperial*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- STROM, I. (1971) – *Problems concerning the origin and early development of the Etruscan Orientalizing style*. Odense: Un. Press. (*Odense Un. Classical Studies*; 2).
- TAYLOR, J. (1980) – *Bronze Age goldwork of the British Isles*. Cambridge: Univrsity Press.
- THOMAS, S. (2012) – Searching for answers: a survey of metal-detector users in the UK. *International Journal of Heritage Studies*. Londres. 18:1, p. 49-64.
- TREHERNE, P. (1995) – The warrior's beauty: the masculine body and self-identity in Bronze Age Europe. *Journal of European Archaeology*. Londres. 3:1, p. 105-144.
- TUREK, J. (2013) – *19th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists. Abstracts*. Pilsen: Un. Boémia Ocidental.
- VALÉRIO, P.; ALVES, L. C.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F. (2010) – Os metais dos Ratinhos. II. Os botões em ouro. In BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A. C., eds. – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num Povoado Proto-Histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 381-388 (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 6).
- VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2013) – Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 609-615.
- VASCONCELOS, J. L. (1896) – Xorca de ouro. *O Archeólogo Português*. Série 1, vol. 2. p. 17-24.
- VIANA, A. (1961) – *Necrópole romano-suévica de Beiral (Ponte de Lima, Viana do Castelo)*. Ponte de Lima: Câmara Municipal.
- VIEGAS, J. R.; PARREIRA, R. (1984) – Der schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer, Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Mainz am Rhein. 25, p. 79-91.
- VILAÇA, R. (1998) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a.C. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 6, p. 347-374.
- VILAÇA, R. (2006a) – Um colar do Bronze Final proveniente do Bolho (Cantanhede, Coimbra). *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 93-104.
- VILAÇA, R. (2006b) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid. 17, p. 81-101.
- VILAÇA, R. (2007) – *Depósitos de bronze do território português. Um debate em aberto*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. (*Anexos de Conimbriga*; 5).
- VILAÇA, R. (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente peninsular: novos dados e questões em aberto. In GARCÍA-BELLIDO, M. P.; CALLEGARIN, L.; JIMÉNEZ DÍEZ, A., eds. – *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*. Madrid: CSIC. p. 139-167 (Anejos de AEspA; LVIII).
- VILAÇA, R. (2011) – *Para além do brilho do metal (produções e contextos). Contributos ao projecto AuCorre*. Comunicação apresentada nas Jornadas Conservação e técnicas de análise para o estudo e salvaguarda do património metálico, Museu Nacional de Arqueologia.
- VILAÇA, R.; ARMBRUSTER, B. (2012) – O disco de ouro da necrópole da Fonte Velha de Bensafrim. In VILAÇA, R.; PINTO, S., coord. – *Santos Rocha. A arqueologia e a sociedade do seu tempo*. Figueira da Foz: Casino. p. 153-172.
- VILAÇA, R.; LOPES, M. C. (2005) – The treasure of Baleizão, Beja (Alentejo, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. 7, p. 177-184.
- WILLIAMS, D.; OGDEN, J. (1994) – *Greek gold. Jewellery of the classical world*. Londres: British Museum Press.